

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

RENAN YAMASAKI VEIGA DE BARROS

O BRICS E A EMERGÊNCIA DO MUNDO PÓS-OCIDENTAL

RIO CLARO

2021

RENAN YAMASAKI VEIGA DE BARROS

O BRICS E A EMERGÊNCIA DO MUNDO PÓS-OCIDENTAL

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel e licenciatura em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Angelita Matos Souza

RIO CLARO

2021

B277b	Barros, Renan Yamasaki Veiga de O BRICS e a emergência do mundo pós-ocidental / Renan Yamasaki Veiga de Barros. -- Rio Claro, 2021 85 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro Orientadora: Angelita Matos Souza 1. geopolítica. 2. BRICS. 3. mundo pós ocidental. 4. sistema mundo. 5. relações internacionais. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

RENAN YAMASAKI VEIGA DE BARROS

O BRICS E A EMERGÊNCIA DO MUNDO PÓS-OCIDENTAL

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel e licenciatura em Geografia.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Angelita Matos Souza (orientadora)

Prof. Dr. Fabrício Gallo

Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Rio Claro, 15 de Fevereiro de 2021.



Assinatura do(a) aluno(a)



assinatura do(a) orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Mais que um trabalho de conclusão de curso, o presente documento, acredito eu, é o princípio do fim de uma aventura iniciada há seis anos aqui em terras rio-clarenses. Não vejo o momento com pesar. Muito pelo contrário. Sou feliz em olhar para trás e relembrar dos momentos que marcaram minha trajetória na universidade, assim como dos momentos compartilhados juntos a outros estudantes, servidores e professores aqui desta instituição. Nada mais justo, portanto, iniciar este trabalho com um capítulo dedicado exclusivamente aos agradecimentos que acumulo em meu peito e que com muito carinho, tenho a honra de materializá-los naquilo que me dediquei com tanta veemência nos últimos anos.

Listar um por um, cada pessoa e cada evento, talvez, seja uma das tarefas mais árduas que experienciei na construção deste TCC, e reconheço que possa falhar com muitos ao deixar de citá-los – embora os tenho vivos na memória e no coração. Desta forma, gostaria de começar cronologicamente, a partir de 2016, quando coloco pela primeira vez meus pés em Rio Claro – devo destacar que esta listagem não expressa uma ordem de importância, todos citados a seguir possuem valor para mim. Fui acolhido prontamente por um grupo que se organizava na forma de república na Vila Alemã, que composta por alguns veteranos, me forneceram as primeiras ferramentas para minha imersão dentro da Unesp. Eram essas personagens, Messias, o poeta; Gabriel, o punk; e Greg, o churrasqueiro, que haviam anteriormente se emancipado dos enclaves da pensão de Sr. João e erguido a República Manguetown. Um território harmônico, alegre e acima de tudo, progressista, no qual tive a graça de me tornar um residente até o fim de 2017. A estes irmãos, minha especial homenagem, e o mais esperançoso desejo de continuar nossa amizade para a vida, apesar da distância.

Não posso deixar de mencionar também que naquele ano de 2016, conheci meus colegas da turma 58 que me acompanhariam até o final da graduação, participando comigo das aulas, dos trabalhos de campo e encontros no R.U., cantina e em outros espaços fora da Unesp. Assim, gostaria de mencionar e agradecer a companhia de Najela, Marina, Matheus, Guilherme, Gabriel, Pedro, Leandro e Thalita. Tenho a certeza de que muitos momentos como nossas ceias de Natal e “rolês”, serão mencionados com vossos nomes quando posteriormente contar minha história em momentos de descontração.

No ano seguinte, 2017, iniciei com mais intensidade a jornada acadêmica que me fez frequentar cada vez mais o antigo e já extinto Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento, o DEPLAN, e conhecer, em meio aos corredores, salas, laboratórios e intervalos na copa, outros companheiros e professores. Dedico este parágrafo e agradeço em

especial, assim, à minha orientadora, Angelita; aos professores, Fabrício, Cenira, Andréia, Diego, Auro, José Gilberto, Samuel, Paulo, Thiago, Anderson, Darlene – também os substitutos, Rodrigo e Priscila; aos servidores, Bira, Hias, Gilberto e Cassia; e aos colegas pesquisadores (graduandos e pós-graduandos), Caio, Bruno, João, Fernando, André, José Vitor, Bianca, Bruna, José Renato, Higor, Fran, Estêvão, Marina, Yuri, Amanda, Beatriz e Gabriel. Os aprendizados feitos e amizades conquistadas ali são valiosíssimos e tenho certeza de que ainda serão futuramente.

Ainda nesse ano, alguns laços mais fortes se formaram dentro e fora da Unesp, que não posso esquecer de mencionar aqui nos meus agradecimentos. Estas pessoas participaram de momentos difíceis e momentos alegres na minha trajetória em Rio Claro, que extrapolaram a formalidade dos encontros nas salas de aula para a assinatura da lista de chamada – que confluía para cafés em repúblicas ou kitnets, assim como para tomar uma cerveja nos bares da cidade. Dedico um forte abraço assim à Paixão (companheira de trabalho e parceira de varanda), ao casal Lara e Erison (que por mais de 2.500 km convivemos dentro de um Renault Sandero [Sandrinho]) Sofia (amiga que conheci ainda nos tempos de cursinho), Andrézinho (uma das mais sensíveis e fortes pessoas que conheci) e os já citados Bruno, Fernando, Higor, Pedro e Guilherme (que nos trabalhos em grupo e idas ao Sujinhos lembraram de meu nome e me incluíram no Geograshow). Quero agradecer em especial também Melina, uma pessoa que esteve ao meu lado nos mais diversos momentos (leves e pesados), me dando apoio e incentivo para continuar a graduação, e se fez presente em uma das viagens mais especiais que já realizei: a ida à Recife.

Por fim, chegamos a 2020, ano conturbado, marcado pelo surgimento de um vírus misterioso que acabou nos isolando do convívio social. Todavia este fato não foi suficiente para impedir a expansão de meu círculo de amizades e em meados de junho conheci pessoas amáveis em um grupo de extensão denominado Café Geográfico. Em meus últimos momentos dentro da universidade, jamais pude imaginar criar um carinho especial por pessoas que nunca tive muito contato enquanto podíamos caminhar pelos corredores de salas de aula dos blocos didáticos e que hoje, através de uma tela, anseio por um novo encontro toda quarta-feira. É assim que cito o nome de Isaac, Luíza, Gabriela, Rafaela, Henrique, Fernanda e Octávio para receber um caloroso abraço e agradecimento meu por terem encerrado este ano de forma a reunir mais uma conquista em minha vida.

Esta retrospectiva apresenta algumas das pessoas e episódios com que vivenciei de forma mais intensa enquanto residindo na Cidade Azul apenas. Não posso deixar de mencionar, finalmente, as pessoas que me acompanharam de fora, seja em São Paulo, Barueri, Cotia ou

Osasco, que também merece minhas homenagens aqui nesta seção tão solene que são os agradecimentos – sobretudo Guilherme, Amanda, Julia, Giovanna e Duda. Começo agradecendo meus pais, que apesar dos conflitos, sempre estiveram ao meu lado e me ajudaram a superar fases conturbadíssimas que vivi, me dando suporte para que não desistisse de mim próprio. Agradeço aos meus familiares, avós, primos e primas, tios e tias, que me estimam e que se fazem presentes em meu peito. Aos meus queridos amigos decenários, André, Marcel, Isabel, Daniel, Matheus, Roberta e em especial o Zé Luis e Capella, que hoje vivem no exterior, também minhas lembranças e agradecimentos pelo apoio e amizade. Ao Edu, que me incentivou a seguir este sonho...

Aos quase sessenta citados aqui – e aos muito outros que não pude colocar aqui – desejo muita estima e sucesso. Tenham certos de que se não fosse por vocês, chegar até aqui não seria possível...

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso pretende investigar o grupo BRICS, reunindo dados a respeito, discutindo as prováveis influências deste grupo no contexto de ascensão de uma possível nova ordem mundial a partir da teoria do sistema-mundo. O estudo do debate sobre a hegemonia de países centrais – Estados Unidos, países europeus e Japão - será importante para conseguir se analisar a repercussão político-econômica dos fatos que se sucederam a partir da criação do grupo, sobretudo a partir de 2011 com a inclusão oficial da África do Sul, e de 2014, com a criação do Arranjo de Contingente de Reservas e o Novo Banco de Desenvolvimento, procurando expor análises que avaliam como o BRICS pode vir a alterar paradigmas inseridos no campo da Geopolítica. Também pretendemos investigar os movimentos históricos seguidos pelo Brasil para a consolidação do grupo, assim como aspectos relevantes sobre a China, grande parceiro econômico e importante ator dentro do contexto da reorganização de uma ordem pós-ocidental.

Palavras-chave: geopolítica; BRICS; mundo pós ocidental; sistema mundo, relações internacionais.

ABSTRACT

The present work of graduate conclusion intends to investigate BRIC's group, joining related data, discussing the probable influences of this group in the context of the rise of a possible new world order from the world system theory. The study of the debate about the hegemony of central countries - United States, European countries and Japan - will be important to enable to analyze the political and economic repercussion of the events that happened after the creation of the group, especially from 2011 with the inclusion South Africa, and 2014, with the creation of the Reserve Contingent Arrangement and the New Development Bank, seeking to expose analyzes which evaluate how BRICS can change paradigms inserted in the field of Geopolitics. We also intend to investigate the historical movements followed by Brazil to the group consolidation, as well as relevant aspects about China, a great economic partner and an important actor within the context of the reorganization of a post-western order.

Keywords: geopolitics; BRICS; post western world, world-system, international relations.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
1. ANÁLISE DO CENÁRIO: O BRASIL E O BRICS.	13
1.1. Breve panorama da política externa brasileira neste início de século.	13
1.2. A consolidação do BRIC.	19
1.3. De BRIC para BRICS.	22
1.4. As instituições de Fortaleza (2014).....	25
1.4.1. O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB).	28
1.4.2. O Arranjo de Contingente de Reservas (ACR).	29
1.5. Os esforços brasileiros na confluência entre os BRICS.....	30
2. O SISTEMA INTERESTATAL E SEU JOGO DE FORÇAS.....	34
2.2. Soft power, hard power.....	37
2.3. Hegemonia, o exercício do poder e o sistema mundo.	40
2.4. O quarto ciclo sistêmico de acumulação: a ascensão.....	47
2.5. O quarto ciclo sistêmico de acumulação: o declínio.....	51
2.6. Rumo a um novo ciclo?	54
3. BRICS: O FUTURO DA ORDEM GLOBAL?	59
3.1. BRICS institucional: conjuntura e potencialidades.	59
3.2. Uma carona com a China: a geopolítica dos recursos e diplomacia.....	64
3.2.1. A diplomacia chinesa (a ascensão pacífica) e o exemplo do petróleo.....	66
3.2.2. China para com os BRICS: competição ou cooperação?	70
3.3. A emergência do novo mundo	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	82

APRESENTAÇÃO

De tempos para cá, foi possível notar uma profunda alteração na organização do sistema político internacional e a ordem relacional dos Estados componentes da estrutura global. Alguns autores apontam que tais movimentos de modificação são intimamente associados ao fenômeno de globalização¹, que se intensificou a partir dos anos de 1970 e possibilitou uma maior interdependência das relações políticas e econômicas entre Estados, assim como a intensificação de formas de organização e cooperação (CASTRO, 2006). Não entraremos neste trabalho na análise do fenômeno da globalização, mas nos atentaremos ao contexto que propiciou novas configurações presentes nesse campo das organizações institucionais de cunho supranacional que possibilitou – e possibilita – diferentes formas de integração, que não obstante, se associam às intencionalidades inerentes aos projetos nacionais de cada Estado que destacaremos.

Como veremos mais adiante, a confluência de interesses de certos países passa a ser causa de uma série de ações para o estabelecimento de uma suposta nova ordem global, buscando romper com uma lógica hegemônica da organização mundial centro-periférica. Trata-se propriamente do protagonismo que países em desenvolvimento ganharam na virada do século, colocando à prova a preponderância de instituições controladas pelas potências tradicionais através de um projeto contra hegemônico, autônomo e independente. Falamos aqui do grupo formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul: os BRICS.

Como forma de sustentação dessa estrutura, buscaremos fazer um levantamento histórico do grupo de países emergentes, bem como apresentar seu projeto contra hegemônico na configuração de uma ordem global menos ocidental e mais plural. Não obstante, o direcionamento de nossa argumentação será pautada na busca do entendimento de como se estabeleceu tal estrutura tendo como atores principais os Estados Unidos e Europa, e como o grupo – tendo como um de seus membros a China – poderia vir a ser um contraponto dessa arquitetura. Para tanto, recorreremos a teoria do sistema mundo (ARRIGHI, 2008; 2013) e a hipótese do declínio do poder estadunidense para a compreensão do processo de suplementação de um *hegemon* pelo outro – que segundo o autor, será a de um Estado do Leste asiático. Caberá aqui darmos também uma atenção especial, portanto, à China e seu projeto nacional de desenvolvimento, bem como às potencialidades oferecidas e intencionadas por ela nessa composição multilateral de cooperação.

¹ Que dentre outros fatores permite também transição para o capitalismo mundial contemporâneo com o aprofundamento do processo de acumulação financeirizada (ARRIGHI, 2013).

Este trabalho está dividido em três partes, nas quais dividiremos nosso objeto de estudo no começo e fim, deixando uma parte destinada a uma introdução teórica para a análise proposta. A primeira parte buscamos entender a estrutura dos BRICS e como se deu sua formação a partir de uma mudança de paradigmas e orientação do imaginário dos países em desenvolvimento para um maior protagonismo no cenário político mundial. Além disso, buscamos ressaltar o papel do Brasil nesse processo de consolidação institucional, incluindo também o novo perfil político que estaria sendo implementado pela ascensão progressista latino-americana – com destaque para o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), e os relatos do então ministro Celso Amorim a frente do Itamarati.

O segundo capítulo, com carga teórica mais densa, fazemos uma tentativa de identificar o pensamento dos autores que conduzem as principais ideias contidas nesse trabalho, deixando clara as províncias do saber empregadas em nosso texto e esclarecendo também o léxico que fundamenta as distintas correntes de análise do contexto global. Nos inclinamos aqui para uma tendência de análise que compreende a economia, sociologia, história e geografia a partir da influência do desenvolvimento do capitalismo como modo de governo, e que se faz presente e fundamenta a *teoria do sistema-mundo* que apropriamos para estabelecer relação com os movimentos atuais centrados nessas mudanças de ordem hegemônica e crescente participação de países em desenvolvimento no mundo – e ainda, o BRICS como possibilidade na fundamentação da teoria. A partir disso, tentamos correlacionar a proposta de analisar junto aos atores elegidos no trabalho – como o Brasil, a China e propriamente os BRICS – o processo de superação de uma antiga ordem mundial antes centrada nas potências tradicionais, com foco maior nos Estados Unidos, para uma outra mais plural, solidária e menos ocidentocêntrica (STUENKEL, 2018).

Amarrando assim os dois primeiros capítulos, encerramos nossa dissertação com foco maior nas potencialidades oferecidas pelos BRICS para essa alteração de paradigmas, que conflui em um aprofundamento de ideias relacionadas ao projeto de Estado que a China incorpora em seu discurso, tendo como aliado os países do agrupamento e outros Estados emergentes. Essa maior atenção que destinamos à China se justifica na medida em que este se faz um dos principais organizadores da geopolítica global, possuindo importante influência na condução das ações do grupo BRICS, tanto na ordem política, quanto na econômica. Assim, pretendemos trazer para o debate assuntos que se fazem presentes na conjuntura atual e que nos façam refletir quanto ao posicionamento, especificamente do Brasil, quanto aos seus parceiros e potenciais projetos que possibilitem uma evolução de nossa nação conjuntamente a outras.

Posto isso, devemos elucidar ao leitor que nosso período de análise se compreende até o ano de 2018, somente. Isso decorre do fato de termos iniciado nossa pesquisa já no início de 2019, quando a circunstância política e econômica, tanto nacionalmente, quanto internacionalmente, se fazia discretamente distinta, contexto ao qual nosso objeto de estudo se fazia um tanto mais relevante – devemos dizer que é lamentoso observar o tênue desmonte que o BRICS viera sofrendo nos últimos anos. Reconhecemos assim que tais mudanças – marcadas pela ascensão de um governo protofascista no Brasil, assim como a guerra comercial travada entre os EUA e a China, e ainda, pelo surgimento de um vírus que marcou profundamente o ano de 2020 – são importantes e decisivas na condução do projeto anteriormente arquitetado na guia da multipolaridade e maior solidariedade entre emergentes, mas que abruptamente, fora (temporariamente) interrompido devido ao cenário que se instaurou. Com plena assertividade, podemos dizer que o que foi transcrito acima virá a ser um interessante projeto de pesquisa no futuro, mas, no entanto, devemos nos concentrar naquilo que propusemos inicialmente há três anos.

Por fim, concluímos esta seção de apresentação com a esperança de suscitar algumas questões que rondam a atualidade, junto da grandeza de projetos já propostos e a potencialidade que os países emergentes possuem na construção de algo diferente, mais solidário e amistoso. A geopolítica global, um tabuleiro de conflitos, é sempre contida por interesses particulares, passíveis de confrontar ou promover a integração em busca de Poder e maior capacidade de tomar as rédeas do destino do globo. Todavia, como tentamos trazer aqui nesse trabalho, o imaginário progressista que se fez presente nos primeiros anos do século confluuiu para um ambiente de maior protagonismo de nações antes deixadas de escanteio, fato que nos intriga na medida em que isto se faz inédito no capitalismo histórico e representa, verdadeiramente, uma possibilidade para as futuras gerações.

1. ANÁLISE DO CENÁRIO: O BRASIL E O BRICS.

Antes de partirmos para uma discussão mais aprofundada sobre as razões que justificariam uma possível reestruturação da ordem global, devemos procurar entender o que vem a ser esse grupo que dá nome ao capítulo. A análise dos movimentos que se consolidaram no Brasil, desde a eleição do presidente Lula, que alterou significativamente as estratégias do Itamaraty, também é importante para a compreensão dos caminhos tomados até o presente momento, sobretudo para elucidar as potencialidades presentes no campo internacional quanto ao lugar do Brasil.

A proeminência dos aspectos que interligam os projetos de governo no início do século no Brasil representa um processo marcado por continuidade, em se tratando da política macroeconômica que se insere na transição dos governos do PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira) para os do PT (Partido dos Trabalhadores). Todavia, tem-se em evidência uma modificação quanto às perspectivas da política externa e relacional com demais países parceiros do Brasil. A cooperação Sul-Sul revela-se assim como princípio da condução das relações internacionais formalizadas no período em questão, abrindo portas para novas oportunidades entre aqueles preteridos pelos países centrais no complexo movimento que incorpora a si uma conduta hegemônica na organização política mundial. É nesse cenário que veremos mais adiante como a institucionalização de novas organizações supranacionais se faz relevante em assuntos externos não somente ao Brasil, mas a todo um conjunto de países que participarão desse novo arranjo do sistema mundial.

Combina-se a isso um inquietante momento de representatividade dos países emergentes em termos econômicos e políticos. Analistas internacionais na virada do século se atentavam à possibilidade de ascensão de seletos países emergentes contrabalanceando o xadrez global, quanto a capacidade econômica que vinha se estabelecendo. Não obstante, no ideário que se estabelecia por esses países, tornava-se visível uma possível confluência entre eles, que preferenciava as trocas multilaterais, intencionando reformas de instituições de governança global, assim como uma busca de maior autonomia nas decisões globais dos emergentes. É com isso que damos início à contextualização.

1.1. Breve panorama da política externa brasileira neste início de século.

Retroceder historicamente para se entender as políticas voltadas às relações internacionais se faz de suma importância, uma vez que, como veremos mais adiante, a sequência dos fatos e os esforços que se somaram durante o período em questão, foram essenciais para o desdobramento das instituições e acordos que se estabelecem atualmente. Tais esforços somam-se no sentido

de promover uma maior integração regional e internacional na esfera da política e economia, que desponta fatores e qualidades daquilo que participa das diretrizes quanto à agenda externa brasileira. Esse movimento acompanha objetivos que envolvem a relação política existente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, voltando o foco para aqueles que se fazem mais relevantes de acordo com o governo que se encontra no poder.

No que se refere às linhas de ação que incluem Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Lula (PT) no campo das políticas exteriores, nos deparamos com uma literatura que assume posições concorrentes quanto ao perfil continuísta ou reformista dos governos em questão. Essa perspectiva assumida se configura em duas visões: a que consideram que houve significativa mudança; e a que Lula prosseguiu com as linhas de FHC (VILELA; NEIVA, 2011). Apesar de se ter isso como evidência, Vilela e Neiva (2011) se atentam em um ponto convergente quanto à semelhança dos governos, no qual se reduziu a dependência do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e passaram a se dedicar à “diplomacia presidencial”.

Um (...) aspecto que faz com que o período analisado seja especial é o fato de que Lula e FHC praticaram ativamente aquilo que se chama de “diplomacia presidencial”. Trata-se de um tipo de política externa em que o presidente participa ativa e pessoalmente, dirigindo as negociações cruciais, participando da solução dos conflitos mais críticos e tornando-se o seu principal condutor. É uma diplomacia de cúpula, de caráter político, que se opõe à diplomacia institucionalizada e profissional. (VILELA; NEIVA, 2011, p. 70)

Essa perspectiva que se assumia possui evidências percebidas a partir do número de viagens que cada um dos representantes em questão fez nos anos que acompanharam seus respectivos mandatos. A frequência das viagens teve um significativo aumento no qual “segundo o Jornal Folha de São Paulo, de 4 de dezembro de 2010, Lula e Fernando Henrique gastaram nada menos que 16% e 12%, respectivamente, de seus mandatos no exterior” (VILELA; NEIVA, 2011, p. 71). Podemos concluir que a partir disso, o Brasil começou a se pautar em diferentes estratégias ligadas às relações exteriores, que tangiam uma órbita de maior proximidade de países estratégicos tendo em vista o aumento de compromissos oficiais extra território brasileiro.

Percebe-se ainda que as atenções para com a reformulação da agenda internacional brasileira tornam-se eminentes ainda no dia 22 de julho de 2002, quando no encontro sobre o programa de governo do Partido dos Trabalhadores, o então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva lê o histórico documento “*Carta ao povo brasileiro*”². A preocupação para com

² Documento assinado em 22 de junho de 2002, durante o encontro sobre o programa de governo do PT. A carta completa está disponível no *website* da Fundação Perseu Abramo e pode ser acessada através do link: < <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso: 18 de julho de 2019.

o mercado internacional desponta de forma igualmente apreensiva junto ao sistema político do Brasil, sobressaindo o discurso reformista que viria tomar a organização do novo governo.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento. Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. (...) Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável. (SILVA, 2002)

Como vemos, preocupações de natureza social também vieram de antemão compor a pauta governista de Lula, repercutindo em certa medida em uma maior visibilidade estrangeira quando à política brasileira, em contrapartida ao período FHC. A defesa de uma mudança na ordem internacional, assim como a tentativa de tornar o vínculo entre países mais justos, acabam então por redefinir a política para termos mais assertivos, universalistas e multipolares, buscando assim parcerias entre países semelhantes em condições de desenvolvimento e interesses (VILELA; NEIVA, 2011, p. 74, apud MAPA, 2010).

No que diz respeito à essa compreensão, o alinhamento brasileiro à pauta das relações Sul-Sul, viabilizou um maior envolvimento com países dependentes, sobretudo a partir da criação de coalizões, na maior atenção da integração sul-americana e no enfrentamento crítico das organizações internacionais promotoras de assimetrias e desigual sentido do poder. Essas medidas possibilitaram maior visibilidade ao Brasil no cenário internacional, aumentando a autonomia brasileira em assuntos antes atribuídos a Estados centrais. O movimento que se articulava a partir do novo governo, transitava, portanto, de uma posição de subordinação passiva frente aos países centrais, como os Estados Unidos e a Europa, para outra denominada subordinação conflitiva (BERRINGER, 2014).

(...) ao invés de buscar aproximação com os Estados imperialistas e adesão aos regimes internacionais de desarmamento, propriedade intelectual, etc., o que se buscou foi a criação de coalizões de Estados dependentes e o fortalecimento da integração regional como instrumento para o aumento do poder de barganha nas negociações econômicas internacionais (...) notam-se inclusive alguns conflitos pontuais entre o Estado brasileiro e os Estados Unidos na cena política internacional como, por exemplo, a crítica à invasão do Iraque, o arquivamento da Alca, a instalação das bases militares na Colômbia, o apoio ao Acordo Nuclear do Irã, entre outros (BERRINGER, 2014, p. 143).

Essa nova perspectiva que se assume após a vitória de Lula acaba por se orientar então para uma maior equanimidade nas relações internacionais que se voltam também para o âmbito regional de consolidação de uma política latino-americana estável, buscando o fortalecimento, por exemplo, do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e um maior protagonismo do Brasil

frente ao cenário regional, e principalmente em fortalecer a proximidade com os governos – em especial aqueles críticos ao neoliberalismo ortodoxo, Chávez, Kirchner, Tabaré Vasquez, Evo Morales e Fernando Lugo (BERRINGER, 2014). Nos primeiros anos de governo nesse aspecto, foram formalizados acordos entre a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o MERCOSUL impulsionando projetos de infraestrutura e interligação dos oceanos Pacífico-Atlântico com a ligação rodoviária do Acre ao Pacífico (AMORIM, 2005). Não obstante, o ingresso da Colômbia, Equador e Venezuela como Estados associados se somam aos demais Bolívia, Chile e Peru, dando um maior respaldo jurídico ao bloco no tocante à criação de uma área de livre comércio sul-americana, instigando o crescimento dos países envolvidos.

(...) em 2004, o recorde histórico de exportações para a Argentina, mais de US\$ 7 bilhões. O comércio brasileiro com a América do Sul também cresceu significativamente, 61% nos primeiros nove meses, passando de quase US\$ 8 bilhões para mais de US\$ 11 bilhões; vale ressaltar o alto valor agregado do comércio com os países sul-americanos: os produtos manufaturados ocupam 91% da pauta exportadora. (AMORIM, 2005, p. 3)

Interessa-nos ressaltar no que tange a questões envolvendo o MERCOSUL, que foram criadas em 2004, durante a Cúpula de Ouro Preto, o Parlamento do MERCOSUL (Parlasul), as Cúpulas Sociais, o Tribunal Permanente de Revisão, o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul e o FOCEM (BERRINGER, 2004). Linhas de crédito cedidas pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) contribuíram conjuntamente com o anseio de expandir projetos de infraestrutura em países latinos, desde a construção de tubulações de gás à ampliação do sistema de transmissão de Itaipu.

Nota-se também a abertura de uma linha de crédito do BNDES para financiar a venda de máquinas, componentes e peças fabricadas no Mercosul para o Brasil. E a aprovação de crédito para projetos na área de infraestrutura dos países vizinhos, entre eles: a construção de uma linha de transmissão de energia entre a hidrelétrica Itaipu e Assunção (Paraguai) e a construção e a montagem de uma tubulação de gás natural na Argentina, entre outros projetos. (BERRINGER, 2014, p. 149)

A aproximação do Brasil com nações africanas também representou um grande avanço na configuração da agenda brasileira a partir do novo governo. Além da coalisão IBAS, o governo Lula se empenhou fortemente em fortalecer os laços com a África, ampliando a instalação de 15 das 35 representações diplomáticas no continente (VILELA; NEIVA, 2011, p. 74, apud Miyamoto, 2009b). Celso Amorim (2005) se posiciona quanto ao assunto colocando as possibilidades que poderiam surgir a partir de uma maior relação com países africanos, que dividem questões que abrangem aspectos sociais, culturais e até mesmo históricos. As

potencialidades que tangem às questões econômicas sobrelevam o comércio entre o Brasil e países visitados por Lula³, que ainda em 2004 esteve em torno de US\$ 6 bilhões.

Soma-se também aos feitos desses primeiros anos de governo, o comando brasileiro na coordenação das forças da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). A Missão foi criada em 2004 em uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para recompor a normalidade institucional e a segurança do Haiti, após a partida para o exílio do presidente Jean Bertrand Aristide, contando assim com o comando das forças brasileiras (Exército, Marinha e Força Aérea) e outras 15 nações⁴. Segundo Celso Amorim (2005), “a preocupação de incorporar uma dimensão econômico-social a processos de estabilização motivou o Brasil (...)” (AMORIM, 2005, p. 8) efetivamente na participação de questões internacionais, tornando evidente o potencial que teria o governo brasileiro na coordenação de ações humanitárias que tangem o panorama latino-americano.

No que diz respeito às relações comerciais e às organizações supranacionais, Celso Amorim (2005), em sua análise dos dois primeiros anos do governo Lula, ressalta o protagonismo brasileiro na coordenação de negociações entre países em desenvolvimento exportadores de produtos agrícolas dentro do G-20 no ano de 2004. A voz ativa na OMC (Organização Mundial do Comercio) durante a rodada de Genebra, em defesa da eliminação de subsídios dentro dos países desenvolvidos, colocava em prática o discurso em defesa dos Estados que possuíam suas matrizes econômicas pautadas na exportação de produtos primários, como tentativa de articular uma maior integração Sul-Sul. Não obstante, a ampliação do comércio e de negociações políticas com a China (do ponto de vista do comércio, do combate ao crime organizado, do desenvolvimento de ciência e tecnologia, da infraestrutura e do turismo) e a Rússia a partir da visita dos respectivos líderes Hu Jintao e Vladimir Putin (ambos em 2004), engendrariam o início de acordos que mais tarde possibilitariam a organização de um novo grupo comercial.

A explícita busca no fortalecimento nos laços com as democracias do Sul, também resultou na criação do G-3, mais conhecido como IBAS (AMORIM, 2005). O grupo formado essencialmente pela Índia, Brasil e África do Sul (motivadores que criam o acrônimo IBAS) foi institucionalizado a partir da Declaração de Brasília, em junho de 2003, e possui motivações

³ Celso Amorim (2005) discorre em seu texto a despeito das duas viagens (no qual também acompanhavam uma delegação de ministros, empresários e parlamentares) realizadas nos dois primeiros anos de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no qual na primeira etapa foram visitados Angola, Moçambique, África do Sul e Namíbia, e na segunda São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Gabão.

⁴ Essas informações estão disponíveis no *website* do Ministério da Defesa, disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>>. Acesso em 28 de julho de 2019.

convergentes quanto a ordem internacional. O universo multiétnico e de grande expressão regional (sendo estes um país Latino, um africano e outro asiático) se faz relevante, sobretudo quanto à representatividade em organizações internacionais, como o próprio G20. As cinco cúpulas que se sucederam até o ano de 2011, organizadas através de reuniões, contavam com pilares estratégicos, sendo estes *i)* coordenação política; *ii)* cooperação setorial e; *iii)* cooperação com terceiros países implementada pelo Fundo IBAS⁵. Em certa medida, a relação que acaba dilatando essa correspondência dentre características políticas e econômicas, assim como o maior espaço adquirido por tais países no cenário internacional.

(...) O IBAS é, assim, um projeto de vanguarda, consistente com uma avaliação prospectiva do impacto de fenômenos como o crescimento extraordinário da China, e também da Índia; a rápida recuperação econômica da Rússia; a inserção da África do Sul, na era pós-apartheid; e a consolidação democrática, estabilização econômica e retomada do crescimento e da justiça social no Brasil. (AMORIM, 2005, p. 7)

Tendo isso em vista, devemos nos atentar no que a consolidação do Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul de fato possibilitaria e representaria quanto à visibilidade internacional de países em emergência. Essa iniciativa de um novo sistema internacional, no qual países centrais estariam de forma inédita disputando terreno com novos atores no cenário econômico e político, e em certa medida, reformulando o multilateralismo de forma a tirar prioridades e méritos, redistribuiu a atenção entre aqueles até então subjugados dentro da ordem global.

Apesar do grupo do IBAS nunca ter ganhado tanta visibilidade internacional quanto o BRICS, sua criação simbolizou a disposição cada vez maior das potências emergentes em explorar o que tinham em comum entre si, bem como suas áreas de cooperação. (STUENKEL, 2017, p. 23)

Percebemos até aqui um movimento que inaugurava uma nova proposta de condução da política externa, cada vez mais voltada para a ampliação de relações com países em desenvolvimento. As diretrizes pressupostas pelo então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, já indicavam uma ruptura com o modelo seguido até então pelos governos Collor e Fernando Henrique no tocante à política internacional e à dependência econômica de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), apontando para uma nova perspectiva no que diz respeito ao lugar do Brasil em assuntos

⁵ Os seguintes pilares, assim como a data das realizações das cúpulas de encontro dos países membros, são descritos no *website* do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>>. Acesso: 18 de julho de 2019.

externos. Torna-se marcante então, a partir da vitória do Partido dos Trabalhadores (PT), o anseio pelo multilateralismo pelas políticas direcionadas à diversificação de mercados e do fortalecimento de instituições como o MERCOSUL, baseando-se na revalorização da mútua cooperação internacional e da valorização de políticas externas com países como a Argentina, África do Sul e China, que desde o plano de governo, eram fortemente defendidas como importantes diretrizes a serem seguidas pelo governo⁶.

Este breve panorama da política externa brasileira neste início de século, com um foco maior após a eleição de Lula, se faz importante, como já mencionado, para que possamos traçar alguns fatos que tiveram importante repercussão para a consolidação da contrapartida do Estado brasileiro frente aos países centrais. A criação de acordos políticos e a institucionalização de organizações e parcerias com demais países emergentes seria, portanto, uma prerrogativa para fortalecer o argumento do rearranjo da ordem global, pautada sobretudo na discussão de um novo cenário contra-hegemônico frente aos Estados dominantes, que definiria a transição para um mundo pós-ocidental. Para tanto, a partir do que já foi introduzido, entraremos a seguir naquilo que nos interessa nesse trabalho, o BRICS.

1.2. A consolidação do BRIC.

Bem se sabe da origem da sigla que dá nome ao grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – este último posteriormente, em 2011. Em retrospectiva, Jim O'Neill, chefe de pesquisa econômica da Goldman Sachs, percebendo os movimentos de países de grande extensão territorial e com expressivo desenvolvimento, criou uma categoria, amplamente divulgada em sua publicação na *Goldman Sachs Global Economics Paper* nº 66, intitulado “*Building Better Global Economic BRICs*”, no ano de 2001 (STUENKEL, 2017, p.15). Nas palavras do economista, a dominação dos países ocidentais, após o 11 de setembro, “precisava ser superada ou pelo menos complementada por alguma outra coisa. Se for para continuar o sucesso da globalização, não será sob bandeira dos EUA” (STUENKEL, 2017, p. 16 *apud* FOLLATH, 2013). Entendeu-se essa *outra coisa* atualmente como a gênese daquilo que viria a se tornar o BRICS anos mais tarde.

Por outro lado, os antecedentes que participavam do planejamento do governo brasileiro na tentativa de sondagem de grandes economias emergentes, já davam pressupostos de que algo estaria por vir. Na década de 90, a estruturação de parcerias entre países que possuísem

⁶ O plano de governo de Lula, intitulado “CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL”, pode ser encontrado no *website* da Fundação Perseu Abramo no link: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/concepcaoediretrizesdoprog.pdf>>. Acesso: 28 de julho de 2019.

elementos semelhantes ao Brasil, como o território, o número da população e recursos naturais, eram pauta na formulação estratégica das relações exteriores e consequentemente, uma realidade (REIS, 2013). Países como Rússia, Índia, China – os chamados “países baleias”⁷, “países monstro”⁸ ou “Estados-pivô”⁹ –, e em certa medida África do Sul, desde a virada do século já estavam na mira do Brasil.

(...) no início da década de 1990, quando o mundo estava mudando e não se sabia com clareza em que direção, eram abundantes as reflexões sobre como se configuraria a ordem internacional. Naquela época, na Subsecretaria de Planejamento Político e Econômico do Itamaraty, onde trabalhei de 1989 a 1995, traçávamos cenários de futuras parcerias promissoras com países que, a exemplo do Brasil, eram detentores de vastos territórios, grandes populações, ricos em recursos naturais e detinham certo grau de desenvolvimento científico e tecnológico. Esses países eram a Rússia, a Índia e a China. No plano das relações bilaterais, os três países – e também a África do Sul – figuram entre os mais importantes parceiros estratégicos do Brasil, sendo que a relação do Brasil com a China foi alçada a esse patamar ainda em 1993. (REIS, 2013, p. 52)

Seguindo essa visão do lado de cá, a brasileira propriamente dita, e tendo em vista as complicações trazidas pela crise global de representatividade do pós-guerra fria (REIS, 2013), deu-se início, no início do século, a uma insípida tentativa de se pôr em prática novas articulações entre os países anteriormente mencionados. Em 2003, como já pudemos introduzir brevemente, se efetivou o fórum Índia-Brasil-África do Sul, e concomitante a ele o G4 (Brasil, Índia, Japão e Alemanha) e o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) posteriormente em 2009. No jogo da reformulação de posições que envolviam assim os países emergentes – e não somente eles – entrava de forma cada vez mais enfática uma complementariedade dentro do espectro da governança global, dando-nos os primeiros indícios de fato que a centralidade hegemônica estava em vias de se capilarizar para esses novos grupos.

Como aponta o Embaixador Gelson Fonseca, “Desde o fim da Guerra Fria, mas especialmente na entrada do século XXI, existe uma demanda de ordem e não se tem claro quem vai produzir a oferta”. Essa circunstância abriu espaço para a conformação de novas instâncias de articulação e de coordenação envolvendo países em desenvolvimento. É nesse contexto, e com esse espírito, que se constituíram, em 2003, o fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), sem qualquer prognóstico de instituições econômicas, e as Cúpulas birregionais ASA (América do Sul-África) e ASPA (América do Sul-Países Árabes). Esses mecanismos diferem dos blocos de integração regional, formados com base em contiguidade territorial ou relações de vizinhança (MERCOSUL, UNASUL e Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CALC/CELAC). Pela abrangência de suas agendas, diferenciam-se também de outros grupos dos quais o Brasil faz parte, como o G4 (Brasil, Índia, Japão e Alemanha) que trata exclusivamente da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas; o BASIC, que reúne Brasil, África do Sul, Índia e China nas

⁷ STUENKEL (2017) *apud* SACHS (1999).

⁸ STUENKEL (2017) *apud* KENNAN (1994).

⁹ STUENKEL (2017) *apud* GARRTEN (1997).

negociações sobre mudança do clima; ou o G20, centrado na agenda econômica global. (REIS, 2013, p. 56)

Em outubro do mesmo ano – e devemos lembrar, apesar do acrônimo ter sido “criado” no ano de 2001, o grupo se oficializa somente anos mais tarde, como iremos tratar na sequência – uma nova publicação da Goldman Sachs intitulada “*Dreaming with the BRICs: The Path to 2050*”, previa o expressivo crescimento dos países do grupo para as próximas décadas, gerando forte impacto entre investidores e banqueiros (STUENKEL, 2017). O que se previa para o ano de 2050 era uma estrondosa ascensão das economias emergentes, o que revestia os países do grupo em posição superiora aos países do G6 (Estados Unidos, Alemanha, Japão, Reino Unido, França e Itália) na década em questão. Essa ideia de vultuoso crescimento, preparava o cenário internacional para uma possível nova dinâmica das relações internacionais, fazendo propício para a consolidação de parcerias que colocavam em prática a cooperação em contrapartida à retrógrada unilateralidade característica das décadas passadas.

A alteração das perspectivas quanto a ordem mundial, gradativamente, progredia no influxo dos grandes países emergentes. Além das formalizações dos grupos anteriormente mencionados, do lado asiático, articulações entre China, Rússia e Índia, colocando em pauta a trilateralidade quanto a assuntos acerca de migração, terrorismo e tráfico, já se fazia uma realidade desde 2001 (STUENKEL, 2017). A superação das distâncias geográficas com a inclusão do Brasil no grupo, partiu da iniciativa russa – contrariando o ceticismo chinês e indiano quanto a entrada do Brasil no grupo, justamente pelo fator da distância – de tornar mais coeso a união entre os países emergentes. A amizade de longa data dos chanceleres Sergey Lavrov (ministro russo) e Celso Amorim, levou a uma reunião, ainda que informal, entre os Brasil, Rússia, Índia e China às vésperas da 61ª Assembleia Geral da ONU (AGNU) em 2006. A confluência de ideias quando aos desafios implícitos à ordem global, tornaram coeso o alinhamento dos países, fazendo nascer, posteriormente, o BRICS.

No dia 24 de setembro de 2007, foi realizado em Nova Iorque o encontro dos ministros das Relações Exteriores, junto a Missão do Brasil nas Nações Unidas antes da 62ª AGNU. A iniciativa brasileira em tornar realidade a consolidação de um grupo coeso, aprofundando os discursos para se organizar um fórum à parte, resultou em uma na contrapartida russa, que se predispôs a organizar uma cúpula própria dos ministros das Relações Exteriores no ano seguinte, 2008. Em 2009, já com a presença dos chefes de Estado, a primeira cúpula do BRICS, realizada em Ecaterimburgo, rendeu frutos imprescindíveis quanto à periodicidade dos encontros, assim como na disposição de objetivos comuns na área da segurança, agricultura e confluências sobre assuntos econômicos (BAUMANN, 2015).

1.3. De BRIC para BRICS.

Não nos aprofundaremos de maneira tão enfática assim nos eventos que reuniram os representantes dos BRICS nas cúpulas consecutivas a de 2008, porém, devemos avançar ao ano de 2011, como sendo decisivo para o grupo. A terceira cúpula do BRICS, em Sanya (China), representou fator decisivo de alteração da imagem do grupo de uma mera categoria de investimento para uma reunião de países em busca de um alinhamento político comum, questionando organizações tradicionais quanto às finanças globais.

Como ocorrera nas declarações passadas, o documento final da 3ª Cúpula dos BRICS exigia a ‘realização rápida dos objetivos da reforma com que o Fundo Monetário Internacional havia concordado nas Cúpulas do G20 anteriores’ e reiterou que ‘a estrutura de governo das instituições financeiras internacionais deveria refletir as mudanças na economia mundial, amplificando a voz e a representatividade das economias e países em desenvolvimento’. (STUENKEL, 2017, p. 66 *apud* MRE, 2011)

Outro fato importante na Cúpula de 2011 foi a estreia da África do Sul como membro efetivo do grupo. Poderíamos de forma espontânea dizer, simplesmente, que a chegada do país africano ao grupo foi planejada e que a previsibilidade desse fato foi consequência das articulações que já se firmavam na imagem do IBAS ou do BASIC. Porém, a decisão conjunta que leva o Brasil, a Índia, a Rússia e a China a tomarem essa decisão, pauta-se em questões para além dessa formalidade, acusando e nos direcionando a conceber o caráter político e de representatividade que a África do Sul possui frente a todo um continente aquém da afirmação anterior.

Em primeiro lugar, o anseio do país africano de ingressar ao grupo já se mostrava notável desde a primeira reunião do BRICs em Ecaterimburgo, quando por carta endereçada aos demais membros, o ministro das Relações Exteriores Sul-africano expressava a gana de se aproximar aos quatro outros membros. Jacob Zuma, o então presidente da África do Sul, realizou viagens junto a comitivas do país africano em busca de negociações e uma consequente aproximação já no ano seguinte em cada um dos países membros, chegando a coparticipar da 2ª Cúpula do BRICs em Brasília. Em viagem à China no mesmo ano, junto de quatrocentos representantes comerciais e onze ministros, Zuma reforça um discurso atenuante sobre a questão neocolonialista do envolvimento do país asiático junto ao continente africano, lançando um passo adiante nas relações entre África e China¹⁰ (STUENKEL, 2017).

¹⁰ (...) o ativismo da África do Sul no fim acabou obtendo sucesso: um mês após a visita de Zuma à China, numa reunião em Nova York, em 21 de setembro de 2010, os ministros de Relações Exteriores do grupo BRICs concordaram em convidar a África do Sul para participar do Grupo. No final de dezembro, o governo chinês

Outro ponto que merece destaque é o valor representativo que a África do Sul carrega consigo. Outros países como Turquia, Indonésia, Coréia do Sul, México ou Nigéria possuem características positivas quanto à economia – superior inclusive à economia sul-africana –, e que por se encaixarem no quadro de emergentes, poderiam tranquilamente serem interessantes candidatos a entrar no grupo. Entretanto, deve-se compreender a importância estratégica da África do Sul, como sendo um país representante de todo um continente.

A integração aos demais países africanos, de nível consultivo e sobretudo quanto a decisões políticas que o país toma, a torna a ponta de lança das vias que o continente vem tomando quanto à geopolítica da região.

Um diplomata sul-africano enfatizou que “o destino da África do Sul está amarrado ao destino da África”. Tal declaração, mais tarde, se revelou ser mais do que mera retórica: ao contrário dos outros membros do BRICS, que não tentavam representar sua região, os atores políticos sul-africanos vêm procurando, desde a sua inclusão no grupo BRICS, consultar com regularidade seus vizinhos africanos antes de articular suas estratégias nas cúpulas dos BRICS e do G20 (STUENKEL, 2017, p. 74)

A capacidade de influência sobre o continente africano que possui a África do Sul também é de extrema relevância, como se mostrou 2012 durante as eleições para a escolha do líder da União Africana (UA), com a nomeação final de um sul-africano para o cargo. Outro ponto, por exemplo que demonstra esse fato, foi o apoio dos demais países africanos na disputa de um assento no Conselho de Segurança na ONU em 2010. Questões que o país possui como figura de representatividade tornam-se recorrentes, suscitando a confiança diplomática que possui frente aos demais em assuntos que envolvem questões da ordem econômica, social e geoestratégica – envolvendo a segurança e manutenção da paz.

Para dar um exemplo, no que pode ser visto como uma contribuição imensa para a paz entre os países africanos, a África do Sul desempenhou papel instrumental em negociar a transição da política de “não intervenção” para “não indiferença” na África, durante as décadas de 1990 e 2000 (STUENKEL, 2017, p. 74)

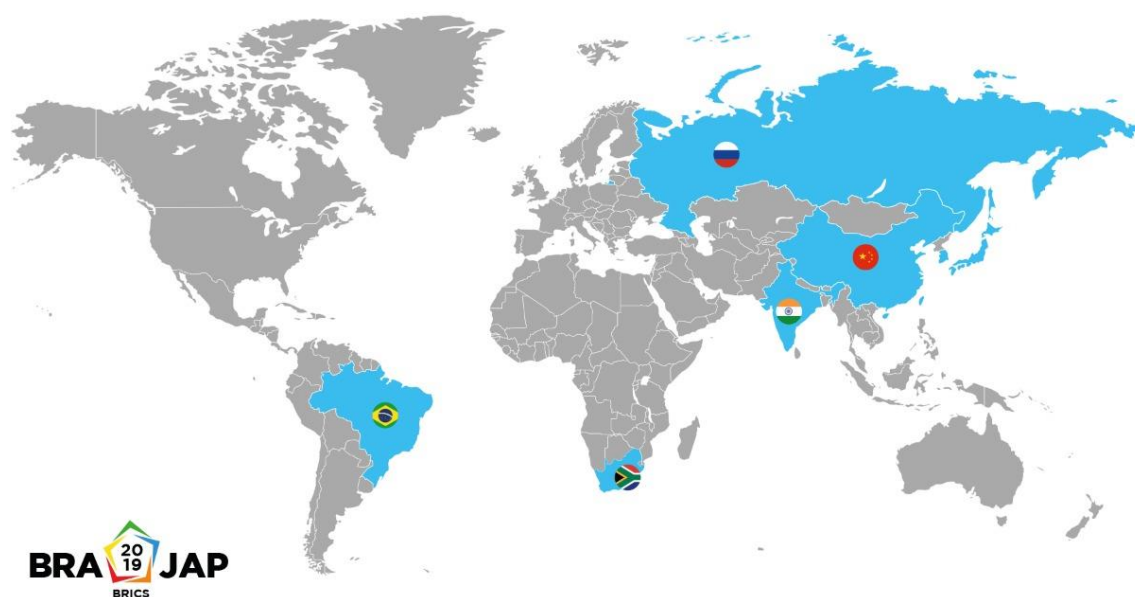
Outro ponto notório, que merece destaque na justificativa do ingresso da África do Sul ao BRICS, é a longa data de parcerias políticas entremeios à China, Índia e Brasil. Como já dissemos anteriormente, os grupos IBAS e BASIC também tiveram papel importante na decisão, porém, em termos gerais, a confiança que se estabelecia se sobressaía à formalidade de união entre países. O acordo de mútua cooperação envolvendo questões ligadas ao clima entre Brasil, África do Sul, Índia e China, durante a *Conferência das Nações Unidas sobre as*

convidou o país africano para participar da 3ª Cúpula seis meses depois em Sanya (STUENKEL, 2017, p. 70 *apud* INDIAN MEA, 2011; HARVIEU, 201-).

Mudanças Climáticas (COP 15), conferiu ao grupo de países (BASIC) um alinhamento, que se manteve nos anos seguintes por meio de reuniões ministeriais e na sua transformação em “(...) fórum para ações cooperativas voltadas à mitigação e à adaptação, incluindo troca de informações e colaboração” (STUENKEL, 2017, p.76).

O fortalecimento dessas parcerias conflui também a partir do IBAS, assegurando uma posição de confiança do país africano frente à Índia e o Brasil. Grupos de trabalho das mais diversas áreas, como cultura, ciência e tecnologia, saúde e educação, asseguravam o crescimento de uma identidade entre os países dentro do grupo, fortalecendo redes institucionais de incentivo a multilateralidade, e uniformidade na tomada de decisões quanto assuntos internacionais. A entrada da África do Sul ao BRICS, possui denso significado portanto, não se restringindo somente as questões anteriormente mencionadas, mas suscita sua capacidade e potencialidade econômica na representação e incorporação de um *status* mais internacional ao grupo¹¹.

Figura 1. Mapa com os membros BRICS



Fonte: Planalto (2019). Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/06/mapabrics.jpeg/view>>.

¹¹ Os argumentos que buscamos até agora dizem respeito exclusivamente à composição e coesão dos países dentro do grupo. Porém a literatura nos mostra questões que vão além da simples análise imediata dos fatos. Cada vez mais entra nos debates acerca da geoestratégia dos países o valor dessas parcerias, que sem sombra de dúvidas, necessitamos reconhecer que existem intencionalidades expressas na forma de organização e alinhamento entre países emergentes. A entrada da África do Sul ao bloco, pode ser interpretada, portanto, a partir de duas perspectivas: a *pessimista* (na qual se faz presente o neocolonialismo) e a *otimista* (marcada pela benevolência, e o mútuo desenvolvimento entre os membros) (LECHINI, 2012). Nesse ponto, preferimos nos isentar desse debate, uma vez que nos interessa uma macroanálise da conjuntura, e o que representa o BRICS nesse rearranjo da ordem global, deixando para outro momento esse interessante debate sobre o neocolonialismo e a cooperação.

1.4. As instituições de Fortaleza (2014).

A superação do título de categoria de investimentos ocorrera gradativamente, sobretudo pelos esforços de integração política e econômica dentro do grupo do BRICS – sistema de *transgovernamentalismo*. Anualmente, representantes dos cinco países promoveram encontros na busca de instituir uma maior integração e coesão, traçando metas para além somente da esfera econômica, em temas como mudança climática – pode se dizer que esta é diretamente uma herança do IBAS –, segurança alimentar e energética, assim como terrorismo etc. A expansão de temas discutidos, refletiam positivamente os desdobramentos da política Sul-Sul, e demonstrava o sincronismo potencial que poderia se incorporar no mundo emergente.

A ideia de uma nova cooperação financeira institucionalizada começou a tomar forma já no ano seguinte a Sanya. A insatisfação com o sistema financeiro tradicional, fruto marcante das medidas de Bretton-Woods no pós-guerra, confluía em uma maior demanda de descentralização político-econômica de tais instituições, buscando uma maior representatividade e influência emergente em assuntos internacionais. Adriana Abdenur e Maiara Folly (2015) ressaltam o engajamento do BRICS como reação aos efeitos da crise de 2008.

Sua demanda conjunta pela reforma das principais instituições internacionais – vistas como anacrônicas, uma vez que não refletem a atual distribuição do poder global – tem sido particularmente expressiva no que diz respeito ao campo do desenvolvimento internacional. Essa posição decorre não apenas do ceticismo em relação aos modelos e às normas providas pela assistência do Norte, mas também da crescente frustração diante da falta de reformas internas implementadas pelas instituições de Bretton Woods e do sistema ONU (ABDENUR; FOLLY, 2015, p. 83 *apud* VESTERGAARD; WADE, 2011).

Nesse sentido, torna-se claro a gana de expansão de representação dos países emergentes, intendendo a formação de uma relação paralela ao Banco Mundial (BM) e o FMI. Em março de 2012, reuniram-se em Nova Délhi, na sua quarta Cúpula, as autoridades dos cinco países do BRICS, acompanhados massivamente de grupos de nível ministerial e *think tanks* dos mais diversos setores, na intenção de discutir, dentre um dos assuntos, a viabilidade de criação de um banco próprio de amplo impacto global. Foi a partir disso que nasce o embrião daquilo que viria a ser o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (NDB) e o Arranjo de Contingente de Reservas (ACR), que mais tarde, em junho do mesmo ano, anteriormente à Cúpula do G20 em Los Cabos (México), seria novamente pauta de articulações envolvendo ministros e presidentes dos Bancos Centrais.

Nos meses que antecederam a quinta reunião do BRICS em Durban, África do Sul (2013), começou a tomar forma os projetos para o lançamento das instituições anteriormente mencionadas. Ministros das Finanças e presidentes dos Bancos Centrais dos cinco países, como já mencionamos no parágrafo anterior, se articularam novamente na tentativa de investigar a viabilidade de estruturação dos dois mecanismos, rendendo um grupo de trabalho sob coordenação brasileira. O resultado dos estudos e conclusões foram apresentados no documento final da Cúpula no documento de eThekweni.

(...) Em março de 2012, instruímos nossos Ministros das Finanças a analisar a factibilidade e a viabilidade de se criar um Novo Banco de Desenvolvimento para a mobilização de recursos para projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável no BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento. Em vista do relatório dos nossos Ministros das Finanças, estamos satisfeitos com a constatação de que o estabelecimento do novo Banco de Desenvolvimento é factível e viável. (...) Em julho de 2012, em nossa reunião em Los Cabos, encarregamos nossos Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais de explorar a construção de uma rede de segurança financeira por meio da criação de um Arranjo de Contingente de Reservas (ACR) entre os países do BRICS. Concluimos que o estabelecimento de um arranjo contingente de reservas autogerido teria um efeito de precaução positivo, ajudaria os países do BRICS a evitar pressões de liquidez de curto prazo, forneceria apoio mútuo e reforçaria adicionalmente a estabilidade financeira. (BRICS, 2013)

Em 2014, definiu-se como o local para a IV Cúpula do BRICS Fortaleza, capital do estado do Ceará. Alguns percalços, entretanto, implicaram em atrasos das datas de realização do evento e a escolha do lugar sede do encontro no Brasil – Stuenkel (2017) coloca, no capítulo que trata dessa ocasião, que a escolha do lugar da Cúpula seria resultado de um favor prestado ao então governador do estado, Cid Gomes (Partido Republicano da Ordem Social – PROS), um aliado político da presidenta Dilma Rousseff (PT). Dentre os problemas, pode-se dizer que essa alteração foi produto de uma exigência da agenda chinesa, fazendo com que ao final, não somente o Brasil, mas como também a Índia, tivessem que se adaptar a isso. Não obstante, encontrava-se o fato de o Brasil estar sediando a Copa do Mundo da FIFA no mesmo ano, e a mudança repentina de data da realização da Cúpula – de março para junho – implicaria em uma grande proximidade entre os eventos.

O presidente da China, Xi Jinping, havia marcado uma visita bilateral em Brasília ao término da Copa do Mundo, e a China sinalizou que Xi não estava disposto a viajar para o Brasil duas vezes no mesmo ano. (...) A decisão de adiar a cúpula teve uma consequência importante: em vez da participação de Manmohan Singh, que esteve em todas as cúpulas desde 2009, quem veio foi o novo primeiro-ministro Narendra Modi, o que permitiu que os debates da reunião lançassem um olhar mais confiante para o futuro. Foi uma das primeiras viagens internacionais do novo líder eleito, e serviu para testar o comprometimento a longo prazo da Índia no grupo (STUENKEL, 2017, p. 153 – 4).

Fato interessante da ocasião, foi a repercussão midiática que a Cúpula recebeu, além da participação expressiva da sociedade civil. Tem-se isso como marcante, pois diferentemente da Rússia e da China, por exemplo, a reunião de ONGs e acadêmicos ocorre de forma livre, em consonância com representações políticas, o que eleva o caráter democrático dessas iniciativas. Não obstante, como já colocamos, oficialmente se organizou a estrutura administrativa e o lançamento oficial das novas instituições, o que mais uma vez, contribuiu para a expansão da influência dos interesses dos países emergentes para uma descentralização financeira, e maior independência da estrutura promovida pela ordem global – a figura abaixo mostra o encontro dos representantes dos cinco países, no dia 15 de julho (primeiro dia da Cúpula). Da esquerda para a direita: presidente Vladimir Putin (Federação Russa); primeiro-ministro Narendra Modi (República da Índia); presidenta Dilma Rousseff (República Federativa do Brasil); presidente Xi Jinping (República Popular da China); presidente Jacob Zuma (República da África do Sul).

Figura 2. IV Cúpula do BRICS em Fortaleza (2014).



Fonte: Reuters (2014). Disponível em: < <https://www.reuters.com/article/us-brics-summit-bank/brics-set-up-bank-to-counter-western-hold-on-global-finance-idUSKBN0FK08V20140715>>. Acesso: 28 de dezembro de 2019.

O documento, IV Cúpula: Declaração e Plano de Ação de Fortaleza, além de apresentar os resultados e novos planos de colaboração do BRICS, explicita o tema central debatido – Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis (BRICS, 2014) – assim como apresenta as instituições em seu caráter estrutural e administrativo. Daremos foco a seguir ao que diz respeito diretamente ao NDB e o ACR.

1.4.1. O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB).

De fato, um grande marco da cooperação financeira entre os cinco países, o NDB faz-se, em suma, um dos mecanismos de cooperação interbancária do BRICS na busca de maiores laços comerciais e de investimento entre países emergentes do Sul. Seu objetivo é eminentemente o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento, não somente entre os cinco países membros do grupo, mas também em países emergentes em desenvolvimento. Como anteriormente colocado, o empenho do estudo e viabilidade da organização de tal iniciativa, foi um trabalho conjunto entre grupos ministeriais do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, formalizando aquela ideia lançada em 2012 durante a IV Cúpula em Nova Délhi.

Chamou atenção nesse processo, a inspiração voltada à modelos corporativos pré-existentes que possuíssem amplo envolvimento colaborativo entre países comuns. É a partir disso que se destaca a Corporação Andina de Fomento (CAF) – identificada também por Banco de Desenvolvimento da América Latina –, no qual o Brasil possui participação em crédito e empréstimos para projetos de infraestrutura e energia sustentável em seu território. O volume de investimentos chamou a atenção e se demonstrou um modelo viável para o primeiro passo do NDB.

[o CAF] envolve 18 nações e financia mais obras de infraestrutura do que o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento juntos. Um detalhe particularmente importante sobre o CAF é que, diferentemente do restante dos financiadores da América Latina, ele é o único que é financiado quase inteiramente pelos mesmos países aos quais ele empresta (STUENKEL, 2017, p. 162).

A transposição da ideia para o âmbito global, buscando a proposição de uma alternativa ao Banco Mundial, no qual, se encontra insuficiente e envolto pela influência das potências tradicionais, tem em sua posse uma clara aspiração de inverter a mesa do jogo. Desde sua criação, o banco é aberto à participação de outros países membros da ONU, entretanto, países concebidos como desenvolvidos não poderão tomar empréstimos, apesar da possibilidade da associação deles à instituição. A despeito dessa questão, os países do BRICS reservarão sempre ao menos 55% do poder de voto total, enquanto aos demais, nenhum poderá deter mais do que 7% de participação, ou ainda, países desenvolvidos terão no máximo 20% do poder de voto (BATISTA JR., 2019).

O capital integralizado do NDB também se faz notável. Nada menos do que 100 bilhões de dólares se fizeram de capital inicial, no qual 50 bilhões se mantém subscritos à idênticas parcelas de 10 bilhões entre os cinco países membros credores. A estrutura administrativa se

divide no Conselho de Administração, Conselho de Governadores e Presidência do Banco¹². A sede do banco localiza-se em Xangai (China), contando também com um Centro Regional de representação africana em Sandton (África do Sul), e previsão de ampliação de escritórios regionais – previa-se a implementação do segundo escritório de representação em São Paulo, ao final de 2019. Não obstante, o Novo Banco já conta com 79 projetos – dentre os quais constam em aprovação, aprovados, e de solicitação de consultoria técnica – sendo realizados nos cinco países membros do BRICS¹³ até o momento.

1.4.2. O Arranjo de Contingente de Reservas (ACR).

Concomitante ao plano de criação de um banco próprio, também pairava no imaginário dos principais líderes de governo dos países membros do BRICS a criação de uma reserva amortecedora em caso de crise. Esse viria a ser um mecanismo independente de estabilização econômica e financiamento de longo prazo, financiado pelos Bancos Centrais do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que veio a ser concebido como Arranjo de Contingente de Reservas. Seu objetivo, como é definido pelo Documento final da VI Cúpula em Fortaleza, seria um contraponto às pressões por liquidez de curto prazo, promovendo a cooperação e assegurando maior segurança financeira dos países.

A implementação do plano mostrou-se eficiente e relativamente rápida, uma vez que não se demandou o planejamento de estruturas físicas, nem da criação de um fundo comum, uma vez que a reserva é guardada pelos próprios Bancos Centrais, acionadas somente quando requisitada em caso de um dos países entrarem em crise. Em síntese, a distribuição das contas seria respectivamente, US\$ 41 bilhões da China, US\$ 18 bilhões do Brasil, Rússia e Índia, e somente US\$ 5 bilhões da África do Sul, totalizando US\$ 100 bilhões – estas contribuições individuais também determinam um multiplicador para o acesso aos recursos, sendo o multiplicador da China sendo 0.5, do Brasil, da Índia e da Rússia, de 1, e a África do Sul, de 2.

Alguns problemas, como o atraso no final das negociações pela relutância brasileira em comprometer reservas do Banco Central em uma iniciativa potencialmente arriscada, e

¹² Até o final do ano de 2019 a estrutura administrativa do NDB se dividia da seguinte forma: *Conselho de Governadores* – Dir. Paulo Guedes (Brasil); Dir. Anton Siluanov (Rússia); Dir.^a Nirmala Sitharaman (Índia); Dir. Kun liu (China); Dir. Tito Titus Mboweni (África do Sul). *Conselho de Administração* – Dir.^a Yana Sobral Alves (Brasil); Dir. Sergei Stochak (Rússia); Dir. Kalyanaraman Rajaraman (Índia); Dir. Wencai Zhang (China); Dir. Enoch Godongwana (África do Sul). *Presidência* – Presid. Kudanpur Vaman Kamath. Fonte: <https://www.ndb.int/about-us/organisation/governance/>. Acesso: 29 de dezembro de 2019.

¹³ Dados retirados do website oficial do NDB. Dos 79 projetos, 18 estão sendo realizados no Brasil, 16 na Rússia, 20 na Índia, 16 na China, e 9 na África do Sul. Disponível em: <https://www.ndb.int/projects/list-of-all-projects/>. Acesso: 12 de nov. 2020.

argumentos de analistas que afirmam 100 bilhões ser uma quantia modesta para o padrão global já estabelecido entre os *pools* existentes, se fizeram presentes. Outro ponto que causa controvérsias é a autonomia relativa que possui o fundo. O acesso aos recursos autonomamente por cada país, cumprindo o estabelecido pelo Tratado, é ainda limitado à 30%, fazendo necessário um acordo com o Fundo Monetário Internacional caso haja necessidade de mais recursos.

Ainda assim, o ACR é uma alternativa interessante, muito inspirado, também, em mecanismos internacionais já existentes. Apesar de não confrontar diretamente a representatividade do FMI, a Iniciativa Chiang Mai (ICM) – após 2009, rebatizou-se para Iniciativa Multilateral Chiang Mai (IMCM), quando aumentaram o tamanho nominal de *swaps* dentro do fundo – fornece relativa capacidade de proteção dos países associados ao ASEAN+3¹⁴. O ICM foi fundado em 2000, intendendo uma maior independência ao FMI e influência internacional nas economias do Sudeste Asiático, gravemente impactadas pela crise do final dos anos 90 e severamente prejudicadas pelos supostos abusos de poder cometidos pelo fundo internacional – novamente, a autonomia ainda é relativa, sendo que o acesso superior aos mesmos 30%, também necessita de um plano político de elaboração do FMI.

1.5. Os esforços brasileiros na confluência entre os BRICS.

Como vimos nas seções anteriores, o cenário que ordena a agenda brasileira no planejamento de estratégia para a política externa com os demais países sofreu uma significativa mudança na virada do século. Enfaticamente, os olhares foram gradualmente se voltando para a possibilidade de um novo protagonismo no cenário global, pautado sobretudo em uma maior independência dos tradicionalismos oportunistas organizados pelos países e instituições dominantes – nos referindo explicitamente aos Estados Unidos e a Europa –, privilegiando o multilateralismo e parcerias entre países emergentes. Dentre as ações estão, por exemplo, o fortalecimento de instituições regionais, o estreitamento das relações com nações africanas, assim como a proatividade em uma maior participação política para assuntos de paz e desenvolvimento econômico.

A possibilidade do início de uma mudança na estrutura global, colocando no foco das discussões – dessa vez de forma mais incisiva – os países emergentes engajados em uma política Sul-Sul, fez do BRICS o centro das atenções do mundo, como um dos principais símbolos de

¹⁴ Dez (10) são os países membros, sendo eles: Camboja, Laos, Vietnã, Mianmar, Tailândia, Filipinas, Cingapura, Indonésia, Brunei e Malásia. Além dos 10 países membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático, somam-se ao ASEAN também a China, o Japão e a Coreia do Sul (ASEAN+3).

uma transformação plausível. Ainda nos dias de hoje, vemos antigos membros do governo olhando para esse período do início do século com certo saudosismo, e com razão, pois poucos foram esses momentos na História do Brasil em que nossa autonomia renderam frutos tão notáveis – a título de exemplo, temos em 2008 a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (contrabalanceando o monopólio da força coordenada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN), e mais recentemente, junto ao BRICS inclusive, a constituição do NDB e o ACR em 2014. Especialmente quanto aos BRICS, a dedicação e o empenho brasileiro também foram de grande importância, e decididamente, contribuíram para a evolução do grupo para além de uma categoria de investimento, como era originalmente.

A consolidação efetiva do grupo, já em 2011, se combina com um fato marcante da História recente de nosso país. Dilma Rousseff, é eleita a primeira presidente mulher do Brasil, com mais de 55 milhões de votos, carregando ao seu lado o terceiro mandato na representação máxima de Estado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Não obstante, a mudança de governo também trouxe consigo alterações importantes no âmbito da agenda internacional, fazendo com que, em termos mais amplos, se mantivesse o caráter universalista, multipolar anteriormente inseridos no lócus geopolítico brasileiro, ainda que muitos acreditassem que continuidade da política tenha sido fracassada pela falta de representatividade presidencial nos diálogos (BECARD; BARROS-PLATIAU; OLIVEIRA, 2015).

Também marca o ano de 2011, o fato de todos os países no BRICS estarem ocupando assentos no Conselho de Segurança da ONU (CSNU). Nesse âmbito se fazia importante para o Brasil o pleito de uma vaga permanente, como símbolo de uma maior representatividade dos países emergentes, em posição de rebater a palavra final das potências tradicionais em assuntos passíveis de infringir a soberania e autonomia de países em crise. Essa insistência na reforma do Conselho, há muito já havia sido tratado pelos representantes brasileiros, e vinha sendo reproduzido também por outros emergentes, como a Índia e a África do Sul. A representação e a simbologia desse *status*, entretanto, repercutia um embate singular, que por vezes se divergia da opinião chinesa e russa, membros permanentes do Conselho desde sua criação, ainda que a convergência entre os países caminhava para uma maior coesão política.

De fato, à esta altura, o Brasil alinhava-se com o Brics, cujos dois representantes no Conselho, Rússia e China, eram suficientes para vetar decisões contrárias ao pensamento em segurança internacional com que os emergentes confrontavam a Organização do Tratado do Atlântico Norte-Otan. Aliás, os dois não desejam que o poder de veto se dilua em aumento de membros permanentes e, nessas circunstâncias, o recuo brasileiro torna-se mais compreensível (CERVO; LESSA, 2014, p. 136)

Entretanto e ainda assim, a figura da Rússia e da China se fazem importantíssimas na composição das estratégias brasileiras, sendo um importante salto para o alinhamento das intencionalidades do país para maior inserção no cenário global. Ronaldo Sardenberg (2013), conclui que para o Brasil, “(...) a atuação no BRICS corresponde à utilização de um novo e original veículo para auxiliar a execução de muitos aspectos de política externa, inclusive o encaminhamento do pleito do Brasil a ocupar um assento permanente no CSNU” (SARDENBERG, 2013, p. 508), como anteriormente introduzimos. Não obstante, sucessor de Celso Amorim em 2011, Antônio Patriota demonstrou-se fiel à uma continuidade da política externa do governo anterior.

Em recente entrevista em Addis Abeba, o Chanceler Antonio Patriota explicou com exatidão que esse pleito está solidamente vinculado às metas de fazer com que o Conselho seja mais transparente e responsável (“*accountable*”), menos tendente à adoção de medidas coercitivas e mais disposto a exaurir as possibilidades que oferecem a diplomacia, a negociação e o diálogo (SARDENBERG, 2013, p. 508).

Dentro das pautas econômicas também – sucedâneas e complementares às políticas – tivemos um certo avanço. Como constantemente relembramos, a insatisfação dos países emergentes na composição da estrutura das instituições internacionais, originárias de Bretton Woods, era gradativamente reforçado, sobretudo após a crise de 2008, no qual se via uma gradual perda de legitimidade das potências tradicionais. A demanda por ampliação de representatividade rendeu frutos dentro na organização das decisões de ordem internacional, como por exemplo a ampliação do fórum de discussões do G20, que veio substituir o G7.

Como lembra Oliver Stuenkel, o “espírito” à época foi marcado pelos debates sobre o declínio estadunidense, a ascensão chinesa e a urgência de temas como o aquecimento global e a pobreza, confluindo com as pressões para inclusão dos “emergentes” nas discussões sobre as alternativas globais. Assim, a refuncionalização do G20 e a consolidação das Cúpulas entre seus chefes de Estado, estabelecendo-se como principal fórum para discutir a “governança global”, simbolizaria, para o autor, a entrada na “era da multipolaridade”, o que contribuiria para tornar a ordem global menos ocidental e mais diversificada (VASCONCELOS, 2018, p. 72 *apud* STUENKEL, 2015, p. 04-05).

Não obstante, a demanda por reformas no FMI, assim como a maior participação das cotas pelos países emergentes foram continuadas. Paulo Nogueira Batista Jr.¹⁵, indicado para diretor executivo em 2007 no FMI, corroborou nesse processo em consonância das intenções que integravam a política externa brasileira pelos governos do PT, com Lula e Dilma. Algumas ações diretas da *Brazilian Chair* (cadeira brasileira no FMI), se pautavam na tentativa de

¹⁵ Alguns relatos sobre a passagem do economista no FMI e na vice-presidência do NDB foram publicados em seu último livro que adotamos como referência neste trabalho. C.f. BATISTA JR, 2019.

redução da Diretoria de comando europeu, e na promoção de novas aberturas de linhas de crédito tendo o Brasil como credor – algo imprescindível até então, uma vez que o Brasil muito se fez utilizar de empréstimos do FMI em décadas passadas – e detentor de cotas para votos (BATISTA JR. 2019).

Essa questão que diz respeito a governança do FMI, também foi de preocupação dos demais países do BRICS juntamente ao Brasil, sobretudo da Índia e da Rússia. Isso foi fundamental para articulação desses países na decisão de pautas circunscritas ao fundo, principalmente a partir de 2008 no que dizia respeito da reforma de quotas de empréstimo, o que rendeu, contribuições adicionais de US\$ 92 bilhões em 2009 – a China com US\$ 50 bilhões, Brasil, Rússia e Índia, com US\$ 14 bilhões cada – e posteriormente em 2012, US\$ 75 bilhões – US\$ 43 por parte da China, US\$ 10 pelo Brasil, Índia e Rússia, e desta vez US\$2 bilhões pela África do Sul.

Enfim, em vários níveis podemos citar algumas das ações que se fizeram presentes nas agendas dos países integrantes do grupo. Em suma, a proximidade quanto à posição que estes países assumem no cenário global, se faz semelhante em diversas formas, sobretudo quando nos referimos a eles como emergentes. Essa identidade, como pudemos traçar vagamente nos parágrafos anteriores, demonstram em certa medida quais foram os esforços – e claro, podemos dizer muitos outros como o caso da rodada Doha pela OMC, questões quanto à diplomacia em temas de segurança, como na guerra da Síria, ou mesmo o crescente de acordos comerciais entre os países do BRICS etc. – do BRICS, sobretudo sob o olhar do Brasil, na coerência das decisões pela reciprocidade entre os países em temas tangentes à economia, à política internacional, ciência e tecnologia, desenvolvimento sustentável, saúde e educação, segurança alimentar etc. Apesar disso, como bem lembra Vasconcelos (2018), não se deve analisar as partes de forma individual, mas sim, como um grupo efetivo e com isso intendemos nos aprofundar um pouco mais na parte teórica acerca do funcionamento dessa chamada *ordem mundial*.

2. O SISTEMA INTERESTATAL E SEU JOGO DE FORÇAS.

Já sido apresentado um pouco da conjuntura, partiremos para uma análise mais teórica. O BRICS apresenta um protagonismo no cenário mundial como um grande *player* cuja representação se debruça sobre os países emergentes, sobremaneira com a posse de exigências e novos planos para um projeto global mais equilibrado no campo econômico e político do cenário internacional. Torna-se importante esse levantamento anteriormente feito, portanto, para que possamos ter em mente as possibilidades e feitos que foram postos à prova para tentarmos vislumbrar como isso de fato pode se tornar um contrabalanceamento no jogo de forças que sustenta a ordem das relações interestatais.

Não podemos deixar de lado o fato de que ainda assim, muito se pode dizer quanto ao poder e hegemonia que as potências tradicionais – e com isso queremos dizer, sobretudo, Estados Unidos e países da Europa – exercem sob os domínios jurídicos de organização contemporânea, quanto às instituições supranacionais, os sistemas financeiros, segurança e paz etc. que se capilarizam nas mais distintas formas para dentro dos mais diversos países. Porém, os movimentos promovidos a partir desse universo que inscreve uma dialética centro-periférica, tem mostrado suas flutuações, e junto a isso, um potencial conflito na maneira em que compreendemos essa chamada ordem global. Queremos dizer com isso que os contrabalanceamentos, cada vez mais frequentes, vislumbram um imaginário já intrínseco aos pensadores das ciências políticas-internacionais, que revela a possibilidade de uma crise global sob pretexto da inauguração de um período de *caos sistêmico*¹⁶ no moderno sistema mundo.

Como colocaremos adiante, após um estudo breve sobre o debate *poder e hegemonia*, é de fato o que alguns pensadores – que chamaremos de declinistas (COSTA JÚNIOR, 2018) – idealizam, e como podemos associar essa crise de representação utilizando nosso objeto de estudo como ator desse cenário de crise de hegemonia das potências tradicionais. Naturalmente, introduziremos essas ideias de forma sumária, a fim de que se possa entender, grosso modo, as ideias e perspectivas que nos levam a acreditar na possibilidade dessa nova arquitetura global. No capítulo seguinte a esse, retornaremos à análise do BRICS.

¹⁶ Cabe aqui contextualizarmos o conceito. Segundo Arrighi (2013) o caos sistêmico refere-se: “(...) a uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota de um conjunto mais antigo de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas duas circunstâncias. À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de ‘ordem’ – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! – tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico” (ARRIGHI, 2013, p. 30).

2.1. *Poder: uma introdução ao termo.*

Afinal, o que vem a ser o *poder*? O emprego dessa palavra, no âmbito das relações internacionais, muito se faz presente nos discursos de cientistas sociais, geógrafos e filósofos, sobretudo quando discutimos questões da ordem relacional entre os países, sobrelevando análises econômicas, políticas, sociais etc. Dizer que a tal Estado possui maior/mais *poder* do que outro, apesar de soar como natural, suscita um termo carregado de significado, que mais do que nunca, merece ser compreendido mais profundamente – ainda que aqui procuraremos explorá-lo de maneira bem sumária.

Buscando conceitos mais familiares à nossa área de estudos, retomamos aqui um grande geógrafo francês do século XX, Claude Raffestin. A intrínseca relação que o espaço exerce sobre a vida social apresenta algumas especificidades, que permitem as relações ocorrerem a partir de aspectos regidos pela economia, pela política, por constructos históricos etc. É entremeios a isso que existe *poder*, que se manifesta de diversas formas, através da cultura, da língua, ou mesmo espacialmente – por territórios e regiões. Raffestin (1993) concebe a noção de *poder* a partir da filosofia foucaultiana, porém, em sua interpretação, existiria uma distinção dentro da própria palavra, no qual se dividiria *Poder* de *poder*. Segundo o autor:

O Poder com uma letra maiúscula postula, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei, ou da unidade global de uma dominação (...). O Poder, longe de ser negligenciável, se torna mais familiar, mais marcante e também mais habitual quando aparece envolto em sua dignidade de nome próprio. (...) O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

O *Poder* substantivo, de posse dos Estados se manifesta através de aparelhos complexos, “(...) que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos” (RAFFESTIN, 1993, p. 52). O *poder*, por sua vez, mais efêmero, manifesta-se através da ordem relacional dos sujeitos, possuindo subjetividades, e por esse motivo, torna-se uma tarefa extremamente árdua de se conceituar, diferentemente do primeiro conceito. Não entraremos no mérito, porém, de adotar o conceito proposto por Raffestin como procedimento metodológico no desenvolvimento da nossa pesquisa, uma vez que se trata de uma visão direcionada a um assunto específico à Geografia Política, e não concebida pelos demais autores que embasarão nossa discussão. Todavia, essa reflexão é notável uma vez que a ideia central que circunda o debate, também é resgatada mormente na análise da conjuntura.

Harvey (2014b), outro geógrafo, não discutirá o termo mais detalhadamente, mas compreende que o *poder* é presente no entendimento da organização relacional dos Estados inseridos no contexto do sistema capitalista. Dessa forma, sua tradução partirá de uma noção

voltada ao imperialismo moderno – tem-se o *imperialismo capitalista* – que se caracteriza por fundir uma política de Estado e de império. Assim, segundo o autor, tal política seria “o imperialismo como projeto distintivamente político da parte dos atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares (HARVEY, 2014b, p. 31).”

O caráter da espacialidade torna-se um pouco mais evidente na análise do autor britânico. Em termos mais breves, sua concepção gira em torno de uma interpretação do sistema capitalista – que se faz indissociável à ação imperialista – atuando sobre o território, a partir das estratégias políticas, diplomáticas e militares dos Estados. Essa manifestação do poder na sua forma espacial – que conflui atores capitalistas e os homens de Estado –, corresponderá àquilo “(...) que Arrighi denomina lógica ‘territorial’ do poder e lógica ‘capitalista’ do poder” (HARVEY, 2014b, p. 32). Estas duas formas de poder tornam-se indissociáveis e contraditórias, mas ainda assim, concebem igualmente domínios territoriais como forma de reverberação do poder dos Estados inseridos dentro do sistema capitalista. Com isso, Arrighi (2013) exprime a visão dos governantes a partir dos pontos de vista respectivos:

Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/ o capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital (ARRIGHI, 2013, p. 33).

Intimamente relacionadas com os Estados modernos, as formas de *poder* se manifestam a partir das estratégias dos governantes, e em primeiro momento, se fazem mais ou menos presentes dentro dos Estados. A exemplo disso, e sobrelevando a interpretação do *moderno sistema interestatal*, por exemplo temos a cidade-estado de Veneza, na qual orientou-se “(...) para a acumulação de capital, e não para a incorporação de territórios e populações” (ARRIGHI, 2013, p. 34), nos levando a concluir que a lógica *capitalista* era sobreposta à *territorialista*. O que cabe concluir a partir disso, é de fato a capilaridade que o *poder* assume dentro do campo de análise que tentamos buscar aqui, fazendo com que, talvez, tenhamos chegado à um ponto de inflexão que nos traga algum desafogo na busca de denominação do termo.

Esse resgate feito nos parágrafos anteriores retomando um pensamento pouco mais familiar à geografia, cria uma interessante adversidade metodológica, uma vez que estamos alçando aqui, também, uma análise dentro do campo das relações internacionais – mais precisamente ao que diz respeito à sua vertente realista. É nesse contexto que voltar à Stuenkel, junto à sua teoria de uma ordem paralela, se faz problemático, uma vez que a concepção de

poder que se tem é distinta, muito mais focada no orbita relacional das políticas dos Estados, exercida de dentro para fora, sobretudo focando-se mormente no tratamento de assuntos globais. Para sanar esse impasse, avançaremos um passo adiante em direção às análises presentes nas relações internacionais.

2.2. *Soft power, hard power.*

Quando pensamos em termos mais restritos a questão do *poder* e nos debruçamos na disciplina de relações internacionais buscando nos conceituar, veremos que muito se leva de influência desse pensamento para o entorno dos enclaves universitários – em grande parte jornalísticos, midiáticos e políticos. É neste contexto que Stuenkel (2018), autor citado já anteriormente, reconhece que os termos (*hard power* e *soft power*) que dão nome à essa seção foram “(...) uma das poucas ideias desenvolvidas na academia que foi adotada com sucesso por formuladores de política em todo o mundo (STUENKEL, 2018, p. 109). Pensar as relações internacionais e os movimentos da ordem política global a partir desses conceitos, pode ser uma boa ideia portanto, uma vez que já nos encontramos nesse ambiente paralelo das ciências políticas.

De fato, se dermos uma rápida olhada nos principais veículos de notícias internacionais, não é incomum encontrar o emprego desses termos nas manchetes e no corpo dos textos, quando o assunto é formulação ou o exercício de estratégias políticas por parte dos Estados. Isso que se concebe com certa vulgaridade, entretanto, possui um contexto, um significado, que nasce com um cientista político estadunidense na década de 1990. Em termos mais gerais, o compilado de significados que *poder* foi incorporando com o passar dos tempos – sobretudo por cientistas sociais – rendeu uma revisão e a teorização destes conceitos, que exploraremos mais atentamente, uma vez que muito se insiste em se falar *soft power* e *hard power* nos artigos sobre nosso objeto de estudo¹⁷.

Basicamente, Joseph Nye Jr. (2012) vai identificar três aspectos que possui o *poder*. Esses aspectos, serão chamados de “faces” do poder, e podem ser definidas da seguinte maneira:

¹⁷ Nos reservaremos aqui a fazer a análise apenas dessas duas categorias definidas por Joseph Nye. A extensão desse tema se faz demasiadamente ampla, uma vez que cada forma de poder – tanto o *hard power*, como o *soft power* – possui subcategorias, nas quais desdobram-se diferentes fontes e formas do exercício dos ajustes de agenda, atração e persuasão. Não obstante, Nye também identificará o *smart power*, no qual – infelizmente – não exploraremos aqui neste estudo.

Tabela 1. Três aspectos do poder relacional (NYE, 2012).

PRIMEIRA FACE: A usa ameaças ou recompensas para mudar o comportamento de B contra as preferências e estratégias iniciais deste. B sabe disso e sente o efeito do poder de A.

SEGUNDA FACE: A controla a agenda das ações de uma maneira que limita as escolhas de estratégias de B. B pode ou não saber disso e estar consciente do poder de A.

TERCEIRA FACE: A ajuda a criar e moldar as crenças, percepções e preferências básicas de B. É improvável que B tenha consciência disso ou entenda o efeito do poder de A.

Fonte: NYE (2012).

A cooptação, coerção ou manipulação de um ator pelo outro, ganham aí status de *poder*, sendo passível de se fazer uma categorização quanto aos três aspectos dessas ações. A interrelação que as caracterizariam, portanto, “(...) se concentra na capacidade de conseguir que os outros ajam de maneiras contrárias às suas preferências e estratégias iniciais” (NYE, 2012, p. 33), tendo como forma mais aparente a coerção como forma de julgo do poder. Essa primeira face, é o que se concebe como *hard power*.

A coerção pode ser bastante clara em uma situação em que parece haver um grau de escolha. Se um homem aponta um revólver para você e diz: “A bolsa ou a vida”, você tem alguma escolha, mas esta é pequena e inconsistente com suas preferências iniciais (a menos que incluam suicídio ou martírio). Quando a Checoslováquia sucumbiu às tropas alemãs e soviéticas que entraram em Praga, em 1938 e novamente em 1968, não foi porque o país o quis (NYE, 2012, p.33).

A citação anteriormente destacada relata explicitamente o uso da força com o arquétipo do revólver – no qual podemos fazer uma analogia direta ao poder militar por exemplo –, entretanto em contextos mais amplos, sobrelevando a interrelação entre Estados, podemos facilmente adaptá-la às medidas econômicas, como sanções, ou mesmo intervenções militares – ou seja, *hard power* como poder econômico e militar. Todavia, dentro do universo de possibilidades que o *poder* possui na interação entre atores, a primeira face não se faz exclusiva, por exemplo, quando pensamos na dimensão do ajuste e regulação da agenda dos países a partir das decisões internacionais direcionadas por instituições supranacionais, tais como os blocos econômicos regionais ou a ONU propriamente. Não se trata da coerção pelo uso da força física, mas sim na difusão de ideias, no qual torna seu emprego “(...) possível moldar preferências dos outros afetando suas expectativas do que é legítimo ou factível” (NYE, 2012, p. 34). Entramos a partir disso na dimensão do *soft power*.

Atores poderosos podem garantir que os menos poderosos jamais sejam convidados para a mesa ou só cheguem lá depois de as regras do jogo já terem sido estabelecidas pelos que chegaram primeiro. A política financeira internacional tem essa característica, pelo menos antes da crise de 2008 ter aberto um pouco as coisas, quando o Grupo dos 8 (G-8) foi suplementado pelo Grupo dos 20 (G-20) (NYE, 2012, p. 34).

Essa face, por se fazer amplamente acordada entre os atores internacionalistas, nem sempre é percebida pelos subjugados, uma vez que são transvestidas de legitimidade – ao passo que se faz da vontade dos próprios Estados a se submeterem a tais instituições – levando países à conformidade quanto ao que se decidiu. Essa insipiência, se manifesta também pela sedução, da difusão de crenças e ideias, fazendo com que se exerça o poder por um “ator invisível”. As ideias e crenças, passíveis de moldarem as preferências dos outros ideológico-social-culturalmente, também se fazem *soft power*, e se configuram propriamente, como a terceira face do poder – alguns exemplos da terceira face poderiam ser, o ambientalismo, o liberalismo, o *american way of life*, e até mesmo a democracia.

É inegável que, dentro desse cenário que acabamos de levantar, os Estados Unidos sejam de longe a potência que mais usufrui dessas formas de poder na regulação e complementação da agenda internacional. O PIB estadunidense ainda se faz o maior do mundo¹⁸, possui um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, sua indústria cultural é a mais difundida e consumida em escala internacional, e quatro das dez maiores empresas públicas do mundo são dos Estados Unidos¹⁹. Todos esses fatos – assim como outros – contribuem para indagar que os EUA possuem vasto potencial para posicionar-se no topo de prioridade na organização da ordem mundial, mas nesse quadro geral, no qual encontram-se potências emergentes como a China, Índia e Brasil, é possível dizer que os Estados Unidos estão perdendo seus lugares de privilégio?

É interessante observar, durante a leitura de Joseph Nye (2012), sua perspectiva quanto à posição dos EUA e sua relativa posição decadente no sistema global. Em um dos capítulos, intitulado “*transição de poder: a questão do declínio americano*”²⁰, o autor vai se posicionar, ainda que de forma sucinta, dentro da discussão acerca da centralidade hegemônica das grandes potências – com ênfase, é claro, nos EUA -, e nos dá ideia de que ele próprio vai reconhecer a teoria dos ciclos hegemônicos para tentar explicar o lugar dos Estados Unidos nesse posto de potência hegemônica – como hegemônico, Nye aparenta conceber aqueles que detêm poder

¹⁸ Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) no ano de 2019, os Estados Unidos atingiram a marca de 21,4 trilhões de dólares, enquanto a China – o segundo maior PIB do mundo – soma cerca de 14,1 trilhões de dólares.

¹⁹ Forbes (2019): <<https://www.forbes.com/global2000/#1866b679335d>>. Acesso: 26 de dezembro de 2019.

²⁰ Cf. NYE, 2012, p. 197 - 257

absoluto. Percebemos em síntese, que o autor concebe a ascensão de um poder paralelo, respectivamente o Chinês, mas não mede esforços, com fatos e dados – ultrapassados, podemos assim dizer, uma vez que parece fazer uma análise até a crise de 2008 – em tentar provar que o poder absoluto “americano” não está nem perto de ser abalado.

Descrever a transição do poder no século XXI como sendo uma questão do declínio americano é inexato e ilusório. (...) A América não está em declínio e é provável que permaneça mais poderosa do que qualquer outro país isoladamente nas próximas décadas, embora a preponderância econômica e cultural americana vá se tornar menos dominante do que era no início do século (NYE, 2012, p. 256 - 7).

Esse duro reconhecimento, da preponderância econômica e cultural dos EUA em declínio vem, todavia, com um alerta feito em seções dedicadas à uma análise da situação dos países emergentes – sendo uma delas, por exemplo, dedicada exclusivamente ao BRICS. Nye tem um cuidado em expor a China dentro de sua análise, e a coloca como principal concorrente dos EUA nesse jogo de poder na ordem mundial. No cenário em que se insere o BRICS, se vê que o “(...) cerne do acrônimo, é a ascensão dos recursos da China” (NYE, 2012, p. 214), que torna a coesão do grupo, um importante embate de soma zero na medida de interesses e exercício de *poder*.

Em suma, o extenso contingente populacional, o rápido crescimento econômico, a detenção de significativa quantidade de armas nucleares, e a difusão cultural – na imagem criação de sucursais do Instituto Confúcio, por exemplo –, tornam a China um destaque no que diz diretamente respeito à utilização do *soft power* e *hard power*. A resiliência de Nye em reconhecer isso, não o faz de fato um declinista, uma vez que como vimos o autor não acredita nessa hipótese. Entretanto, como veremos mais adiante, existem outros argumentos que possibilitam uma captura distinta desse ponto de vista.

2.3. Hegemonia, o exercício do poder e o sistema mundo.

Já tendo sido colocada essa discussão introdutória acerca do que se compreende como *poder*, podemos caminhar em direção ao próximo tópico do nosso desenvolvimento. Quando nos vemos buscando uma compreensão razoável para se fazer uma medição de algo tão subjetivo quanto o significado ou mesmo o tamanho do *poder*, percebemos que, resumidamente, ela pode ser designada a um Estado ou a um grupo de forma mais ampla e assertiva, quando se utiliza o termo *hegemonia* – embora as seções anteriormente desenvolvidas tragam uma explicação bem breve e não necessariamente conclusiva sobre a transcrição de poder para hegemonia. Independente da vertente metodológica – e mesmo ideológica – dos autores apresentados, os

termos aparentam se mostrar indissociáveis quando discutimos a relação dos países em um sistema interestatal/global, e traz a nós uma assertiva binária que se baseia em: ou uma nação é hegemônica ou ela é dominada.

Diante disso, indagamos: o que se constitui como *hegemonia*? Nos parece consensual, diante da revisão da literatura, que uma figura tenha sido fundamental para o esclarecimento de tal pergunta. Vale resgatar, portanto, o que é compreendido do conceito a partir de Antonio Gramsci.

É mais que lógico termos em mente a complexidade que está envolvida na compreensão efetiva do conceito, porém, podemos direcionar nossos olhares àquilo que nos interessa do ponto de vista que aqui buscamos. Brevemente, nos utilizamos da explicação de Arrighi (2008) para a transcrição do conceito de Gramsci, que coloca *hegemonia* como sendo o “(...) poder adicional que advém de um grupo dominante em virtude de sua capacidade de guiar a sociedade numa direção que não só serve aos interesses do grupo dominante como também é percebida pelos grupos subordinados como a serviços dos interesses mais gerais” (ARRIGHI, 2008, p. 159). Tal introdução nos parece colocar um ponto de confluência entre as ideias que transitam nesse meio das relações internacionais, ao passo que muito se pode comparar a definição às faces do poder do realista Joseph Nye – ainda que em momento algum Gramsci aparecerá na obra referenciada.

É de fato com isso que buscamos unificar as seções, uma vez que a compreensão daquilo que fará a composição do que buscamos entender como ordem global, muito se utiliza tanto de um conceito como de outro, intendendo uma via conclusiva semelhante. Se utilizando de Harvey (2014b) por exemplo, sua compreensão acerca de hegemonia também é fundamentada em Gramsci, no qual o conceito, entendido pelo autor, relaciona-se ao *poder político* exercido mediante à liderança e consentimento dos governados (HARVEY, 2014b). Ainda, a partir disso, o autor trará em seu desenvolvimento a ideia de *poder distributivo* e *poder coletivo*²¹ para a manutenção do *hegemon* em sua forma geográfica (regionalmente) mediante aos instrumentos presentes no sistema capitalista – trata-se do uso a liderança para se estabelecer um jogo de soma não zero (Japão na Ásia, França e Alemanha na Europa), mas que ainda beneficie todas as partes, a partir de por exemplo, trocas comerciais. Fato que une os autores marxistas (Arrighi e Harvey) é o olhar crítico ao sistema capitalista, como forma de afirmação dos modelos de dominação, no qual um estará sempre acima do outro, mediante à processos de acumulação.

²¹ Cf. HARVEY, 2014b, p. 39.

Entretanto, o que difere justamente o conceito de Gramsci para os autores que até agora utilizamos nessa seção, é o contexto propriamente. *Hegemonia* não diz respeito às relações interestatais na sua origem, ainda que valha as semelhanças para sua definição no contexto internacional. Como vimos anteriormente, o conceito dirá respeito a distintos grupos pela disputa de um Estado, e no caso do autor italiano, se inseria ao contexto da ascensão da ideologia fascista na sociedade europeia do século XX. Essa situação viria a ser contornada, ainda que possua alguns problemas²², a partir da transposição da análise das relações intraestatais para as relações interestatais, se fazendo introduzir aquilo que se conhece como a *hegemonia mundial*.

O conceito de hegemonia mundial, (...) refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído num dado momento (ARRIGHI, 2013, p. 27).

E ainda:

As hegemonias mundiais, (...) só podem emergir quando a busca do poder pelos Estados inter-relacionados não é o único objetivo da ação estatal. Na verdade, a busca do poder no sistema interestatal é apenas um lado da moeda que define, conjuntamente, a estratégia e a estrutura dos Estados enquanto organizações. O outro lado é a maximização do poder perante os cidadãos. Portanto um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos. Ou inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles (ARRIGHI, 2013, p. 30).

Essa definição nos faz colocar novamente em prática nossa capacidade dedutiva de apontar a personagem que desponta as “qualidades” indicadas anteriormente. Prontamente, podemos afirmar, que frente a todo um aparato histórico e material daquilo que se tem presente nos dias de hoje – alguns deles: instituições oriundas de Bretton-Woods, o sistema financeiro internacional (cujas centralidade incide no dólar), o consumismo etc. –, a grande suspeita recai sobre os Estados Unidos e a Europa. Nos atentaremos mais ao primeiro – veremos adiante os ciclos de acumulação sistêmica, e regressaremos um pouco mais à Europa – uma vez que ele é aquele que efetivamente reuniu a grande massa de poder nos últimos tempos. Reuniu, pois como veremos, há indícios que indicam que a hegemonia estadunidense sofre seriamente riscos de se deteriorar.

²² ARRIGHI, 2013, p. 29.

Antes de mais nada, devemos fundamentar, portanto, nossa discussão a fim de entender o que configura esse “ciclo” no qual é colocado em seu prisma a figura dos EUA – e que anteriormente, teve em seu cerne outros três países europeus. Muito falamos até aqui sobre o surgimento de um poder conflitivo nesse jogo de disputas dentro do sistema global, no qual temos como principal adversário do eixo de países centrais as potências emergentes, que cada vez mais, almejam maior poder político e assustam com a crescente expressividade econômica de suas instituições. Essas relações que se estabelecem e que de fato, despontam sistemicamente o exercício do poder de forma cada vez menos centralizada, nos faz despertar a curiosidade de entender como se organiza a estrutura do sistema global em sua origem, uma vez que o período que nos encontramos é fruto de todo um processo de eventos que colocam no centro das atenções efetivamente a hegemonia mundial dos Estados Unidos.

Para tanto devemos introduzir a ideia da sucessão dos ciclos sistêmicos de acumulação, que ilustram a teoria do *Sistema Mundial Moderno*, conhecido também como *Sistema Mundo*. Quando utilizamos esse conceito dessa forma, partimos do ponto de vista lançado pelo italiano Giovanni Arrighi (2013), porém, devemos ter em mente que se destacam outros autores nesse campo de análise do sistema mundial capitalista, mas pretendemos aqui, por hora, nos debruçarmos de forma mais enfática no pensamento do primeiro. Não pretendemos nos alongar muito nessa discussão exprimindo categoricamente as características de cada Estado (ou no caso de Gênova, cidade-estado) desse sistema, ou tentar desvendarmos todas as interpretações dispostas na literatura, uma vez que cada ciclo resguarda um amplo arcabouço que é incorporado a quinhentos anos da História do capitalismo e cada respectivo pensamento tem posse de uma boa qualidade teórica. Porém inicialmente, se faz interessante apresentarmos os quatro componentes desse cenário que estamos aqui compreendendo.

O conceito de ciclo sistêmico de acumulação permitiu que Arrighi [1996] propusesse uma periodização do capitalismo histórico. Tais ciclos são identificados pelas suas potências hegemônicas, e cada um apresenta uma fase de expansão material e financeira. (...) O primeiro ciclo é o genovês e abrange o longo século XVI, isto é, de cerca de 1450 a 1630. O segundo ciclo é o holandês, aproximadamente de 1630 a 1780. O terceiro ciclo é o britânico, alcançando o período de 1780 a 1930. O quarto ciclo sistêmico é o norte-americano, com os Estados Unidos como potência hegemônica e tendo como primeira fase o período de 1930-45 até a década de 70 (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 122)

Aquilo que marca a organização mundial moderna, possui sua origem na forma de organização dos Estados que gradativamente se deixam levar pelas vias do capitalismo. O esboço dessa ideia de ciclos de acumulação parte do pensamento de Braudel (*longue durée*), no qual seria possível a identificação de períodos, aos quais – e isso de forma muito simplificada

–, inseridos no contexto do capitalismo histórico, alcançariam uma maturidade, deixando de lado sua expansão comercial (comércio material) em detrimento da financeira (comércio de moedas). Não é totalmente preciso apontar o exato momento em que há a ruptura para o início do sistema mundo como queremos colocar aqui, mas como aponta Arrighi (2013) essa inflexão se dará a partir da sobreposição das redes de acumulação sobre as redes de poder dos Estados, contribuindo para a organização do que é proposto como os *ciclos sistêmicos de acumulação* (ARRIGHI, 2013). Grosso modo, Wagner Arienti e Felipe Filomeno (2007) capturando esse conceito de Arrighi, nos otimizam o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação²³ sendo; “ciclos de ascensão e queda das hegemonias políticas e dos respectivos regimes de acumulação de capital e poder que lhes são subjacentes, intervalados por períodos de transições sistêmicas” (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 119).

Primeiramente, tem-se o cenário no qual as redes de acumulação se faziam subordinada a rede de poder, porém, a partir de sua expansão a nível global, elas acabam por se tornarem autônomas da segunda. Essas duas redes não se fazem dissociadas do Estado, que inclusive se direciona à qual se faz mais vantajosa aos seus olhos – diz aliança capital e Estado. Arrighi (2013) acrescenta ainda que, na busca do poder “os governantes [do Estado] têm que ser líderes não apenas nos processos de ação do Estado e da guerra, mas também nos de acumulação de capital” (ARRIGHI, 2013, p. 88). Assim sendo, os agentes capitalistas (empresariais) estariam frente as cadeias de mercadoria, enquanto o Estado, teria posição de liderança no sistema interestatal a nível global, ambos diligenciando estratégias para a constituição de, por exemplo, novos centros e periferias, de concentração de excedentes em diferentes e novas atividades – Arrighi acrescenta que o capital possui uma flexibilidade ilimitada – o que asseguraria uma hegemonia dentro desse sistema interestatal.

A fim de se chegar prontamente à quarta etapa – na qual, contamos com o protagonismo dos Estados Unidos – vamos dar início ao nosso raciocínio a partir do terceiro ciclo de acumulação, para exemplificarmos um pouco o que foi anteriormente dito. A prosperidade, substantivo que caracterizou a Grã-Bretanha durante o século XVIII e XIX, remonta especificidades históricas que gradualmente foram absorvidas pelo novo Estado e dentre eles pode se mencionar solenemente a Revolução Industrial como um evento dirigente da ascensão

²³ Os ciclos sistêmicos de acumulação podem ser sumarizados com a utilização da formulação marxista *DMD*: a fase de expansão material é uma fase *DM*, enquanto a fase de expansão financeira é uma fase *MD*. Nas fases de expansão financeira, observa-se não só o deslocamento de capital da forma produtiva para a forma financeira, mas também se constata uma abreviação da fórmula *DMD* para *DD*: o capital passa a prescindir do processo produtivo para se reproduzir, concentrando as atividades centrais, isto é, aquelas que geram uma maior transferência de valor para seus capitais, na valorização na esfera financeira (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 121).

da hegemonia britânica. Não obstante, a expansão colonialista também se fazia muito presente nesse contexto, assegurando rigidamente a expansão da influência política e econômica pelo Estado central e seus meios empresariais em diversos territórios.

Outro fato que contribuiu massivamente para a elevação da posição britânica nos altos patamares das finanças europeias, foi a superação em relação a França pelas vias militares. Arrighi (2013) coloca que, historicamente, “(...) somente depois de cessados os confrontos é que se estabelece um novo regime, com o capital excedente encontrando o caminho de volta para uma nova fase (DM) de expansão material” (ARRIGHI, 2013, p. 164) – na exemplificação, três guerras marcam a escalada ao poder da Grã-Bretanha como hegemonia desse sistema, sendo essas propriamente, a guerra dos trinta anos, as guerras Napoleônicas e a última que marcará o final do ciclo britânico, a Segunda Guerra Mundial. A vitória das guerras francesas, entretanto, trouxe consigo grandes volumes de gastos públicos, que por meio das amortizações e dos juros incididos sobre eles, tornaram essa dívida pública em um investimento à médio prazo para as indústrias nacionais (ARRIGHI, 2013).

Os frutos semeados, posteriormente acabariam sendo colhidos de forma abundante, sobretudo pelas indústrias siderúrgicas, que cada vez mais, conquistavam novos mercados globalmente com a venda de aço para construção de linhas férreas e navios mundo afora. Organizações governamentais e empresariais do mundo inteiro, para atenuar as dívidas que eram contraídas com a compra de mercadorias, investiam no aumento de sua produção, sobretudo de insumos primários, acelerando mais e mais a velocidade na qual capital monetário se transformava em mercadorias, dando o pontapé para a globalização da economia mundial capitalista. Como resultado, gradualmente essa fase de expansão material (DM) se converteu em uma fase de expansão financeira (MD), fundamentada pela exportação massiva de capital britânico para outros territórios, pela contração de empréstimos e atração de investimentos, o que fez da Grã-Bretanha o centro das altas finanças mundiais. Ademais:

(...) o controle da oferta de capital circulante dotou as classes capitalistas da Europa em geral, e as da Grã-Bretanha em particular, da capacidade de ditar aos Estados concorrentes as condições mediante as quais elas os auxiliariam na luta pelo poder (ARRIGHI, 2013, p. 277).

Naturalmente esse é uma síntese bem breve dos desenrolares característicos do ciclo britânico de acumulação e daquilo que vem a ser o sistema mundo do ponto de vista de Giovanni Arrighi. A ideia central, entretanto, pode ser concebida dessa forma para entendermos as heranças que configuraram o período em questão – ainda hoje, por exemplo, grandes bancos de caráter público/privado ainda imperam nas finanças europeias, como o *Royal Bank of Scotland*

(RBS) e o *Hongkong and Shanghai Banking Corporation* (HSBC) – para a sucessão que vem com o quarto ciclo (estadunidense). Como verificado anteriormente, a inversão de ciclos é acompanhada de um momento conturbado resultando em guerra e nesse para o último ciclo, mais precisamente o que vivemos atualmente, não foi diferente.

A virada do século XIX para o século XX foi marcado por eventos decisivos, sobretudo na Europa, que contribuíram para a confluência da substituição da hegemonia estadunidense sobre a britânica. No campo da Geografia, se via a unificação de Estados (Itália e Alemanha), reivindicações de minorias nacionais (Finlândia, Irlanda, Polônia e povos do antigo Império Austro-húngaro), e as teorizações da geopolítica clássica²⁴. Ainda nesse contexto, as incertezas que consolidavam alianças, corroboraram para a criação da Tríplice Aliança (Império Austro-húngaro, Itália e Alemanha) e da Tríplice Entente (Rússia, Grã-Bretanha, França), reforçando profundamente a corrida armamentista europeia (VICENTINO; DORICO, 2010).

Anteriormente à Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha sustentava-se no desequilíbrio do balanço de pagamentos com outros países, assim como no financiamento desses mesmos déficits em países da Ásia e América. Altos investimentos em outros países, possibilitavam a obtenção de divisas estrangeiras de exportação de produtos primários, garantiam a indústria e a aplicação em capitais excedentes, gerando lucro atrás de lucro. Destarte, apesar dos gastos crescentes gastos militares, era estimado que os investimentos externos britânicos assegurariam o custeio de ao menos cinco anos de guerra levando em conta toda massa de capital circulante (ARRIGHI, 2013). A situação é abalada gradualmente, porém, desvinculando os planos e jogando em cena os Estados Unidos como agente amortizador das demandas.

(...) em 1915, a demanda britânica de armamentos, máquinas e matérias-primas superou em muito o que a Real Comissão de 1905 havia projetado. Grande parte dos equipamentos necessários só podia ser fornecida pelos Estados Unidos, e sua compra deu início à erosão dos direitos britânicos à renda produzida nos Estados Unidos, bem como à acumulação de direitos norte-americanos sobre as receitas e ativos britânicos (ARRIGHI, 2013, p. 278).

A distância geográfica dos conflitos, a neutralidade e a recompra de investimentos em infraestrutura britânicos por baixos preços em solo estadunidense, promoveu um aumento de crédito e crescimento das finanças na economia da América do Norte, não somente na época,

²⁴ Um forte exemplo da formulação das estratégias de Estados no século XX, especialmente dentro dos estudos acadêmicos das escolas alemãs, inglesas e americanas. É certo que pensadores como *K. Houshoffer*, *H. J. Mackinder* e *N. Spykman* se divergem metodologicamente e espacialmente, mas não deixam de confluir na forma ideológica do pensamento de políticas com a finalidade de se exercer a dominação e a ampliação do poder dos Estados centrais.

mas também nas décadas seguintes. O dólar acabou por se tornar moeda de reserva, e logo ao final da guerra, os Estados Unidos equiparam-se na produção e regulação do dinheiro mundial da Grã-Bretanha. Não obstante, a condução da política econômica nacional, pautada no desvio de recursos na década de 20, de empréstimos internos para a especulação interna, acelerou a implantação de medidas protecionistas, o que deu início à retração do capitalismo mundial (ARRIGHI, 2013, p. 283 *apud* HOBSEBAWM, 1991).

A crise de 1929, relacionada à crescente especulação do mercado financeiro e o gradual fechamento das economias nacionais pós Primeira Guerra – Polanyi chama o período de “ruptura do fio de ouro” (*apud* ARRIGHI, 2013) –, por sua vez, fornecem os pressupostos para o desmoronamento da Liga das Nações e a ascensão do nazifascismo na Europa, dentre outros eventos. Os movimentos que retomam esse período, confluem já no final da Segunda guerra para a liderança hegemônica dos Estados Unidos, como frente de um novo sistema monetário mundial (Bretton-Woods), a partir das marcas de novos meios de violência (à imagem de Nagasaki e Hiroshima), assim como em uma nova organização política internacional com a Carta das Nações Unidas (ARRIGHI, 2013).

Ao final da década de 1940, a mediação estadunidense no contexto internacional alcançou a emergência dos pressupostos do liberalismo como ideologia global. No cerne do pensamento, destacava-se o discurso de paz nos esforços de impedir os ressurgimentos das rivalidades geopolíticas, a garantia do livre-comércio e da democracia, assim como das liberdades individuais (HARVEY, 2014a). A segurança desses princípios e dos Estados Unidos como país central, se alocaram nas mãos das instituições supranacionais, como a ONU, o FMI, o BM, e outras organizações, na imagem da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) por exemplo. Ascendia assim um novo arranjo no sistema mundo.

2.4. O quarto ciclo sistêmico de acumulação: a ascensão.

A fórmula que estrutura as características dos períodos que aqui adotamos, reforçam a proeminência de um Estado que acaba se tornando central, sobretudo por sua *liderança* e *dominação*. A continuidade dessa essência evolui à medida que os movimentos que foram sendo forjados transitam entre atores inseridos no contexto do capitalismo histórico, que se tornam proeminentes por sua organização e atributos afilhados desse sistema tão singular. Até aqui, vislumbramos os passos que foram dados em direção à ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica no moderno sistema mundo e dando continuidade, tentaremos desvelar

sua ascendência e alguns argumentos que sustentam a hipótese de uma possível queda de sua hegemonia em âmbito global como muito à conhecemos hoje.

Junto aos eventos das décadas de 1930 e 1940, foi possível desvelar o planejamento das novas medidas inter-relacionais que se instalaram sob a forma de instituições e normas para a superação sistemática do desarranjo que se fazia presente no mundo, com o foco principalmente na Europa. Bretton-Woods e o Plano Marshall – de reconstrução dos Estados atingidos pela guerra – seguramente tiveram um papel importante para a reorganização, concomitante à inauguração de uma nova etapa de acumulação, comércio e produção de mercadoria, também chamada de capitalismo de corporações. Essa nova classe capitalista ascendia com o transnacionalismo empresarial “(...) transformando-se num punhado de ‘cavalos de Tróia’ nos mercados internos de outros Estados” (ARRIGHI, 2013, p. 304), e enviando excedentes de volta aos Estados Unidos.

(...) o capitalismo de corporações norte-americano era e continuou a ser um poderoso agente, de um lado, da destruição das estruturas de acumulação do capitalismo de mercado britânico e, de outro, da centralização, nos Estados Unidos, da liquidez, poder aquisitivo e capacidade produtiva da economia mundial (ARRIGHI, 2013, p. 304)

A gradual expansão de influência sobre o mundo incidindo no comércio e na produção com maior grau de centralidade nos Estados Unidos, contribuiu para maior rigidez do sistema bancário e sua elite financeira, embasando gradualmente uma forte confiança em uma moeda forte e nas instituições de Bretton-Woods. Particularmente esse fato também foi motivado pela crescente ideologia unimundista do New Deal, como forma de superação dos estragos da guerra e reconstrução das economias destruídas. A filosofia que se incorpora no governo Roosevelt na década de 1940, difundia a ideia de que somente um Estado grande e benevolente poderia garantir a ordem, a justiça e a segurança de todos os povos e que como grande vencedor dos passados conflitos (ARRIGHI, 2013 *apud* SCHUMANN, 1974), a responsabilidade frente a isso, de fato, seria dos Estados Unidos – os desenrolares dessas ações estão ligadas, por exemplo, à criação do Conselho de Segurança em 1946, e o GATT em 1947. No contexto que se sucedia, herança particularmente oriunda do New Deal, nascia a uma nova ideia que reforçaria o impulso hegemônico do país do norte-americano, propriamente na imagem da Doutrina Truman – presidente Democrata que sucedeu Roosevelt em 1945. Marcado pelo final da Segunda Guerra, a doutrina consistia na difusão da ideia de “(...) dois mundos irremediavelmente opostos entre si: de um lado, um mundo comunista agressivamente expansionista e de outro, um mundo livre, que somente os Estados Unidos eram capazes de

organizar e dotar capacidade de autodefesa” (ARRIGHI, 2013, p. 286). A introdução de uma nova justificativa no aumento de despesas militares estava centrada na defesa dos países aliados e do próprio Estados Unidos, ameaçados pelo antagonista soviético que difundia a ideologia comunista mundo afora.

(...) ao redigir o texto que se tornou a Doutrina Truman, seguiram o famoso conselho de Arthur Vandenberg de ‘apavorar o povo norte-americano’, exagerando a ideia de ameaça comunista global. O truque serviu para conquistar o apoio do Congresso ao Plano Marshall. Mas era preciso algo mais para assegurar recursos para o rearmamento norte-americano e europeu em grande escala previsto o documento 68 do NSC [Nacional Security Council, ou Conselho de Segurança Nacional], que Truman aprovou no início de 1950. O documento não citava números exatos, mas as estimativas indicavam despesas anuais de 300% acima das originalmente requeridas pelo Pentágono em 1950 (ARRIGHI, 2008, p. 186)

O que podemos acrescentar é que esta ideologia também teve seus méritos de influência sobre o Plano Marshall, anteriormente já introduzido aqui. A baixa liquidez de capital, consequência trazida mormente pela Grande Guerra, despendiam da ajuda de nações aos Estados atingidos pelo conflito, sobretudo a Europa Ocidental, na recuperação das economias nacionais na intenção de uma expansão econômica a nível mundial. O que se trouxe a partir do delineamento dessa estratégia foi a tentativa de se reparar os rombos da escassez de dólar que, por parte, incidia no balanço de pagamento desses Estados devedores. Não obstante, a tentativa de integração europeia se mostrava frustrada, uma vez que rivalidades nacionais obstruíam o processo de acertos através de instituições interestatais, como a Organização de Cooperação Econômica Europeia (OCEE), que por sua vez freava a resolução da baixa liquidez.

O alinhamento de uma doutrina que intendia difundir o terror pelo medo de uma iminente ameaça comunista, bastou para solucionar o problema. O NSC-68 propôs no início de 1950, um projeto de rearmamento, o que possibilitaria a recuperação dos lucros, que de fato rendeu bons resultados nas décadas seguintes, no que ficou conhecido como a “idade de ouro do capitalismo” (ARRIGHI, 2013).

O rearmamento massivo, durante e depois da Guerra da Coréia, resolveu de uma vez por todas os problemas da liquidez da economia mundial do pós-guerra. A ajuda militar e governos estrangeiros e os gastos militares diretos dos Estados Unidos no exterior forneceram à economia mundial toda a liquidez de que ela precisava para se expandir. E, com o governo norte-americano agindo como um banco central mundial extremamente permissivo, o comércio e a produção mundiais se expandiram, de fato, numa velocidade sem precedentes (ARRIGHI, 2013, p. 307)

O cenário positivo permitiu uma recuperação da economia mundial e privilegiou os Estados Unidos como o grande polarizador de poder, justificando seu lugar de liderança frente as rédeas políticas, econômicas e sociais globalmente. As consecutivas décadas de 1950 e 1960

lograram de grande expansão na produção de mercadorias pelo novo excedente de capital investido nas indústrias e comércio²⁵ – beneficiados pela corrida armamentista patrocinada pelos Estados Unidos –, constituindo a inauguração de outra fase de expansão material (DM) da economia mundial capitalista (ARRIGHI, 2013). Porém, o grande projeto estadunidense se mostrava falho nos aspectos que garantiam a manutenção do status de nação mor em termos sociais, econômicos e políticos, pressupondo o término sem precedentes da prosperidade estadunidense.

Como já pudemos ver, o controle social e político do mundo era insistentemente regulado sob a prerrogativa ideológica do New Deal capilarizado globalmente. O *boom* do pós-guerra, garantia a manutenção das ações em busca de vantagens, apoiados num modelo keynesianista social e militar. Segundo Arrighi (2008):

O keynesianismo militar – ou seja, os enormes gastos com o rearmamento dos Estados Unidos e de seus aliados e a mobilização de uma ampla rede de bases militares quase permanentes – foi sem dúvida nenhuma, o elemento mais dinâmico e visível dessa combinação (do boom do pós-guerra e a retração subsequente da década de 1970). Mas a disseminação do keynesianismo social patrocinada pelos Estados Unidos – ou seja, a busca do governo pelo pleno emprego, pelo elevado consumo de massa no Norte ocidental pelo ‘desenvolvimento’ no Sul global – também foi fator essencial (ARRIGHI, 2008, p. 162).

Consequentemente, essa proposta de organização verticalizada – que diferentemente dos ciclos passados, ocorreu “de cima para baixo” – promoveu um *desenvolvimento desigual*²⁶, acentuando a distância entre a periferia e o centro global e privilegiando nações aliadas, como o Japão e Alemanha – um grande tiro no pé, podemos assim dizer. Ademais, o desenvolvimento desigual, se mostrava conchavado integralmente nos desdobramentos do avanço da Guerra Fria, uma vez que tanto a manutenção do Estado de guerra, quando a difusão do modelo de bem-estar social estadunidense, apregoavam a intensificação da concorrência e da lucratividade à medida em que a influência de Washington se expandia sobre o globo. Eventos consequentes dessas estratégias, como a guerra no Vietnã e da Coreia, o financiamento de forças emergentes e a financeirização expansiva do mercado, foram alguns exemplos previstos, mas carregaram

²⁵ As transformações internas da economia estadunidense, não obstante, abriram espaço para boas oportunidades de mercado, acrescenta Harvey (2014b). “Investimentos na educação, no sistema de estradas interestaduais, a expansão da suburbanização e o desenvolvimento das regiões sul e oeste absorveram vastas quantidades de capital e de produtos nas décadas de 1960 e 1970” (HARVEY, 2014b, p. 54).

²⁶ O desenvolvimento desigual promovido pelos Estados Unidos, coloca Arrighi (2008), se apresenta, sobretudo, pelo encorajamento pelo Estado da guerra e do bem-estar social globalizante estadunidense. Justamente por ter sido amparado “de cima para baixo”, diferentemente dos Estados anteriores (Grã-Bretanha, Holanda e Gênova), o boom ocorreu de forma muito mais generalizante e veloz, mas como também veremos, possibilitou o desvelamento de contradições e limites, influenciando diretamente a estagnação dos anos relativos às décadas de 1970 e 1980.

consigo consequências imprevisíveis caminho à uma *crise sinalizadora* do declínio hegemonia dos Estados Unidos a partir da década de 1970.

2.5. O quarto ciclo sistêmico de acumulação: o declínio.

Antes de mais nada, devemos reconhecer que se faz muito interessante o pensamento de Giovanni Arrighi para a interpretação do sistema mundial moderno e, portanto, viemos o assumindo desde então. A estrutura que o autor organiza em suas obras acompanha a sucessão de fatos e eventos, o que por sua vez, nos traz um rico embasamento para a teorização de seu ponto de vista. Na sua grande obra *O longo século XX* de 1994 – um trabalho que teve início 15 anos antes de sua publicação, segundo o autor no prefácio do livro –, o pesquisador sistematiza um alicerce teórico que lhe possibilita aprofundar o entendimento do processo de criação de um sistema de Estados nacionais e da formação de um sistema capitalista mundial na era moderna. Se a exposição do prognóstico se inicia a partir dessa obra, o diagnóstico e o aprofundamento dessa primeira – assim como da obra seguinte, *Caos e Governabilidade no moderno sistema mundial*, de 1999 – seriam feitos em seu último grande trabalho ainda vivo, *Adam Smith em Pequim: origens e fundamento do século XXI* (2007), no qual Arrighi procura desvelar o abandono do projeto neoconservador do Novo Século estadunidense – que ocorre a partir dos atentados de 11 de setembro – e o surgimento da China como líder do renascimento econômico (ARRIGHI, 2008).

Queremos introduzir que, como colocado ao fim da seção anterior, o autor identifica a crise sinalizadora e posteriormente, somado ao processo de financeirização e do aprofundamento da dependência do Sul global, a guerra no Iraque, viria a ser inaugurada a crise terminal dos Estados Unidos. Arrighi (2007) organiza da seguinte maneira:

[A] crise sinalizadora foi a dos anos 1970, um sinal de que a hegemonia americana estava com problemas. Aí veio a contra-revolução neoliberal dos anos 1980, os EUA reemergiram numa espécie de Belle Époque. O que vemos agora, na minha opinião, é uma crise terminal. Eles pensaram que poderiam transformar a Belle Époque numa hegemonia de longo prazo e isso fracassou, o que aprofundou as contradições da dependência financeira americana do exterior. Posso estar errado, mas minha avaliação é que a combinação do desastre iraquiano e do aprofundamento da dependência americana das finanças do Sul em geral está trazendo a hegemonia ao fim (ARRIGHI, 2007).

No final da década de 1960, alguns eventos se mostraram decisivos para a configuração da iminente crise do regime estadunidense. O primeiro deles (esfera das finanças) tem íntima relação com a Europa, e a dinâmica global regida pela Guerra Fria, que podemos prontamente apontar como sendo um dos problemas da larga expansão financeira da economia centrada nos

Estados Unidos. Em suma, as disposições jurídicas de Bretton-Woods no final da Grande Guerra asseguravam o dólar como moeda oficial de trocas em escala mundial, levando os Estados europeus a se firmarem com as finanças dos Estados Unidos a partir do eurodólar. Centralizado em Londres, o mercado de eurodólar garantia a segurança, sobretudo de transnacionais estadunidenses em territórios circunscritos ao velho continente, assim como também possibilitava aos países comunistas o depósito de saldos da moeda fora dos Estados Unidos – longe do risco de um possível congelamento por Washington desses investimentos. As imediatas ações, fruto dessa crescente expansão de capital dos bancos de Londres, foram as transferências e depósitos desses investimentos em bancos nova-iorquinos, fazendo com que uma rede de investimentos e especulação tomasse forma, causando uma súbita explosão de eurodólares – sendo solucionado o problema com a substituição do padrão ouro-dólar, para um puro padrão dólar no ano de 1971.

Somado a isso, a expansão do capital investido em mercadorias gerou consequências também para a classe trabalhadora estadunidense e europeia, que viu o salário real em franca ascendência durante as décadas que antecederam o período em questão – o que por consequência, aumentava o fluxo de capital fazendo se repetir o ciclo sucessivamente. Não obstante, “a explosão de salários ainda corria a pleno vapor quando, no fim de 1973, uma pressão altista igualmente poderosa sobre o preço de compra de alguns produtos primários seletos materializou-se no primeiro ‘choque do petróleo’, [fazendo com que, em 1974, se aprofundasse] (...) ainda mais a crise de lucratividade (ARRIGHI, 2013, p. 315).

A segunda esfera problemática (esfera militar), foram as dificuldades que o exército estadunidense teve durante a guerra do Vietnam – que Arrighi (2008) coloca como o principal evento da crise sinalizadora da hegemonia dos Estados Unidos. Os excessivos gastos para a criação do maior aparato bélico ainda não foram suficientes para garantir o lugar de polícia do mundo e quando o anúncio da retirada das tropas estadunidenses em solo vietnamita foi anunciado em meados de 1973, iniciou o fim das investidas para a destruição do caixilho comunista que pairava a partir da influência soviética no sudeste asiático. O que resulta da descredibilidade ideológica, se soma também às finanças e um conturbado cenário social interno.

É possível perceber que todas as esferas – inclusive a última que introduziremos a seguir – se fazem interrelacionadas e em particular a última delas (esfera ideológica) com as anteriores. O ônus de uma frequente tributação em sangue e dinheiro, se mostrava cada vez mais insustentável na dispersão do ordenamento global, fazendo com que adentrasse nesse tópico a questão da autodeterminação dos recém Estados descolonizados. A formação de um Terceiro

Mundo detentor das reservas mundiais de insumos primários – falamos sobretudo, do petróleo e de minério de ferro –, se influenciava gradualmente pela competição capitalista, flexibilizando a ordem de comércio estrito com o Primeiro Mundo e trazendo ao jogo os países de Segundo Mundo (ARRIGHI, 2013). O que resulta desse flerte de países não aliados, como bem sabemos, é o aumento da interferência política e militar da esfera central de poder, que promoveu mudanças de regimes e novos conflitos, por exemplo, na América Latina e Oriente Médio.

Os desdobramentos seguintes inseridos nesse período que avançam até os anos de 1980, sem dúvida, deixaram marcas profundas na estrutura organizacional do mundo. Novas estratégias para contornar a situação progressivamente foram cunhadas, prosperando apenas a um dos lados – o outro resultado do colapso da União Soviética – na imagem da “contrarrevolução monetarista”, ou mesmo o “projeto de globalização”, marcando aquilo que Arrighi chamou de *belle époque* dos Estados Unidos (ARRIGHI, 2013). Não dissertaremos a respeito desse momento em questão, uma vez que nos vale mais entender os momentos finais desse ciclo de acumulação para a confirmação de nossa suposição de que o BRICS estaria contrabalanceando as normas preestabelecidas pela hegemonia estadunidense e como a China, como o membro mais poderoso do grupo, possibilitaria esse desenrolar de ascensão de uma nova ordem mundial.

Com foco mais preciso no último suspiro, no qual parafraseando Arrighi, tomamos como *crise terminal*, destacam-se três pontos principais que contribuem para o fim do período em questão. Militarmente, a guerra do Iraque, que tem seu prelúdio nos atentados de 11 de setembro, que antecipa a perda de controle político e econômico sobre as finanças, tornando os Estados Unidos amplamente deficitário. Ideologicamente, os caminhos adotados levaram a política estadunidense para a consolidação de uma base sustentada por um projeto imperialista neoconservador, encoberto pelo discurso globalizante. Por fim, a ascensão chinesa no cenário internacional, que se faz um importante *player* da economia global, cada vez mais imponente e capilarizada pelo mundo afora. Novamente esses pontos não se fazem dissociáveis, uma vez que cada um deles, teve forte impacto para o desenrolar do próximo de maneira mais e mais profunda, uma vez que o pavio já havia sido aceso após a desordenada tentativa de reafirmação como potência hegemônica nas décadas de 1980 e 1990.

Após o 11 de setembro, os pensamentos que manipulavam as condutas políticas de Washington novamente voltaram à cena, dando origem à uma nova doutrina ideológica, comumente conhecida como *Guerra ao Terror*. Palco do dispêndio das forças estadunidenses, o Afeganistão e o Iraque provaram um pouco da capacidade que o ocidente possuía em ir atrás de recursos – sobretudo petróleo – disfarçado de discurso de dispersão e garantia da paz e da

ordem. Este cenário de constante guerra promovida pelos Estados Unidos, possui suas raízes em um imaginário cheio de intencionalidades, como afirmação de seu lugar como polícia mundial e a garantia de uma regulação política aliada às próprias vontades. Entretanto, os altos gastos em investimento militar, fizeram com que o país entrasse em uma constante busca de financiamento para seus numerosos déficits, contribuindo incisivamente para o rombo de sua economia interna.

O papel da China nesse período de início de século, torna-se essencial para a economia estadunidense. Produtora de manufaturas de baixo custo, a importação tornou-se mais viável do que destinar altos volumes de investimento em novas cadeias produtivas, fazendo crescer o montante de exportações para o ocidente e reservando aos Estados Unidos maior atenção às investidas bélicas no Oriente Médio. Não obstante, imperativos geopolíticos eram colocados em cena, uma vez que grande potência do leste da Ásia, a China faz-se poderoso aliado para lidar estadunidense com a Coreia do Norte, por exemplo.

Entre 2001 e 2004, a China foi responsável por um terço do aumento total do volume de exportações, tornando-se assim a ‘locomotiva do restante da Ásia oriental’ e desempenhando papel importante na recuperação econômica do Japão. Essa mudança do papel econômico da China foi considerada mais um indício da mudança de poder geopolítico em andamento na Ásia (ARRIGHI, 2008, p. 216)

Esse papel da China no palco de relações com os Estados Unidos, possui, não obstante, estruturas endógenas, sobretudo no que diz respeito à condução histórica da política econômica e social do país. Se faria impulsivo somente colocar que a repentina evolução chinesa no contexto global tem seus pressupostos na transição do século XX para o XXI, se fazendo necessário retroceder alguns períodos históricos na conclusão de nossa proposição. Certamente, contextualizar uma sociedade milenar como é a do país asiático despenderia um árduo esforço, e portanto, buscaremos entender aspectos específicos desse Estado a partir de acontecimentos mais recentes que se iniciam no século passado. Com isso daremos início à próxima seção.

2.6. Rumo a um novo ciclo?

Diferentemente do que permeia no imaginário popular, a industrialização chinesa não possui sua origem nos tempos recentes, pelo contrário, essa configuração se insere entremeios ao colonialismo europeu que circunscrevia ao redor de todo o globo no século passado. O historiador Eric Hobsbawm (2012) coloca que os impasses advindos do colonialismo, ocasionou, dentre outros problemas, um “(...) conflito trabalhista, e mesmo a organização dos trabalhadores nos moldes do Ocidente, [que] se espalharam a partir de 1917” (HOBSBAWM,

2012, p. 211), em grandes centros portuários, tais como Bombaim (Índia), Xangai (China) e Buenos Aires (Argentina), culminando em uma grande explosão demográfica nessas regiões (HOBSBAWM, 2012). Contudo, décadas mais tarde, após vivenciar uma revolução de base autóctone que culmina na Proclamação da República Popular da China (RPC), ainda posteriormente a morte de Mao Zedong e a ascensão de Deng Xioaping, é que de fato a China ganha ímpeto com ainda mais intensidade.

É propriamente nesse contexto que a escultura política do país chama mais nossa atenção. Atento a isso, Harvey (2012a) indaga que jamais saberemos de fato se, com a abertura econômica gradual da China, nos anos de 1970 e 1980, Deng Xioping poderia ser chamado de um “adepto do capitalismo”, ou se as reformas promovidas foram manobras para aumentar seu prestígio e controle da região. Porém, o que se observa é que de lá para cá – com as viradas liberais do ocidente –, o resultado “(...) na China foi a construção de um tipo específico de economia de mercado que incorporou crescentemente elementos neoliberais entrelaçados com o controle centralizado autoritário” (HARVEY, 2014a, p. 131). O que se pode afirmar, todavia, é que a modernização da agricultura, da indústria, da educação, da ciência e defesa – o que Deng chamou de “quatro modernizações” – aliado ao amplo volume de investimentos e compra de dívidas dos Estados Unidos e Europa, contribuíram para o surgimento da China como a conhecemos hoje.

Particularidades intrínsecas ao ideário chinês quanto à condução de sua política econômica, aliam as tendências ocidentais à conduta social do país sob forte regulação do Estado, o que resulta em um China “casamenteira”²⁷. O resultado é a forte expansão da influência chinesa quanto ao tratamento empresarial fora e dentro do país, incentivando a concorrência para lidar com os pressupostos liberais, e destinando altos volumes de investimento de novos setores. Acrescenta Arrighi (2008):

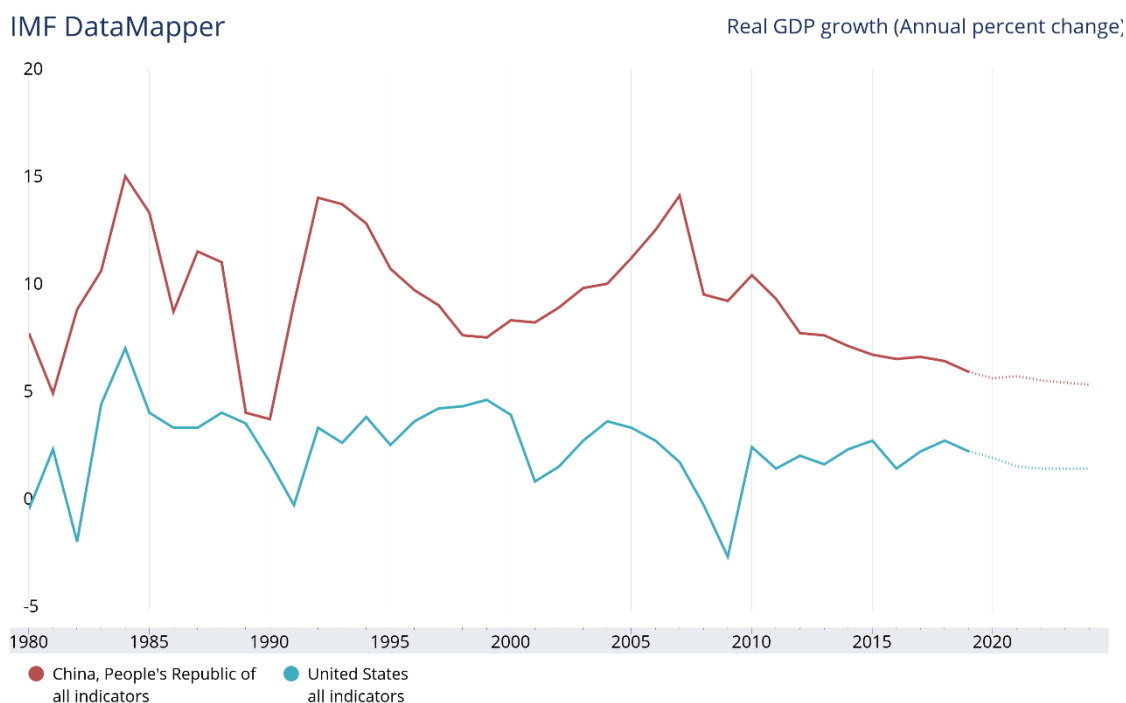
Em termos mais gerais, a desregulamentação e a privatização foram bem mais seletivas e avançaram em ritmo bem mais lento do que nos países que seguiram a receita neoliberal. Na verdade, a principal reforma não foi a privatização, mas a exposição das empresas estatais à concorrência de umas com as outras, com as grandes empresas privadas, semiprivadas e comunitárias recém-criadas. (...) o governo investiu quantias enormes no desenvolvimento de novos setores, na criação de novas Zonas de Processamento para Exportação (ZPEs), na expansão e na modernização da educação superior e em grandes projetos de infraestrutura, num nível

²⁷ O ‘casamenteiro’ que facilitou o encontro entre o capital estrangeiro, as empresas chinesas fornecedoras de mão de obra e as autoridades do governo foi o capital da diáspora chinesa. Esse papel de casamenteiro foi possibilitado pela determinação com que a RPC, no governo de Deng, buscou a ajuda dos chineses no exterior para abrir a China ao comércio e ao investimento internacionais e tentar recuperar Hong Kong, Macau e, finalmente, Taiwan, de acordo com o modelo de ‘Uma nação, dois sistemas’. Essa aliança se mostrou muito mais frutífera para o governo chinês do que a política de portas abertas para as grandes empresas norte-americanas, europeias e japonesas (ARRIGHI, 2008, p. 357).

sem precedentes em nenhum país de renda per capita comparável (ARRIGHI, 2008, p. 362).

O resultado imediato dessas ações foi uma superacumulação de capital, o desmantelamento dos monopólios nacionais e a criação de uma nova divisão social do trabalho, que colocava capitalistas – e não trabalhadores – para competir entre si. Se observarmos os dados relativos ao percentual de crescimento real do PIB da China (em vermelho), em comparação aos Estados Unidos (em azul), é possível perceber que o efeito da mudança é nítido já nas décadas seguintes da transição, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 2. Crescimento real do PIB (Variação percentual anual) de China e EUA.



Fonte: Fundo Monetário Internacional (2019).

Mesmo tendo em evidência esses dados, a sequência de eventos e fatos que auxiliam na compreensão da teoria do sistema mundo, ainda não se fazem presentes para uma real constatação da sobreposição para um período chinês. Ainda que possamos dizer que o *locus* geopolítico mundial tenha se direcionado para a China como grande *player* na economia e política global, o país não ocupa o primeiro no ranking das maiores economias do planeta, sendo resguardado esse lugar ainda, aos Estados Unidos. Entretanto, segundo um relatório da divisão de pesquisas globais da HSBC Holding Plc. De setembro de 2018, “em 2030, a China será a maior economia do mundo, ultrapassando os EUA, enquanto a Índia – atualmente o sétimo

maior - será o terceiro” (HSBC, 2018), o que insinua, em longo prazo, que a configuração atual já está em vias de ser alterada.

Ainda, mesmo que esteja ocorrendo um relativo período de conturbação da política internacional, também não se pode dizer que estamos vivenciando uma situação de “caos sistêmico”. As estruturas internacionais, sob sustentação das instituições que tanto citamos nesse trabalho, seguem assegurando o lugar de prestígio das potências tradicionais, sejam elas da Europa ou mesmo dos Estados Unidos. Mesmo que amplas mudanças estejam sendo propostas, como a reforma do FMI, a promoção do multilateralismo ou o pleito de potências emergentes em órgãos de representação internacional, é difícil comprovar que tais ações sejam de fato uma ameaça à ordem já estabelecida. Não obstante, a China ainda não ameaça os Estados Unidos quanto aos efetivos militares. Enquanto Pequim não chega aos 240 bilhões de dólares em seus orçamentos militares previstos para 2020, Washington anuncia investimentos da ordem de 750 bilhões, ou seja, pouco mais de três vezes do montante chinês (GFP, 2020).

Todavia, é mister reconhecer que a China segue com um ambicioso projeto em busca de seus objetivos domésticos e luta para fortalecer e constituir laços regionais e globais com base multilateral (NIU, 2013). O poder relativo que o país assume advém, e muito, a partir das características que colocamos anteriormente referente às lógicas do capital e do território. Pode-se dizer que intrínseco à história chinesa, os governantes sempre assumiram traços “territorialistas” na condução de suas políticas, resguardando ao Estado o controle da população e do território. O que vemos dos últimos períodos para cá, é a promoção igualmente enfática da estratégia capitalista, que atribui ao Estado, e não ao meio, o controle do capital circulante, confluindo em uma simbiótica relação entre as lógicas capitalista e territorialista de poder – de forma igual ao que ocorreu com Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos na transição para do período de hegemonia britânico para o estadunidense na virada do século XIX para o XX (ARRIGHI, 2013).

Não obstante, no que diz respeito às características da acumulação de capital chinês, pode-se observar mudanças de uma fase de expansão material para uma fase de expansão financeira. O volume de investimentos diretos estrangeiros no país asiático começou a se intensificar na década de 1990, sobretudo quando “(...) corporações japonesas e sul-coreanas, bem como dos Estados Unidos, começaram a usar a China como centro de produção *offshore* em grande escala” (HARVEY, 2014a, p. 148), dando continuidade aos investimentos em manufaturados para exportação, que marcara a década anterior. Porém, acrescenta Harvey (2014a):

Como ocorre invariavelmente com a dinâmica bem-sucedida da acumulação de capital, chega um momento em que os excedentes internos acumulados requerem uma saída externa. Um dos caminhos foi financiar a dívida norte-americana e, assim, manter florescente o mercado para produtos chineses, ao mesmo tempo em que se mantinha o yuan convenientemente atrelado ao valor do dólar (HARVEY, 2014a, p. 152).

Essas observações que acendem a luz do início de um novo ciclo hegemônico podem ser colocadas em evidência, ainda que muito tenha que ser feito para que de fato se possa precisar quanto à sobreposição de um ciclo sobre outro. Em vias de conclusão desta seção, podemos dizer que a China se apresenta como provável Estado capaz de competir frontalmente com as potências tradicionais, passível de perturbar a ordem global ocidental como a conhecemos hoje – colocado o ineditismo da ascensão de uma força não-ocidental no tabuleiro geopolítico como peça-chave desse jogo. Porém, esse projeto que desvela cada vez mais as intencionalidades do país asiático – podemos citar a “*going global strategy*”²⁸, por exemplo – validará novas estratégias de países centrais e periféricos quanto aos próximos passos a serem tomados rumo à uma nova ordem global?

²⁸ In CUNHA, 2011.

3. BRICS: O FUTURO DA ORDEM GLOBAL?

No capítulo anterior conseguimos traçar um pouco da teoria da perspectiva que estamos assumindo aqui nesse trabalho, assim como pudemos ver que a dinâmica contemporânea que sucede eventos históricos, confluem para o estabelecimento de um novo panorama global. Os Estados Unidos ainda se mostram como potência dominante quando falamos da hegemonia global e permuta espaços juntamente com a Europa na regulação financeira e no estabelecimento das normas jurídicas que regem toda cadeia institucional do globo, o que os garante como centro do sistema mundo. Temos claro que tal sistema parte da sobreposição de uma economia mundo por outra, propriamente por conta da consolidação de atributos mais adaptáveis à acumulação de capital, dispersão de seu *hegemon* e capacidade de lidar com a organização do caos predecessor etc. Porém, como observado, esse período é cíclico e detém de momentos de ascensão até sua auto insustentabilidade, posteriormente superada por um novo Estado com mais capacidade de defrontar os problemas existentes, substituindo a posição do antecessor.

Os movimentos que conduziram eventos para a chegada do atual momento, desvela um potencial candidato para assumir o lugar dos Estados Unidos, como um primeiro ciclo não-ocidental – ainda que, como pudemos perceber em nosso breve levantamento, não ocorra ainda em curto prazo. Todavia, para àquilo que nos interessa, devemos nos inserir, nesse momento, no estudo das possibilidades que elevam, não somente a China como centro das decisões do globo, mas também as demais potências emergentes – e aqui queremos fazer explícita referência ao BRICS – que a acompanham e demonstram similar interesse em romper com os tradicionalismos vigentes no presente jogo interrelacional, para a promoção de um mundo menos unilateral. Com isso, intendemos esboçar suspeitas que nos ajudem a contornar à pergunta proposta no capítulo, buscando entender teorias e fatos que possam nos instigar – agora e futuramente – a entender melhor os rumos que serão esboçados daqui para frente. Para dar início, portanto, devemos entender melhor a agenda regulatória do grupo e as perspectivas que os membros assumem quanto a isso.

3.1. BRICS institucional: conjuntura e potencialidades.

Em primeiro lugar, devemos ter em mente que a agenda comum dos países membros é densa, uma vez que, em reuniões anuais, diversos grupos de trabalho, assim como encontros de representantes de Estados, são promovidos com a finalidade de se estabelecer planos de ação, assim como definir normas institucionais quanto a procedimentos gerais aos membros do grupo.

Elegeremos assim, pontos mais interessantes ao nosso trabalho para que sejamos mais diretos quanto o projeto de contrabalanceamento da ordem global que é almejado. Nos referimos precisamente ao NDB e ao ACR, que muitos já acreditam ser o pontapé para a reestruturação da ordem preexistente.

Na imprensa nacional e internacional, surgiram opiniões diversas. Alguns acreditaram que tais países estariam constituindo uma espécie de ‘Bretton Woods do século XXI’ [CARTA MAIOR, 2014], criando uma ‘alternativa potencial’ ao FMI e ao BM [BATISTA JR, 2015]. Outros destacaram que serviriam para diminuir influência internacional dos Estados Unidos e da União Europeia [WEISBROT, 2014a] ou que seriam reflexos das disparidades e dos déficits de democracia na governança global [STIGLITZ, 2014]. Houve quem afirmasse que as instituições financeiras dos BRICS preencheriam um vazio importante na arquitetura financeira internacional [CARNEIRO, 2014], o que demonstraria o papel de liderança desses países na construção de uma nova ordem mundial [DRUMMOND, 2014]. Tiveram, ainda, aqueles que argumentaram se tratar de medidas que ameaçavam a ‘hegemonia do imperialismo dos Estados Unidos’ [LEITE, 2015] e de que seriam respostas para a ‘preservação da soberania’ [BRITO, 2015]. Houve quem denunciasse que megaempresas monopolistas estariam no comando dos BRICS e que, por isso, não se poderia ‘depositar confiança em iniciativas associadas a elas’ [YEROS, 2014]. Por outra perspectiva, existiu quem defendesse que seria errado ‘exagerar a importância’ dessas iniciativas [NETTO, 2014] e que as organizações criadas pelos BRICS não seriam ‘tão subversivas como parecem ser’ [THE ECONOMIST, 2014]. Houve também quem encarasse tais instituições mais como uma manobra política, cujo verdadeiro objetivo seria o de conseguir as desejadas modificações nas estruturas de governança do BM e do FMI [HARTLEY, 2014] (VASCONCELOS, 2018, p. 104).

A multiplicidade de opiniões e argumentos que são apresentados quanto à tais instituições é muito extenso, como pudemos perceber a partir da colocação de Vasconcelos (2018), o que nos força a analisar o contexto em busca de um ponto de vista pessoal. Ao passo que se faz tentador acreditar que os BRICS, enquanto agrupamento de potências emergentes, se mostre como principal ator capaz de confrontar a ordem existente, necessitamos ir com cautela quanto à essa conclusão. É nesse sentido, que observando mais atentamente as estratégias implícitas no agrupamento e as possibilidades que essas instituições possuem, tendemos a acreditar em algo similar ao que Stuenkel (2018) diz ser a gestação de uma *ordem paralela* – voltaremos a explorar esse conceito mais adiante.

Divulgada em 2014, após a VI Cúpula dos BRICS, a declaração de Fortaleza especificava as restrições que os mercados emergentes possuem com relação aos financiamentos externos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em seus respectivos territórios e com isso, é feito o anúncio da criação do Novo Banco de Desenvolvimento e seu funcionamento. No mesmo documento, também é anunciado o estabelecimento do Arranjo de Contingente de Reservas do BRICS e seu funcionamento. Enumerados sequencialmente, consta nos tópicos 11, 12 e 13 o seguinte:

11. Os BRICS, bem como outras economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento, continuam a enfrentar restrições de financiamento significativos para lidar com lacunas de infraestrutura e necessidades de desenvolvimento sustentável. Tendo isso presente, temos satisfação em anunciar a assinatura do Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento, com o propósito de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e em desenvolvimento. (...) o Banco fortalecerá a cooperação entre nossos países e complementará os esforços de instituições financeiras multilaterais e regionais para o desenvolvimento global, contribuindo, assim, para nossos compromissos coletivos na consecução da meta de crescimento forte, sustentável e equilibrado.

12. O Banco terá capital inicial autorizado de US\$ 100 bilhões. O capital inicial subscrito será de US\$ 50 bilhões, dividido igualmente entre os membros fundadores. O primeiro presidente do Conselho de Governadores será da Rússia. O primeiro presidente do Conselho de Administração será do Brasil. O primeiro Presidente do Banco será da Índia. A sede do Banco será localizada em Xangai. O Centro Regional Africano do Novo Banco de Desenvolvimento será estabelecido na África do Sul concomitantemente com sua sede. Instruímos nossos Ministros das Finanças a definir as modalidades para sua operacionalização.

13. Temos satisfação em anunciar a assinatura do Tratado para o estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas do BRICS com a dimensão inicial de US\$ 100 bilhões. Esse arranjo terá efeito positivo em termos de precaução, ajudará países a contrapor-se a pressões por liquidez de curto prazo, promoverá maior cooperação entre os BRICS, fortalecerá a rede de segurança financeira mundial e complementará arranjos internacionais existentes. (...) O Acordo é um marco para a prestação de liquidez por meio de swaps de divisas em resposta a pressões de curto prazo reais ou potenciais sobre o balanço de pagamentos (BRICS, 2014).

Como é possível perceber, o grupo não trata com animosidade ou mesmo cita quais são os agentes que criam as restrições para os emergentes, demonstrando um certo apego amistoso frente ao ordenamento institucional já configurado. Nos parece que essa estratégia revela um cuidado quanto à ambição do grupo e concebe de forma intrínseca à sua visão própria de mundo, não sendo assim, a superação imediata dos tradicionalismos globais, ainda que a busca da equidade e a proposição de uma agenda mais multipolar sejam explicitamente tratados em seu discurso. Abdenur e Folly (2015) colocam ainda que “embora o BRICS seja uma iniciativa de cunho anti-hegemônico, (...) o objetivo principal desses países é o de expandir sua influência no mundo e não de desengajar ou substituir as instituições internacionais já consagradas (ABDENUR; FOLLY, 2015, p. 83). Batista Jr. (2019) se refere ainda ao ACR, por exemplo, como um fundo que possui “(...) natureza preventiva e representa um mecanismo de solidariedade financeira entre os cinco países, a ser acionado em momentos de dificuldade” (BATISTA JR, 2019, p. 240).

A agenda que os BRICS vêm adotando, como dito anteriormente, chama a atenção pela criação desses mecanismos que miram o aumento de influência sobre os demais países emergentes, a partir da diplomacia ativa. Durante os anos de 2016 e 2017, o Conselho de Governadores do NDB não mediram esforços para incentivar a adesão de novos membros ao

redor do mundo no novo Banco – setenta contatos preliminares foram realizados. Dentre as ações inseridas nesse período estava a criação de parcerias entre bancos regionais para além do Banco Mundial, fundando-se sob o modelo de cotas, cuja participação estaria centrada nos interessados (BATISTA JR, 2019). Essas ações, listadas como exemplo anteriormente, refletem nuances cercanas ao imaginário ideológico do grupo, se fundando em disposições jurídicas, institucionalizando assim as práticas dos países membros como ambição coletiva.

Com relação as potencialidades, as *instituições de fortaleza* – alcunho atribuído nesse trabalho ao NDB e o ACR – despontam positivamente suas intenções buscando a descentralização da regulação e das normas que emanam de Bretton-Woods. Porém, tendemos a concordar com Vasconcelos (2018) quanto às incertezas de base relacional política, e administrativa que atrapalham a prática efetiva dessas intenções.

O NBD e ACR poderiam, em tese, reajustar mais facilmente as rotas trilhadas até o momento. Para tanto, os BRICS cumpririam um papel crucial para avaliá-los e para promover as devidas correções. Acontece que, mesmo que desejassem tais mudanças, o acirramento de conflitos internos (mudanças de governos, tensões entre China e Índia, crises econômicas entre outros fatores) e externos (tensões entre Rússia e Reino Unido, China e EUA etc.) pode reduzir as capacidades da própria plataforma de ajustar e coordenar politicamente seus projetos (VASCONCELOS, 2018, p. 212).

Tais contratempos que Vasconcelos (2018) pontua, são detalhadamente explorados por Batista Jr. (2019) no segundo capítulo de seu livro²⁹, no qual, os relatos descritos exploram a percepção do autor do lado de dentro do Novo Banco. Do ponto de vista geopolítico e das relações internacionais, a Rússia acumulara revezes com países ocidentais após a crise da Ucrânia, quando as atenções se voltaram a anexação da Criméia ao território russo. Dentre as sanções atribuídas ao Kremlin estavam o bloqueio de acesso à financiamentos do BM e do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) – país que anteriormente à crise, era um dos principais clientes. Na somatória, mais de 40 países, incluindo os Estados Unidos, passaram a restringir a relação com a potência euroasiática, muitos dos quais passaram a atuar em blocos para o retardo de operações com a Rússia (BATISTA JR, 2019).

Somado a esse tópico, a China obstinada não se limitava aos enclaves dos BRICS e dividia suas ambições internacionais na criação de outros projetos institucionais. Fundado pouco depois do NDB, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), liderado pela China, passou a desempenhar papel global quando passou a somar mais de 90 países no seu quadro de membros e ser principal responsável pela execução do *Cinturão Econômico da*

²⁹ Nos referimos à seção intitulada “Primeiro triênio do Novo Banco de Desenvolvimento – promessas, resultados, decepções” (p. 256 – 283).

Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século 21 (OBOR). O projeto mostrou-se uma preocupação para a Índia³⁰, por conta do corredor econômico China-Paquistão que se estabeleceria, abalando os laços de confiança entre os dois países do BRICS, e consequentemente trazendo impasses na assinatura de acordos multilaterais com outros bancos, em assuntos ligados a OBOR (BATISTA JR, 2019).

Ainda quanto ao cenário de suspeitas que emergia, as crises econômicas e políticas vividas pelo Brasil e África do Sul também contribuíram para o desentendimento administrativo no interior do NDB. Importante figura no processo de consolidação BRICS, Jacob Zuma (ex-presidente sul-africano) renunciara à presidência após acusações de corrupção se aprofundarem em 2018, provocando descompasso em relação ao entendimento dos esforços do país destinados ao grupo (BATISTA JR, 2019). Do lado brasileiro, o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016, colocara em seu lugar Michel Temer, reestruturando a política doméstica do país, fazendo refletir diretamente nas diligências para com o BRICS.

Ao passo que os pontos que definem a agenda dos BRICS quanto às ideias de uma estratégia ampla, focada em outros espaços, com diferentes agentes, se fazem extremamente relevantes para uma pós ocidentalidade, as divergências internas, provocadas pelo corpo administrativo e pelas relações geopolíticas, tornam-se um grande impeditivo para o progresso do grupo. Mas não devemos, porém, desmerecer os esforços das partes para a confluência das instituições e do próprio grupo em si, uma vez que, estamos aqui falando de cinco grandes potências emergentes com grande competência diplomática e relevância econômica, com inusitada capacidade de confrontar a hierarquia atual – sobretudo quando citamos a China. Mesmo que periodicamente encontremos duras críticas ao grupo, sejam elas do meio acadêmico ou jornalístico, isoladamente, iniciativas paralelas demonstram a capacidade organizacional e colocam o BRICS em outro patamar. Estamos nos referindo, por exemplo, ao mais “bem sucedido” AIIB, que conta com os mais diversos parceiros, incluindo para além da China, o Brasil, a Rússia, a África do Sul e a Índia como membros fundadores lá no seu início em 2015 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2018).

³⁰ Sabe-se bem que Paquistão e Índia possuem relação conflituosa por conta de regiões (Caxemira) estratégicas em recursos naturais, desde a independência do domínio britânico.

3.2. Uma carona com a China: a geopolítica dos recursos e diplomacia.

No capítulo anterior, contextualizamos brevemente os ciclos hegemônicos de acumulação no âmbito do sistema mundo e entendemos que a virada chinesa vem se aproximando no horizonte. As reformas do Estado que promoveram a abertura da China se inseriram positivamente no contexto de um mundo capitalista globalizado, levando o país asiático a se tornar rapidamente um protagonista no cenário global. Trata-se hoje da segunda maior economia do planeta, principal parceiro comercial de diversos Estados em continentes como África e América, residência de inúmeras empresas de alta tecnologia e cada vez mais, é responsável pela regulação e administração de novas instituições de investimento etc. Posto isso, surge um cenário no qual nos perguntamos se é certo concluir que as rédeas do BRICS pertencem ou devem pertencer a China, nos guiando para a prosperidade?

As relações que se estabelecem ao redor do mundo com a China são frutos imediatos de um reflexo da situação interna particular do país, reverberando diretamente nas estratégias geopolíticas assumidas. Dentre as particularidades, a dependência de insumos primários, nas diversas cadeias de abastecimento e transformação internos, como hidrocarbonetos, minérios e alimento, tem impacto direto nas estratégias e relações consolidadas. Para responder à questão anteriormente colocada, devemos entender a conjuntura e colocar assim em consonância à diplomacia chinesa, as necessidades evidentes em seu território.

Assuntos como *segurança alimentar*, decisivo para elaboração de estratégias quando falamos de abastecimento de uma população de mais de 1,3 bilhão, tornam-se pauta na condução da política externa chinesa. Algo inerente, portanto, a esse pensamento, também se pode colocar em pauta a questão da *segurança energética*, mais especificamente, a questão do petróleo. Pensar sobre o abastecimento da China e seu crescimento econômico, torna-se um exercício complexo de avaliação multicausal das relações globais, uma vez que a expressividade do país se faz indissociável do resto do mundo, como acrescentam Pautasso e Oliveira (2008).

No caso específico da China, a segurança energética passa pela garantia do fornecimento para suportar as taxas elevadas de crescimento que o país vem apresentando nas últimas três décadas. Não somente no âmbito energético o crescimento chinês tem impacto na economia mundial (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008, p. 373).

O processo de liberalização da economia chinesa a partir da década de 1970 teve importante papel na configuração desse quadro. A forma como eram conduzidos os planos econômicos incumbiam o comércio exterior somente à autoridade central, o que correspondia

a aproximadamente somente 7% do PIB chinês nessa época. Entretanto, a partir de 1978 quando Deng se afastou das políticas de Mao efetivamente, grandes fluxos de investimento estrangeiro em busca de suprir a demanda por manufaturas se direcionaram ao território chinês, o que possibilitou melhor posicionamento da China no mercado global pelo baixo valor adicionado de seus produtos – como plástico de baixo custo, brinquedos e produtos têxteis –, se configurando inicialmente pela importação de maquinários, na década de 1980, e posteriormente produtos primários na década seguinte (HARVEY, 2014a). O custo da implantação dessa dinâmica é descrito por Harvey (2014a):

(...) o dramático crescimento da China a tornou mais dependente de fontes externas de matérias-primas e energia. Em 2003 a China absorveu 30% da produção de carvão, 36% da de aço e 55% da produção mundial de cimento. Saiu de uma relativa auto suficiência em 1990 para ser o segundo maior importador de petróleo, atrás apenas dos Estados Unidos, em 2003. (...) Em sua procura desesperada por metais estratégicos, como cobre, estanho, minério de ferro, platina e alumínio, a China se apressou a fazer acordos com o Chile, o Brasil, a Indonésia, a Malásia e muitos outros países (HARVEY, 2014a, p. 151).

Esse processo transpôs um enorme encadeamento de especialização produtiva regional, sobretudo na América Latina, confluindo para a organização da dinâmica primária exportadora que hoje conhecemos. Durante a década de 1980, os bens primários oriundos da América do Sul foram responsáveis por incríveis 80% das importações chinesas para esse setor, sendo que do inverso, os produtos de exportação do país asiático eram cerca de 90% industrializados, nos quais 40% destes, eram manufaturas de alta tecnologia (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2014). Maior beneficiário dessa disposição, podemos dizer que foi o Brasil, que a partir dessa nova configuração, passou a exercer maior centralidade regional na produção de industrializados de exportação para os países vizinhos cada vez mais abalados pela reprimarização³¹ relacionada ao comércio sino-latino-americano.

A integração global proporcionada por essas extensas plataformas de exportação, através de investimentos estrangeiros em território chinês, não obstante, ampliou as indústrias multinacionais em novas Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) nas décadas de 1980 e 1990 em diversas regiões litorâneas da China e consecutivamente, contribuindo para um crescimento econômico. Pode-se afirmar que “(..) a quase totalidade do crescimento é explicada pelo consumo e pelos investimentos — embora seja claro que estes últimos foram em boa medida

³¹ Marcelo Carcanholo e Alexis Saludjian (2014) fazem uma análise acerca de qual a relação de crescimento econômico chinês com a manifestação do subimperialismo brasileiro nos processos de integração produtiva e comercial na América do Sul. Trata-se de um tema delicado e complexo e, portanto, deixaremos o estudo desse assunto para uma próxima ocasião.

estimulados pela perspectiva de atendimento da demanda externa” (NONNENBERG, 2010, p.206).

Se observarmos o consumo de derivados de petróleo nos subsetores industriais, sobretudo no caso do *diesel* e do óleo combustível, verificamos como maiores consumidores: siderurgia; mineração; pelotização de minerais não metálicos; produtos químicos; alimentos; e bebidas (CORRÊA, 2015, p. 194).

Tendo isso em mente, buscaremos entender através de um desses exemplos quais os caminhos tomados, no sentido de aliar esses interesses econômicos à agenda diplomática chinesa. A segurança energética, como já pudemos introduzir, possui um alto valor no desenvolvimento do país, uma vez que acumula uma relação com a sociedade chinesa, com a política e economia, a tornando uma questão para além das relações exteriores do país. Posto isso, partiremos para a análise do petróleo.

3.2.1. A diplomacia chinesa (a ascensão pacífica) e o exemplo do petróleo.

Contextualizando brevemente o que estamos trazendo. Entre os anos de 1958 a 1978, colocou-se em prática a campanha conhecida como o *Grande Salto Adiante* (the Big Push), por parte do governo chinês, com a imposição de uma industrialização pautada, sobretudo, na indústria pesada, “(...) tendo como objetivo gerar *linkages* na matriz insumo produto tanto no *upstream* [carvão, petróleo, minério de ferro] como no *downstream* [aço e máquinas]” (CORRÊA, 2015, p. 194). Como resultado dessa vertiginosa expansão, gerou-se uma vigorosa reestruturação interna para o suprimento de hidrocarbonetos com capacidade de abastecimento dessas indústrias, o que manteve a independência chinesa de importações³². Os choques do petróleo de 1973 e 1974, em comunhão com a gradual abertura do país, tornou a China alternativa de abastecimento de países na região do leste da Ásia, e consecutivamente em 1980, a busca de novas matrizes energéticas – como no carvão e hidroelétricas –, junto da abertura de novas indústrias petrolíferas nas províncias de Heilongjiang, Shandong, Shaanxi, Xinjiang e Tianjin garantiram estabilidade até o início da década de 1990 (CORRÊA, 2015).

O crescimento econômico e a divisão da produção de petróleo com outros recursos, acabou por tornar a estabilidade da indústria insuficiente para o abastecimento interno em um curto período, tornando a China um importador já no ano de 1993. Até aproximadamente a

³² Nesse primeiro instante, as relações sino-soviéticas proporcionaram um vetor que configurava um ritmo estável de importação de petróleo para a China. Com o descobrimento de jazidas em 1959 em Daqing, na província de Heilongjiang, foi possível a elevação da produção doméstica, o que posteriormente garantiu tal independência de importações, mesmo com o fim das relações com a URSS em 1960 (CORRÊA, 2015).

virada do milênio, as reservas de petróleo chinesas se limitaram a um baixo crescimento e quando a projeção de consumo superou os 17,9 bilhões de barris do ano de 2000, fez-se claro que já não mais seria possível o equilíbrio das importações a partir da produção doméstica (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008).

(...) mesmo tendo se tornado um importador líquido já em 1993, parece que apenas com o início da depleção de suas reservas em 2000-2001 a China se tornou mais agressiva na sua busca por petróleo estrangeiro.

(...) Em 2003, a China ultrapassou o Japão como segundo maior consumidor mundial de petróleo, com 5,3mb/d. Em 2005, a China consumiu 6,9mb/d e, em 2006, atingiu a marca de 7,4mb/d. Considerando que a produção nacional aumentou de 3,4 para 3,6mb/d entre 2003 e 2006, o resultado foi um crescimento abrupto das importações chinesas, que atingiram 3,88mb/d. Estas representavam 35% do consumo nacional em 2003 e ultrapassaram 50% em 2006 (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008, p. 376 -377).

Como uma consequência a garantir da segurança energética da China, novas perspectivas da diplomacia do país visavam a ampliação de atuação em novos potenciais mercados fornecedores com grande quantidade de reservas de gás natural e petróleo. Naturalmente, os olhares se direcionaram à países com status imprescindíveis da geopolítica global, localizados sobretudo, no Oriente Médio – como Irã e Iraque – e África – como Sudão e Angola. Nos entremeios ao estabelecimento dessas relações, entretanto, as pressões reguladoras de ordem política de países centrais, com destaque para os Estados Unidos, restringem a ampliação e inserção chinesa nas regiões em questão, de sua pauta estratégica.

Durante a preparação dos EUA para a intervenção no Iraque, a China posicionou-se contrariamente ao emprego da força bélica. Mais recentemente, a China vem se esforçando para impedir a imposição de sanções ao Irã e ao Sudão, só que agora justamente para preservar ou ampliar sua ascensão sobre os recursos fósseis deste país. Nestes dois últimos casos, além da ênfase da política externa chinesa de não-ingêrência em assuntos domésticos, há inegavelmente a preocupação com a sua segurança energética. Isto é, Irã e Sudão têm importantes contratos de fornecimento de recursos energéticos fósseis como gás natural e petróleo para a China, ao mesmo tempo em que são objetos de ofensiva diplomática e militar dos EUA (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008 p. 374).

Cria-se no fulcro das disputas, um jogo no qual se tem a China trabalhando para a ampliação de seus laços diplomáticos, no sentido do desenvolvimento nacional e perpetuação de seu lugar como potência regional, e os Estados Unidos exercendo seu poder de regulação político-ideológica, legitimando seu lugar como polícia do mundo. Um embate direto, entretanto, é remediado por uma das partes. Em 2003, durante o Fórum de Boao para Ásia, na busca de uma superação da ideia de ameaça, a China apresentou a doutrina *heping jueqi*, ou “ascensão-surgimento pacífico”, “(...) como ofensiva atraente para contrabalancear a estratégia

norte-americana de cercar a China com um sistema de bases militares e relações de segurança” (ARRIGHI, 2008, p. 299). Isto dizia respeito a condução de ações que evitassem os caminhos agressivos que assumiram as antigas potências em seus respectivos períodos de ascensão – como a Alemanha e o Japão na Segunda Guerra Mundial.

Embora a expressão ‘ascensão pacífica’ tenha sido discretamente abandonada em favor de ‘desenvolvimento pacífico’ ou ‘coexistência pacífica’, ainda assim a doutrina subjacente permaneceu firme, como testemunha a proclamação do presidente Hu Jintao, em 2004, sobre os ‘quatro não’ [‘não à hegemonia, não à força, não aos blocos, não à corrida armamentista’] e os ‘quatro sins’ [‘à construção de confiança, à redução das dificuldades, ao desenvolvimento da cooperação e ao evitamento do confronto’] (ARRIGHI, 2008, p. 299).

Trata-se, portanto, de uma complexa ambição no caminho de se tornar uma potência econômica sustentável e durável, dando preferência às parcerias multilaterais, ações coletivas, e cooperação com demais países emergentes – como propriamente o BRICS. Todavia, quando retornamos à questão da busca por recursos, algumas interpretações evidenciam barreiras quando à perpetuação de seu posicionamento restrito à agressividade. José Luís Fiori (2008), identifica que a expansão de influência chinesa sobre os territórios africanos – que tem aumentado nos últimos anos – já tem repercutido em conflitos com demais potências, o que provavelmente dificultaria a permanência desse posicionamento pacífico da diplomacia chinesa nos próximos anos. Isso significaria dizer que, a geração de disputas por espaços de influência, seja ela competitiva ou complementar entre China e Estados Unidos, sinalizaria um aumento da *pressão competitiva*, e provocariam severas transformações na estrutura do sistema mundial (FIORI, 2008). Isso se dá justamente, pelo interesse de ambos os países de aproveitarem-se do acentuado aumento da produção de gás natural e petróleo no continente, que teve início na virada do século XX para o XXI, quando grandes volumes de investimentos diretos contribuíram para taxas médias de crescimento acima dos 4,5% a.a.

Por parte da China, adotou-se uma ofensiva pautada, sobretudo, em três âmbitos no tratamento com a África. No *político-diplomático*, aplicou-se a perpetuação da ideia de não-intromissão em questões domésticas e o aumento dos esforços de aproximação política via multilateralismo. Quanto ao *comércio exterior*, déficits comerciais foram assumidos pela China intendendo o benefício das economias africanas ao acesso de recursos. Por fim, quanto ao âmbito *econômico*, massivos investimentos em infraestrutura via financiamento e apoio técnico, ampararam o setor de construção impulsionando o desenvolvimento regional (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008). Não obstante, sob a justificativa de fortalecer a cooperação Sul-Sul, foi criado no ano de 2000 o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC),

estabelecendo compromissos da ordem política – promovendo o aumento de expedições diplomáticas entre Ásia e África –, do desenvolvimento social – com o intercâmbio científico-tecnológico e bolsas em universidades –, da economia – através do aumento de investimentos e comércio –, cultural – com o aumento do turismo chinês na África, por exemplo – e de segurança – pelo intercâmbio de inteligência, ações antiterrorismo e assistência militar (BRICS Policy Center, 2016).

Outro exemplo da ampliação das relações estratégicas da China foi a criação da Organização de Cooperação de Shanghai (OCS) no ano de 2001, reunindo para além da China, a Rússia, o Tadjiquistão, o Cazaquistão, o Quirguistão e o Uzbequistão como membros signatários – também se incluem Índia, Mongólia Paquistão e Irã como membros observadores. O agrupamento revela um discurso de integração regional, para questões como parcerias na área de segurança – no tratamento da dissuasão islâmica na Chechênia e Xinjiang (província chinesa de maioria islâmica) – e segurança energética – sobretudo em investimentos e comércio de hidrocarboneto entre membros –, não obstante, assegurando a ampliação das esferas de influência da China na Eurásia (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008). Todavia, tem-se o argumento de que a diplomacia pacífica chinesa cai por terra, a partir disso. Fiori (2008) afirma categoricamente que o objetivo primordial do agrupamento é “(...) explicitamente, ser um contrapeso aos Estados Unidos e às forças militares da Otan” (FIORI, 2008, p. 51).

De fato, questões envolvendo segurança, seja ela nacional ou energética, sempre estiveram no meio da conduta política interna e externa da China. Seguindo a lógica do pensamento e a apresentação de evidências por José Luís Fiori, desde 1990 o país asiático vem despendendo altos volumes de gastos em programas militares, como o Programa 998 do início da década, e Projeto de Segurança Estatal 998 de 2001, provendo-a de um gasto militar que superava os 13% entre 2001 e 2010. Coloca Fiori (2014) que:

Hoje a China possui o segundo maior orçamento militar do mundo, mas o que importa, nesse caso, é que os gastos com defesa já alcançam cerca de 30% de todo gasto governamental com pesquisas e inovação, e foram os grandes responsáveis pelo avanço dos chineses nos últimos anos em microeletrônica, computação, telecomunicação, energia nuclear, biotecnologia, química e no campo aeroespacial (FIORI, 2014, p. 99).

Não obstante, revela-se agarrado a esse pensamento a questão do neocolonialismo na África, já exposta de forma sumária anteriormente nesse trabalho. As intensivas investidas no território africano também se inserem em uma lógica básica de acumulação, na qual, teve seu início na década de 1990, mais especificamente após a queda da União Soviética. Nesse período em questão, a África se mantém à margem dos fluxos de investimento direto e comércio com o

restante do mundo, tendo sua inflexão com à chegada do novo século, atravancada por uma onda de capital, sobretudo, da Índia, China e Estados Unidos direcionadas para a exploração de recursos no continente (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008; FIORI, 2008). Conclui-se, portanto, que esse fenômeno fez do continente uma extensa área de “acumulação primitiva” das referidas potências econômicas (FIORI, 2008, 2014).

Em vias de concluir essa seção, pode-se afirmar que existem diferentes leituras a respeito das estratégias diplomáticas chinesas quanto ao tratamento com demais países emergentes – sobretudo quando falamos sobre investimentos e acesso a recursos estratégicos. Enquanto seu discurso pauta-se na colaboração e respeito, suas ações nem sempre transitam por esse caminho, tendo em vista as necessidades decorrentes de seu vertiginoso crescimento econômico para suprir a segurança e funcionamento de suas instituições internas – que cada vez mais capilarizam-se ao redor do mundo, como a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e a China National Petroleum Corporation (CNPC). Mas, para o que nos interessa nesse trabalho, podemos indagar que o mesmo ocorre nas relações da China com o BRICS, ou o comportamento pacífico da grande estratégia da China se revela de fato uma realidade para o grupo?

3.2.2. *China para com os BRICS: competição ou cooperação?*

Apesar de muito já termos analisado sobre a agenda dos BRICS, suas intencionalidades e objetivos, pouco avaliamos de fato os intercâmbios comerciais e ações bilaterais entre os membros do grupo. A fim de compreender o lugar da China e a importância que esta possui dentro do agrupamento, buscaremos entender quais as vias assumidas pelo país na condução de sua diplomacia e se a compatibilidade de seu discurso é de fato uma retórica válida para com os demais BRICS. Desde já, é conclusivo que a literatura tende a evidenciar positivamente as ações do grupo, sendo quase unânime que, de fato, as partes estejam agindo de forma confluyente e conjunta em benefício mútuo, incluindo outros países classificados como emergentes.

Ainda assim, nos parece que a China possui uma visão parcial sobre seu lugar e de fato se entende como fazendo parte do grande grupo dos emergentes – mais especificamente como uma potência em ascensão. Haibin Niu (2013), pesquisador do Centro para Estudos Americanos, do Shanghai Institutes for International Studies (SIIS) e colaborador do BRICS Policy Center, em um de seus artigos, disserta sobre a grande estratégia chinesa para com o tratamento de suas relações internacionais. Segundo o autor:

(...) a China assume uma posição muito positiva no que diz respeito à cooperação entre as potências emergentes. Ao agir como membro desse grupo, o país pode aproveitar-se das oportunidades de desenvolvimento dos demais países, reduzindo assim a pressão internacional sobre sua posição como principal potência ascendente. Para levar a termo essa estratégia, porém, o país precisa trabalhar em prol de um BRICS forte e unificado, enquanto mantém o agrupamento uma entidade aceitável para o resto do mundo (NIU, 2013, p. 207).

Os laços de oportunidade que a China busca no BRICS, portanto, seriam como um trampolim para se tornar um porta voz desse grupo de países, fazendo do agrupamento um elo de ensejo para esse projeto em questão. O autor ainda levanta três pontos principais para o projeto chinês:

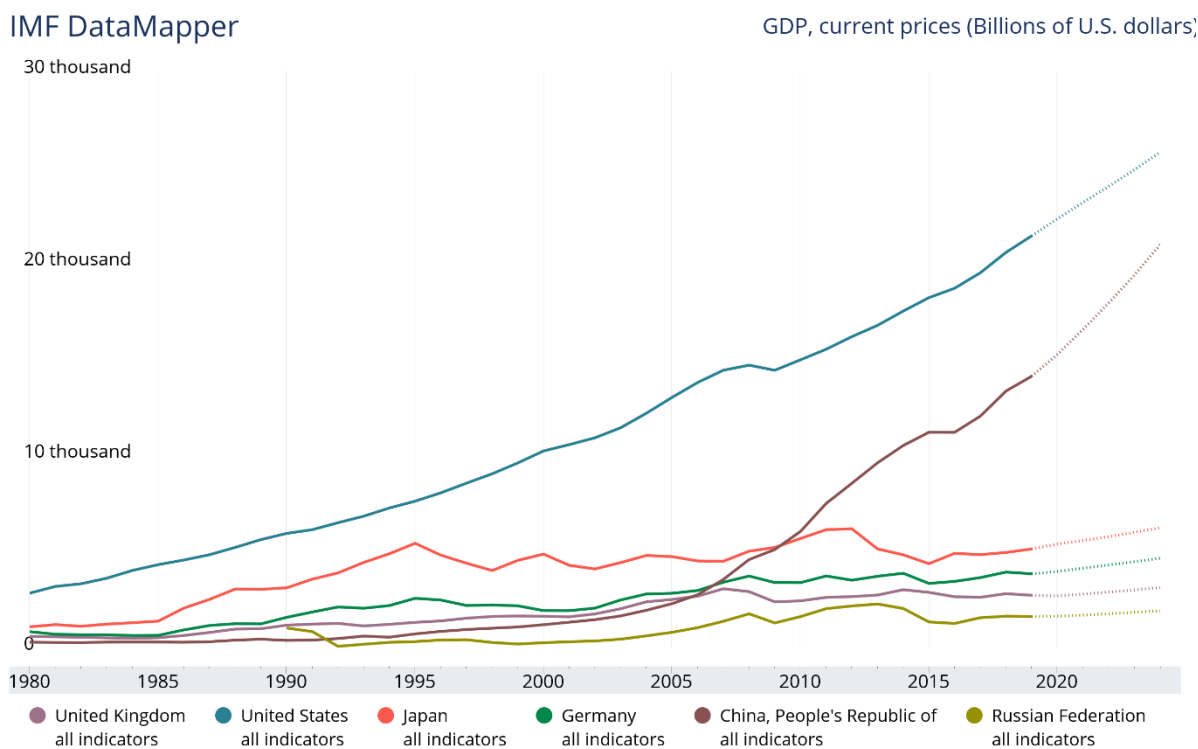
Primeiro, tratando-se de parceiros com pensamentos semelhantes, a cooperação entre os países BRICS pode ajudar a China a aumentar a voz das potências emergentes dentro do atual sistema internacional e, assim, aumentar a capacidade de negociação com as potências vigentes acerca das responsabilidades internacionais a serem assumidas. (...) Segundo, diante da atual queda na situação econômica internacional, a parceria intra-BRICS pode ajudar a China a explorar e aprofundar a cooperação econômica entre as potências emergentes. (...) Terceiro, com seus interesses globais em expansão, a China precisa que seus parceiros dentro do BRICS mantenham a paz, a estabilidade e a prosperidade em suas regiões (NIU, 2013, p. 208 - 209).

Pode-se concluir que a China enxerga a necessidade de uma simbiose entre os demais países para que ela consiga atingir seus objetivos. Talvez esse projeto global, que a China vem colocando em prática desde a apresentação do discurso da *ascensão pacífica* (ARRIGHI, 2008) no início do século, seja o ponto divergente que alia o BRICS como um grupo coeso e que atrapalharia o país asiático na obtenção de resultados. Embora a China ainda não seja essa representante do “resto” do mundo, afirma Stuenkel (2018), a China, todavia, “(...) é a única potência não ocidental com um projeto global concreto – contrastando com os demais países do BRICS, que nutrem ambições globais, mas carecem de poder diplomático e econômico para implementá-las” (STUENKEL, 2018, p.162).

De fato, observa-se que a China não mediu esforços para uma brusca reestruturação. Quando ainda na década de 1980, as primeiras medidas do regime Deng começaram a surtir efeitos pela mudança da pauta da matriz econômica, de comércio e produção de primários, direcionando-se para maior foco na indústria de transformação e produção de bens, a China experienciou um vertiginoso crescimento. Essa inversão, ocasionou um déficit de produtos não-industrializados para a balança comercial chinesa, enquanto concomitante, o superávit em produtos de alta tecnologia crescia cerca de 55 vezes, somente se considerado o período de 1998 a 2008 (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2014). Observando o gráfico a seguir, percebe-se que dentre os países selecionados, a China ocupava no primeiro ano da série a última

colocação, gradualmente superou países como Rússia, Reino Unido, Alemanha e por fim a segunda maior economia, o Japão.

Gráfico 2. Valores correntes do PIB em série histórica (1980 – 2019) em bilhões de US\$.



Fonte: Fundo Monetário Internacional (2019).

Em se tratando do comércio com os países do BRICS, a tendência de crescimento tende a se repetir. Quando observamos o volume de trocas de mercadorias convertido em valores reais, a China é o país do agrupamento que possui o maior montante e consequentemente o saldo mais expressivo. A fim de comprovar o aumento de trocas que se estabeleceram entre os países, levantamos os dados relativos ao ano de 2011 – ano em que ingressa ao grupo a África do Sul – e 2017 – último ano da série histórica disponível pela base de dados.

Tabela 2. Comércio de mercadorias entre BRICS (2011 e 2017) (valor em bilhões US\$).

		I M P O R T A Ç Õ E S							
EXPORTAÇÕES		Brasil	Rússia	Índia	China	A. Sul	total	Saldo (e – i)	
	Brasil		4,42	3,31	44,5	1,58	53,81	Brasil	12,035
	Rússia	2,44		5,24	35,3	0,184	43,164	Rússia	-8,941
	Índia	5,79	2,83		19,5	4,35	32,47	Índia	-35,48
	China	32,6	44,3	48,9		15,4	141,2	China	27,1
	A. Sul	0,945	0,555	10,5	14,8		26,8	A. Sul	5,286
	total	41,775	52,105	67,95	114,1	21,514			

		I M P O R T A Ç Õ E S							
EXPORTAÇÕES		Brasil	Rússia	Índia	China	A. Sul	total	Saldo (e – i)	
	Brasil		3,01	4,88	48	1,57	57,46	Brasil	24,667
	Rússia	2,46		6,41	39,1	0,415	48,385	Rússia	-1,793
	Índia	2,9	2,83		14,8	4,28	24,81	Índia	-63,28
	China	27	43,8	68,8		15,6	155,2	China	36,2
	A. Sul	0,433	0,538	8	17,1		26,071	A. Sul	4,206
	total	32,793	50,178	88,09	119	21,865			

Fonte: The Observatory of Economic Complexity (OEC) (2020). Elaboração própria.

Embora se observe um aumento do primeiro ano (2011) ao último ano (2017) selecionados – e disponível no OCE –, o crescimento do comércio intra-BRICS, de fato, se demonstra muito tímido. Como ressalta Oliver Stuenkel (2017), “(...) de fato, à exceção da China, que tem fortes laços econômicos com todos os outros países do BRICS, o comércio intra-BRICS é surpreendentemente fraco. (...) O comércio intra-BRICS total de 2012 era menos do que o comércio do BRICS com a África, o que mostra sua desunião na frente econômica” (STUENKEL, 2017, p. 128). Essa afirmação levanta a suspeita de que a incompatibilidade econômica que possuem os países membros se fazem um grave impeditivo para o estreitamento dos laços comerciais do grupo e consequentemente, um problema para a efetiva união desses Estados em questão. Se buscarmos o exemplo do comércio Brasil-China, veremos que do valor total de nossas exportações para o país asiático, 42% (20,3 bilhões de dólares) são somente soja, o que significa apenas 2,4% (36,6 bilhões de dólares) das importações totais chinesas – do total, 56% vindos do Brasil, e 34% dos Estados Unidos, enquanto o restante se divide em países como Argentina, Uruguai e Canadá.

Mas voltando a questão colocada no título da seção, devemos entender tal relação com a China como amistosa, ou como oportunista? Ao que nos parece, objetivamente, a partir dos documentos e pontos de vista apresentados, sobretudo por Stuenkel (2017; 2018), Baumann et al. (2015), etc. adotados aqui em nossa literatura, que se caminha para uma maior comunhão entre os países, que mutualmente vêm desdobrando alguns artifícios contra-hegemônicos. Devemos lembrar que estamos falando de potências emergentes, que despontam de ambições globais e que para tanto, trabalham para contrabalancear as desigualdades impostas pelos aparatos estatais e jurídicos arranjados pelas potências tradicionais, no caminho de elevarem suas posições, “(...) lançando bases para uma ordem multipolar que lhes permitirá moldar a ordem global de acordo com seus interesses” (STUENKEL, 2017, P. 249).

Nos parece plausível o caminho indicado pelos autores, sobretudo quando analisamos bilateralmente as relações do Brasil com a China devidamente. Ainda que haja ressalvas, como a do economista Batista Jr. (2019) afirmando que se necessita cautela, uma vez que, parafraseando o general francês De Gaulle, as nações não têm amigos, mas interesses, sendo óbvia a escolha de não se aliar a ninguém (BATISTA JR, 2019). Entretanto, segundo o autor:

Não se aliar a nenhum dos dois não significa necessariamente manter equidistância. Se tivermos que pender para um dos lados, é provavelmente preferível pender um pouco para o da China com quem o Brasil tem uma cooperação de caráter estratégico e relativamente equilibrada no âmbito do BRICS. Os Estados Unidos ainda são a principal potência – e continuarão sendo por tempo considerável. No horizonte visível, não há chance real de trazê-los para um diálogo menos marcado por suas tradicionais prepotências. Já a China, apesar das suas dimensões econômicas e demográficas, continua sendo um país em desenvolvimento e, por isso mesmo, compartilha com o Brasil diversas características e interesses essenciais (BATISTA JR, 2019, p. 326).

De fato, até então o Brasil tem se saído bem quanto a isso. De acordo com os dados levantados na tabela 2, tanto com a China, quanto com os outros países membros do BRICS, o Brasil possui um superávit comercial, sobretudo pela exportação de primários, como o minério de ferro e grãos (soja, café e milho), mesmo que isto dedique implicações econômicas internas – e com isso nos referimos explicitamente a reprimarização e a gradual redução dos investimentos na indústria. Não obstante, encararmos a China como principal parceiro, potencializa as chances de maiores conquistas, uma vez que as previsões como a do próprio FMI (2019), confluem para a mesma conclusão de que o país superará os Estados Unidos como maior economia global.

3.3. A emergência do novo mundo

A despeito das conclusões tiradas anteriormente, necessitamos de cautela quando analisamos um cenário de transformação da ordem global tendo como novos protagonistas países emergentes. Ainda que haja uma suspeita de indicação que exista uma real possibilidade de se superar a antiga ordem hegemônica das potências tradicionais, temos de ter em mente que na complexa arena de relações entre Estados nacionais há sempre a prevalência de conflitos de interesses regidos pela lógica econômica (CASTRO, 2019), colocando em cena uma resistência a possíveis alterações das potências tradicionais. A realidade que nos é apresentada pelo conjunto dos fatos e eventos presentes nas relações internacionais poderiam, dessa forma, dar indícios de que tal novo mundo não se realize no curto prazo.

O que se coloca no cerne da superação de uma ordem vigente na verdade é a defesa de uma nova organização multilateral, no qual se preserve a reciprocidade e cooperação em detrimento da imposição de um internacionalismo liberal comandado pelo poder das potências tradicionais. Stuenkel (2018) ressalta que “seria errado supor que novas instituições (...) vão articular ou promover quaisquer regras fundamentalmente novas nos termos das quais os assuntos internacionais deveriam ser organizados em um mundo pós-ocidental” (STUENKEL, 2018, p. 190), significando, portanto, que do ponto de vista institucionalista não haveria assim a implementação de uma nova doutrina global que não a que vivemos hoje. Complementando este argumento, o autor coloca que “a China busca emular o estilo de liderança dos Estados Unidos: baseado em regras, mas com influência adicional incorporada e direito de agir ocasionalmente sem ter que preencher um ‘formulário de autorização’” (STUENKEL, 2018, p. 191). Dessa forma, a autonomia de grupos como o BRICS propriamente seria eventualmente preservada em temas como de ordem econômica, política, de segurança, de ciência e tecnologia etc. possivelmente, diante da China.

A bibliografia referente a teoria do sistema-mundo é consistente em argumentos que evidenciam uma reorientação hegemônica do ocidente para o oriente – tendo neste caso a China como protagonista desse desenho na superação do ciclo estadunidense –, e junto a isso, as novas instituições supranacionais. Não pretendemos insinuar que esse fato esteja próximo de ocorrer, todavia, é possível perceber que a China conservou relativo controle de sua política econômica na última década – em especial no pós-crise de 2008 – e manteve o volume de investimentos externos assim como internos possibilitando crescimento superior a 7% nos cinco anos que

sucedem o período da crise financeira internacional³³, indicando ser possível a superação do PIB estadunidense nas próximas décadas (HSBC, 2018).

Podemos acrescentar ainda que a China, desde os anos 70, como evidenciamos anteriormente, passou por mudanças de uma orientação política que surtiram fortes efeitos para se tornar o que é hoje. Gradualmente, o país asiático foi tomando espaço nas trocas de âmbito global a ponto do valor adicionado a industrialização fazer frente a países como Coréia do Sul, Taiwan, Japão e Singapura – sobretudo em esferas como produtos eletrônicos e máquinas operatrizes (HARVEY, 2014a). Como resultado direto, se teve a absorção de empregos no plano doméstico e o crescimento da economia interna, desencadeando um certo processo de firmamento de uma dependência de matérias primas e energéticas pelas indústrias alocadas no ramo das exportações. Harvey (2014a) acrescenta que “em 2003, a China absorveu 30% da produção mundial de carvão, 36% da de aço e 55% da produção de cimento. Saiu de uma relativa auto suficiência em 1990 para ser o segundo maior importador de petróleo, atrás apenas dos EUA, em 2003” (HARVEY, 2014a, p. 150).

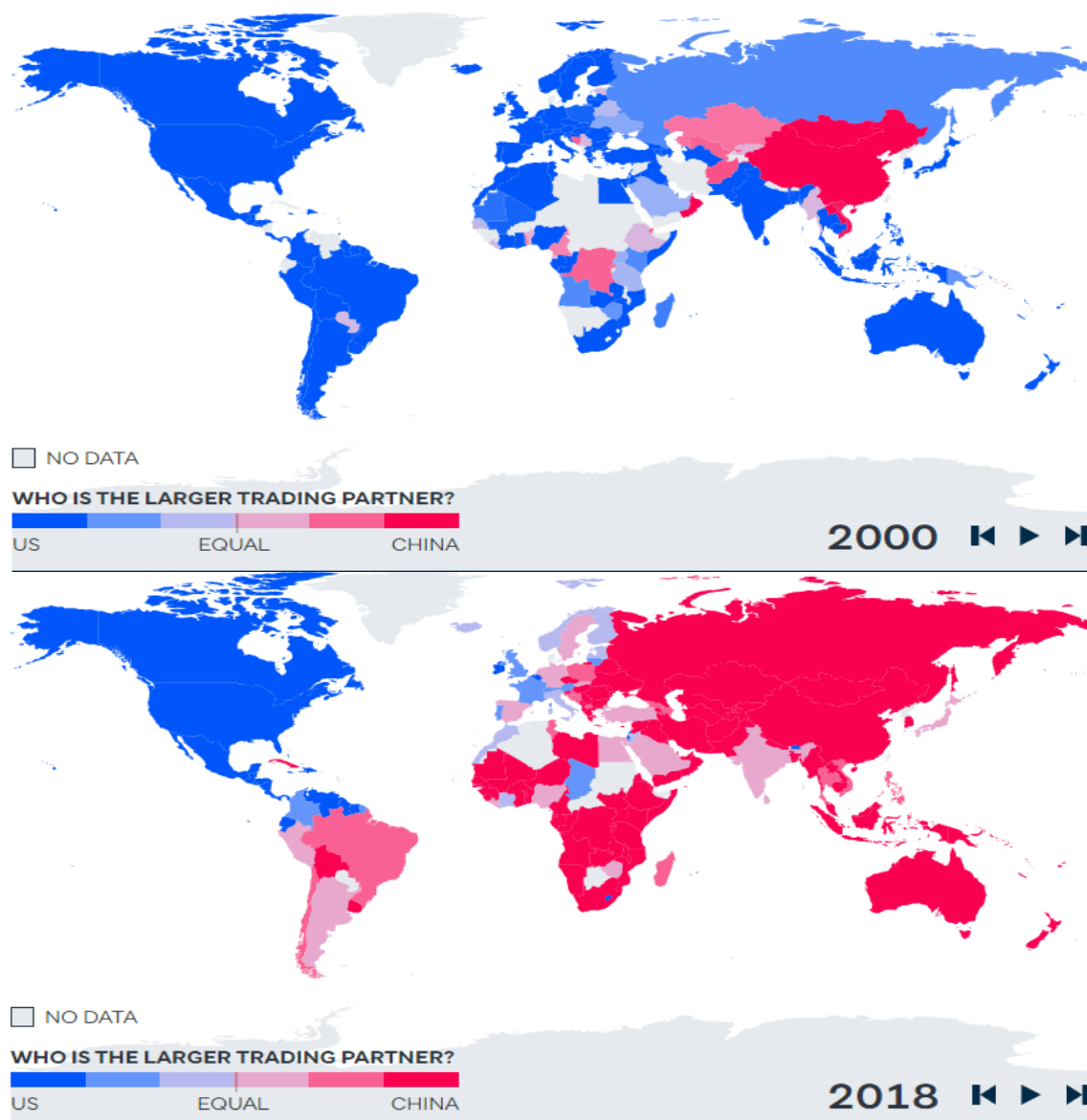
O fato destacado acima pode ser comprovado através da *figura 3* a seguir, que mostra a evolução das relações entre países com o qual a China e os EUA possuem laços – em vermelho se retrata a intensidade dos laços entre a China e demais países e em azul os EUA. É possível perceber que a China amplia seus laços comerciais onde antes havia uma maior presença dos EUA, como em países da Ásia oriental, do continente Africano, Oceania, América Latina, e sutilmente nos países da Europa. Se faz indiscutível que a estratégia chinesa – a chamada ascensão pacífica – levou a uma ampliação massiva de suas relações, impulsionadas sobretudo pelo multilateralismo preservando suas ambições domésticas no fortalecimento e construção de laços regionais e globais (NIU, 2013).

Todavia, a transitoriedade, que levaria a China a uma sobreposição aos Estados Unidos, teria de passar por um período de caos sistêmico se considerarmos a teoria aqui adotada. Alguns elementos de uma transição hegemônica podem ser observados quando levantamos fatos que se identificam de alguma forma com a crise em questão. Costa Junior (2018) sintetiza a ideia da sucessão hegemônica de Arrighi da seguinte forma:

Segundo o modelo de ciclos hegemônicos apresentados em Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundo, as crises de hegemonia são caracterizadas por três processos distintos, porém intimamente relacionados: a intensificação da competição interestatal e interempresarial; a escala dos conflitos sociais e o aparecimento intersticial de novas configurações de poder (COSTA JUNIOR, 2018, p. 42).

³³ Consultar *gráfico 1*.

Figura 3. Trocas bilaterais no mundo - China e EUA (2000/2018)



Fonte: Lowy Institute calculations, IMF Direction of Trade Statistics database (2020). Disponível em: <<https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/chart-week-global-trade-through-us-china-lens>>. Acesso: 5 de novembro de 2020.

Tais pressupostos são verificados quando observamos, para citar alguns exemplos, o processo de financeirização e financiamento da dívida estadunidense pela China, a absorção de um volume exorbitante de mão de obra chinesa na economia doméstica e reconfiguração da divisão do trabalho territorialmente na Ásia e demais continentes com a presença chinesa ou mesmo as iniciativas de desenvolvimento regional – conferindo a China maior independência de instituições supranacionais do ocidente – como a AIIB e a OBOR etc. Quanto ao “caos sistêmico”, cuja definição está em destaque na nota de rodapé 15 deste presente trabalho, talvez não seja possível contatar fatos visíveis que identifiquem que a potência estadunidense estaria

passando pelo momento – pelo menos não no período que delimitamos este trabalho, muito embora, a partir de 2019, com o aparecimento do Coronavírus, Sars-Cov2 e a crise política vivida nos EUA pela recusa do reconhecimento da vitória de Biden por Trump, muitos elementos possam ser evidentes de um possível processo de decadência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Santos (2019) lança seu manifesto que leva o nome de “por uma outra globalização” em 2000, com a proposta de analisar uma novidade de nosso tempo, percebemos em nosso meio, a partir do livro, a ligação de uma ideologia, um imaginário corporativo e dominador pelos interesses hegemônicos à consolidação da História propriamente dita, guiada a partir de um sistema social que percebemos ser aquele designado como *capitalismo*. Insiste o autor, em diversos momentos, sobre a perversidade existente nessa lógica da confluência de informações, costumes e pessoas organizada por um espectro de poderio dos atores globais e potências, buscando sempre maior capacidade de estabelecer seus objetivos às custas de outros – afinal, é disso que se trata o capitalismo –, mas que ainda assim, nos demonstra um otimismo quanto a superação da perversidade, que para o autor, já se encontra em processo de realização. Ao falar dos “desafios ao Sul”, Santos (2019) afirma o seguinte:

Uma coisa parece certa: as mudanças a serem introduzidas, no sentido de alcançarmos uma outra globalização, não virão do centro do sistema, como em outras fases de ruptura na marcha do capitalismo. As mudanças sairão dos países subdesenvolvidos. (...) É previsível que o sistemismo sobre o qual trabalha a globalização atual erga-se como um obstáculo e torne difícil a manifestação da vontade de desengajamento. Mas não impedirá que cada país elabore, a partir de características próprias, modelos alternativos, nem tampouco proibirá que associações de tipo horizontal se deem entre países vizinhos igualmente hegemônizados, atribuindo uma nova feição aos blocos regionais e ultrapassando a etapa das relações meramente comerciais para alcançar um estágio mais elevado de cooperação. (SANTOS, 2019, p. 154)

Percebemos a partir da afirmativa, e traçando um paralelo, que podemos facilmente transpor isso ao contexto do BRICS, no qual em diversos momentos neste trabalho, pudemos elucidar seu papel contra hegemônico no sentido de propor um novo paradigma de desenvolvimento das nações em desenvolvimento. Dentro do contexto do massivo processo de globalização – e financeirização – nosso objeto viria a ser, por hora, uma proposta e iniciativa, dentro de uma perspectiva realista, um potencial ator no cenário de mudança sistêmica do contexto global (STUENKEL, 2017), se aproveitando de ferramentas do jogo político – a partir dos fóruns de discussão e alinhamento de ideias dentro das instituições supranacionais – e econômico – a partir de instituições financeiras próprias, como o ACR e o NDB – para tanto.

Quanto à teoria do sistema mundo, observamos que seus fundamentos compreendem uma complexa estrutura que, historicamente, mostrou ser plausível a sucessão na forma de ciclos de acumulação de um *hegemon* por outro. Nesse sentido, o papel que a China possui nesse contexto é de suma importância, uma vez que seria ela a possível potência a suceder os EUA futuramente. Observamos a partir disso, que o BRICS poderia ser um facilitador para o

salto à um novo ciclo, na medida em que este estaria sendo um dos principais agitadores de reconfiguração de uma ordem estabelecida a partir da intencionalidade coletiva. Faltava, todavia, um evento que desequilibraria essa ordem existente.

Não temos a intenção aqui de tirar conclusões precipitadas, mas ao iniciarmos o ano de 2020 com uma crise – que dentro de si, incorpora uma crise moral, através do crescimento de uma extrema direita prejudicial e violenta aos valores democráticos e distribui gratuitamente mentiras como forma de se capilarizar na sociedade; uma crise social, com o adoecimento e mortes provocados pelo Coronavírus, pelo fechamento da economia e o aumento abrupto do desemprego, assim como pela negligência de governos autoritários ao real problema de seu povo; uma crise geopolítica, que em decorrência de ideologias “globalistas”, afastam-no de uma integração e promovem o preconceito e a segregação – inesperada, colocou em questionamento a capacidade de liderança, sobretudo, dos Estados Unidos de Donald Trump³⁴. Não compreendemos este período, mas é importante ressaltar este fato uma vez que poderíamos entrar em um período de desorganização da geopolítica global, colocando em evidência outros países de maior coesão social-nacional, como é o caso da própria China. Isso nos dá subsídio para inserir o cenário dentro da teoria aqui estudada.

Ao nível nacional, o Brasil sofreu, todavia, revezes na forma de condução da política externa a partir de 2017, quando após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, o governo do vice Michel Temer promoveu um desmonte na estrutura anterior – incluindo inclusive, o BRICS –, que Batista Jr. (2019) descreve como “(...) a maior reviravolta política da maior importância no Brasil, justamente o país que, durante a maior parte do tempo, funcionara como motor do grupo” (BATISTA JR, 2019, p. 219). Em 2019, uma nova reorientação da política externa brasileira, sob o comando de Bolsonaro e Ernesto Araújo, nos afasta mais uma vez dos países em desenvolvimento e abre os braços para uma aproximação aos EUA – sobretudo ideologicamente –, removendo da ordem do dia a continuidade das ações voltadas ao BRICS (BARROS, 2020) e outros projetos.

Ainda assim, o BRICS prossegue com os encontros anuais, tendo sido eles em Joanesburgo, na África do Sul em 2018 e em Brasília em 2019. Por conta da pandemia provocada pela Covid-19, o encontro de 2020 realizado em São Petersburgo, na Rússia, teve

³⁴ Recentemente (início de 2021) alguns eventos reforçam a ideia da incapacidade de sustentação de uma estabilidade dos Estados Unidos. As eleições no país colocaram no lugar de D. Trump, o democrata Joe Biden, causando uma onda de protestos e instabilidade política na capital, culminando inclusive na invasão do Congresso. Além disso, uma guerra comercial travada contra a China desde 2018 contribui também para o isolamento e limitação do crescimento econômico dos EUA, nos fornecendo indícios que um possível período de *caos sistêmico* se instale caso não superados os problemas.

sua dada adiada, mas se manteve no mês de novembro do mesmo ano. Devemos crer, portanto, que a perda de prioridade no trato de assuntos relacionados ao grupo não resultou na sua extinção, mas representou um atraso no estreitamento dos laços entre os países membros, que por hora, tem sido notícia secundária na mídia e nos meios empresariais. Reconhecer isso é necessário, uma vez que nos dá a entender que o projeto de integração não minguou totalmente, nos obrigando a manter a atenção do que virá nos próximos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ABDENUR, Adriana Erthal; FOLLY, Maiara. O Novo Banco de Desenvolvimento e a Institucionalização dos BRICS. In: BAUMANN, Renato. **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015.

AMORIM, Celso. Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos. **Observatório Político Sul-Americano**, Rio de Janeiro, março 2005. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/m11_u8_09052014-17-20-00-9.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.

ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/view/2138/2522>>. Acesso: 4 de fev. 2020.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. 1. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2008. 428 p.

ARRIGHI, Giovanni. Entrevista concedida a Emir Sader. Folha de São Paulo, **Caderno Mundo**, São Paulo, 2 set. 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0209200706.htm>>. Acesso: 31 jan. 2020.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. 1. ed. 9. reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. 408 p.

BARROS, Renan Yamasaki Veiga de. A política externa brasileira atual em tempos de pandemia: retrocessos e consequências para o Brasil do futuro. In: **Revista Ensaio de Geografia**, Niterói, vol. 5, nº 9, p.136-141, maio de 2020.

BAUMANN, Renato. BRICS: Oportunidade e Desafio para a Inserção Internacional do Brasil. In: BAUMANN, Renato *et al.* **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **O BRASIL NÃO CABE NO QUINTAL DE NINGUÉM**: Bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata. São Paulo: Leya, 2019.

BECARD, Danielly Ramos; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; OLIVEIRA, Carina Costa. O Brasil, a China e a VI Cúpula dos BRICS. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 81 - 112, janeiro/abril 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cint/v37n1/0102-8529-cint-37-01-00081.pdf>>. Acesso 1 de dez. 2019.

BERRINGER, Tatiana. **Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula**. 2014. Tese (Doutorado – Pós-graduação em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014.

BRICS. **V Cúpula do BRICS**: Declaração de e-Thekwini. Durban, 27 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3371-v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-brics-e-africa-parceria-para-o-desenvolvimento-integracao-e-industrializacao-declaracao-de-e-thekwini>>. Acesso em: 7 jan. 2020.

BRICS. **VI Cúpula BRICS**: Declaração de Fortaleza. Fortaleza, 15 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/5704-vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

BRICS POLICY CENTER. **Fórum de Cooperação China-África**. Rio de Janeiro, dezembro 2016. Disponível em: <<http://www.bricspolicycenter.org/forum-de-cooperacao-china-africa-focac/>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; SALUDJIAN, Alexis. Integração Sul-Americana, Dependência da China e Subimperialismo Brasileiro. In: ÁLVAREZ, Jairo Estrada (coord.). **América Latina en Medio de la Crisis Mundial**: Trayectorias nacionales y tendencias regionales. Bogotá: CLACSO, 2014.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 300 p.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011 - 2014). **Rev. Bras. Polít. Int.** 57 (2), 2014. p. 133-151. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n2/0034-7329-rbpi-57-02-00133.pdf>>. Acesso: 16 de out. 2019.

CORRÊA, Alexandre Palhano. Industrialização, Demanda Energética e Indústria de Petróleo e Gás na China. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edilson Benedito da; PINTO, Eduardo Costa. **China em Transformação**: Dimensões Econômicas e Geopolíticas do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. 594 p.

COSTA JÚNIOR, Pedro Donizete da. O poder americano no sistema mundial moderno: colapso ou mito do colapso? 1. ed. Curitiba: Appris editora, 2018. 157 p.

CUNHA, André Moreira. A China e o Brasil na Nova Ordem Internacional. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. supl.1, p. 9 - 29, nov. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-447820110004000003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 21 de nov. 2019.

DAMICO, Flávio. Antecedentes: do Acrônimo de Mercado à Concertação Político-Diplomática. In: BAUMANN, Renato et al. **BRICS**: estudos e documentos. Brasília: FUNAG, 2015.

FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GFP (GLOBAL FIRE POWER). **Comparison Results (China vs United States)**: Military comparison results showcasing China and United States in side-by-side format. [S. l.], 2020. Disponível em: <<https://www.globalfirepower.com/countries-comparison-detail.asp?form=form&country1=china&country2=united-states-of-america&Submit=COMPARE>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

HSBC, Holdings Plc. **The world in 2030**: Fast growing China to become the world's largest economy while India jumps to No 3. Reino Unido, 25 set. 2018. Disponível em: <<https://insights.hsbc.co.uk/content/dam/hsbc/gb/wealth/pdf/the-word-in-2030.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

LECHINI, Gladys. BRICS E ÁFRICA: A GRANDE INCÓGNITA. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 9, p. 139 - 150, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4564/1/BEPI_n9_brics.pdf>. Acesso: 4 de fev. 2019.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura**: Preenchendo as lacunas no financiamento de infraestrutura na Ásia. [S. l.], 3 maio 2018. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/assuntos/atuacao-internacional/cooperacao-internacional/banco-asiatico-de-investimentos-em-infraestrutura>>. Acesso em: 4 mar. 2020.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: Estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 201 - 218, abril/junho 2010.

NIU, Haibin. A Grande Estratégia Chinesa e os BRICS. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 197 - 229, jan./jun 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cint/v35n1/a07v35n1.pdf>>. Acesso: 17 de set. 2019.

NYE JR., Joseph S. **O futuro do poder**. 1. ed. São Paulo: Benvirá, 2012.

PAUTASSO, Diego; OLIVEIRA, Lucas Kerr de. A Segurança Energética da China e as Relações dos EUA. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 361 - 398, maio/agosto 2008.

RAFFESTIN, Claude. **POR UMA GEOGRAFIA DO PODER**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. BRICS: surgimento e evolução. *In*: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2013. p. 47 - 71.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional. *In*: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2013. p. 47 - 71.

SILVA, Luiz Inácio Lula. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo, 22 jun. 2002. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

STUENKEL, Oliver. **O Mundo Pós-Occidental**: potências emergentes e a nova ordem global. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

VASCONCELOS, Jonnas E. Marques de. **BRICS: agenda regulatória**. São Paulo, Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico), Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História**: geral e do Brasil. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2010.

VILELA, Elaine; NEIVA, Pedro. Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, núm. 2, v. 54, 2011. p. 70 - 96. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/358/35821119004.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2019.